

Universidade Aberta de Lisboa

Departamento de Ciências Sociais e de Gestão



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

A divulgação da responsabilidade social
no setor do Petróleo e Gás

Luís Filipe G. Zurrapa

Mestrado na área de especialização em Gestão

2022

Universidade Aberta de Lisboa

Departamento de Ciências Sociais e de Gestão



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**A divulgação da responsabilidade social
no setor do Petróleo e Gás**

Luís Filipe G. Zurrapa

Dissertação orientado pelo Professor Doutor João Miguel Custódio Ferrão Neto Simão

Junho, 2022

Agradecimentos

A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem o contributo de diversas pessoas. A estas, de forma sincera e particular, deixo o meu agradecimento.

Ao Professor Doutor João Miguel Custódio Ferrão Neto Simão, pela orientação, disponibilidade, apoio e paciência demonstrada ao longo de todo o projeto. Sem este apoio completo este projeto nunca teria visto um fim.

Ao Miguel Alexandre Batoque Gadelha, Nadine Isabel Oliveira Soares, Ana Isabel Ribeiro dos Santos, Mateus Filipe Seixas Silva e Carolina Cordeiro Pereira pelo apoio prestado.

À minha família, com especial agradecimento para a minha mãe que de forma incondicional me apoiou nesta fase de desenvolvimento da minha vida.

Aos meus colegas de trabalho que de uma forma ou de outra me auxiliaram na conclusão deste projeto.

Um especial agradecimento a Ângelo Letras Pereira por me ter ajudado a conseguir tempo para a realização deste trabalho.

Por último, mas nunca menos importante, deixo o meu agradecimento a Marta Sofia S. Garcia que em todos os momentos me apoio e animou.

Dedicatória

O homem é do tamanho do seu sonho.

Fernando Pessoa

A divulgação da responsabilidade social no setor do Petróleo e Gás

Resumo

As organizações de exploração de Petróleo e Gás são conhecidas pelos seus contributos para a sociedade, mas também pelos riscos que representam para o meio ambiente. O objetivo deste estudo é analisar as divulgações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) das maiores organizações de Petróleo e Gás, do mundo e de cada região. Para o efeito foram analisados os *websites* institucionais, assim como os respetivos relatórios ligados ao universo de RSE de cada organização. A nível metodológico recorreu-se à “Escala de likert” como ferramenta principal, de modo a converter dados qualitativos em quantitativos, das maiores 40 organizações do mundo com extração PeG e as 40 maiores organizações por região. As conclusões são que as regiões que mais comunicam são a América do Norte, seguida da Europa Oriental e Oceânia, sendo as que menos comunicam a África e o Médio Oriente. Os temas mais comunicados são Gestão Ambiental, Alterações Climáticas, Gestão de Recursos e Energia, Segurança e Saúde Ocupacional, Desenvolvimento da Comunidade Local, *Governance*, Gestão de Stakeholders, Ética e Código de Conduta. Os temas menos abordados foram a Religião e os Direitos dos Animais. O presente estudo poderá ser usado para compreender a atual configuração das divulgações de RSE e para comparação com outros espaços temporais sobre a evolução das temáticas de responsabilidade social no setor.

Palavras-chave: Comunicação; Responsabilidade Social Empresarial; Petróleo e Gás; Relatório de sustentabilidade; Sustentabilidade

The disclosure of social responsibility in the Oil and Gas sector

Abstract

Oil and Gas exploration organizations are known for their contributions to society, but also for the risks they pose to the environment. The purpose of this study is to analyze the corporate social responsibility disclosures of the largest Oil and Gas organizations, worldwide and in each specific world region. To achieve this, institutional *websites* were analyzed, as well as the CSR reports of each organization. To carry out the study, a likert scale was used as the main tool to convert qualitative data into quantitative data in order to analyze the 40 largest organizations in the world and the 40 largest organizations in each region. The findings show that the regions that communicate the most are North America, followed by Eastern Europe and Oceania, with Africa and the Middle East communicating the least. The most communicated themes are Environmental Management, Climate Change, Resource and Energy Management, Occupational Health and Safety, Local Community Development, *Governance*, *Stakeholder* Management and Ethics and Code of Conduct. The least covered topics were Religion and Animal Rights. This study can be used to understand the current configuration of CSR disclosures and for comparison with other time frames on the evolution of social responsibility themes in the industry.

Keywords: Communication; Corporate Social Responsibility; Oil and Gas; Sustainability Report

Índice Geral

Agradecimentos.....	III
Dedicatória.....	IV
Resumo.....	V
Abstract.....	VI
Índice Geral.....	VII
Índice de Tabelas.....	X
Índice de Ilustrações.....	XII
Lista de siglas e abreviaturas:.....	XIII
Introdução	i
1. Revisão da Literatura	iii
1.1. O conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE)	iii
1.2. A comunicação da Responsabilidade Social Empresarial.....	vi
1.3. As teorias de RSE.....	xi
1.3.1. Teoria dos stakeholders	xi
1.3.2. Teoria da legitimidade	xvi
1.4. O Desenvolvimento Sustentável.....	xxii
1.4.1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	xxv
1.4.2. Objetivos do desenvolvimento sustentável e o relatório não financeiro.....	xxviii
1.5. A comunicação de Responsabilidade Social Empresarial na Indústria de Petróleo e Gás ..	xxx
Súmula.....	xxxv
2. Caracterização do setor PeG	xxxvii
2.1. Contributo para a economia global.....	xxxvii
2.2. Principais impactos ambientais e sociais.....	xxxviii
2.3. Áreas de exploração	xl
2.4. Origens das empresas do setor	xliii
Súmula.....	xliv
3. Metodologia	xlvi
3.1. Amostra.....	xlvii

3.1.1. Mundo	xlviii
3.1.2. África.....	li
3.1.3. América do Norte.....	lii
3.1.4. América do Sul.....	liii
3.1.5. Ásia	liv
3.1.6. Europa Ocidental.....	liv
3.1.7. Europa Oriental	lv
3.1.8. Médio Oriente	lvi
3.1.9. Oceânia.....	lvii
3.2. Recolha de Dados.....	lvii
3.2.1. Limitações.....	lviii
3.3. Análise.....	lviii
Súmula.....	lxiii
4. Resultados	lxiv
4.1. Resultado das Organizações	lxiv
4.2. Resultados por temas.....	lxx
4.3. Resultados por região	lxxiii
4.3.1. Europa Oriental.....	lxxiv
4.3.2. Oceânia	lxxv
4.3.3. América do Norte	lxxvii
4.3.4. América do Sul	lxxviii
4.3.5. Europa Ocidental	lxxix
4.3.6. Ásia	lxxx
4.3.7. Médio Oriente.....	lxxxi
4.3.8. África.....	lxxxii
Súmula.....	lxxxiii
5. Análise de Resultados	lxxxiv
5.1. Análise das regiões.....	xc
Súmula.....	xcii

Conclusões	xciii
Bibliografia	xcvi
Ilustrações	cxix
Apêndices	cxx
Apêndice 1. Organizações analisadas	cxx
Apêndice 2. Listas de websites das organizações analisadas	cxxvi

Índice de Tabelas

Tabela 1-1: Tipo de legitimidade	xix
Tabela 1-2: Estratégias de legitimidade	xx
Tabela 1-3: Estratégias de legitimidade	xxi
Tabela 1-4: Aplicações dos ODS nas empresas	xxvii
Tabela 2-1: Resumo das reservas de Crude em 2018.....	xlii
Tabela 2-2: Resumo da extração de Gás em 2018	xlii
Tabela 2-3: Resumo da extração de Crude em 2018.....	xliii
Tabela 3-1: Maiores organizações do mundo por extração de PeG	xlvi
Tabela 3-2: Maiores organizações de África por extração de PeG	lii
Tabela 3-3: Maiores organizações de PeG da região América do Norte	lii
Tabela 3-4: Maiores organizações de PeG da região América do Sul	liii
Tabela 3-5: Maiores organizações de PeG da região Ásia.....	liv
Tabela 3-6: Maiores organizações de PeG da região Europa Ocidental	liv
Tabela 3-7: Maiores organizações de PeG da região Europa Oriental.....	lv
Tabela 3-8: Maiores organizações de Médio Oriente por extração de PeG	lvi
Tabela 3-9: Maiores organizações de Médio Oriente por extração de PeG.....	lvii
Tabela 3-10: Mapa Síntese dos temas de RSE (presentes na literatura)	lix
Tabela 3-11: Temas de RSE.....	lix
Tabela 3-12: Escala de Likert aplicada no presente estudo.....	lxiii
Tabela 4-1: Organizações que mais comunicam temas de RSE.....	lxiv
Tabela 4-2: Organizações que menos comunicam temas de RSE.....	lxviii
Tabela 4-3- Organizações que mais comunicam temas de RSE	lxviii
Tabela 4-4: Divulgação por tema de RSE das organizações por região	lxxi
Tabela 4-5: Divulgação por tema de RSE das maiores organizações globais.....	lxxii
Tabela 4-6: Percentagem de temas comunicados por região.....	lxxiv
Tabela 4-7: Divulgação por tema de RSE das organizações da região Europa Oriental.....	lxxv
Tabela 4-8: Divulgação por tema de RSE das organizações da região Oceânia	lxxvi
Tabela 4-9: Divulgação por tema de RSE das organizações da região América do Norte	lxxviii

Tabela 4-10: Divulgação por tema RSE das organizações da região América do Sul.....	lxxix
Tabela 4-11: Divulgação por tema RSE das organizações da região Europa Ocidental.....	lxxx
Tabela 4-12: Divulgação por tema de RSE das organizações da região Ásia.....	lxxxi
Tabela 4-13: Divulgação por tema de RSE das organizações da região Médio Oriente.....	lxxxii
Tabela 4-14: Divulgação por tema de RSE das organizações da região África.....	lxxxiii

Índice de Ilustrações

Ilustração 1.1- The <i>stakeholder</i> model (Freeman, 1984)	xiii
Ilustração 1.2- Power – Interest Grid (Freeman, 1984).....	xiv
Ilustração 1.3- Multi – <i>Stakeholder</i> Value Map por Civera & Freeman (2019)	xv
Ilustração 1.4- Os 17 ODS da ONU (Organização das Nações Unidas, 2018).....	xxvi
Ilustração 2.1- Depósitos de Petróleo e Gás no globo (Etiópe, 2009).....	xli
Ilustração 3.1- Mapa gráfico com a delimitação das regiões (realizado pelo próprio)	xlviii
Ilustração 4.1- Referência da Repsol ao seu compromisso com o tema sustentabilidade.....	lxvi
Ilustração 4.2- Referência da Suncor ao seu compromisso com o tema Segurança e Saúde Ocupacional.....	lxvi
Ilustração 4.3- Referência da Total ao seu compromisso com o tema Referencial de Relatório	lxvi
Ilustração 4.4- Referência da Sonagol ao seu compromisso com o tema Desenvolvimento da Comunidade Local	lxviii
Ilustração 4.5- Referência da Aramco ao seu compromisso com o tema Gestão Ambiental.....	lxix

Lista de siglas e abreviaturas:

- **APPEA** – Associação Australiana de Produção e Exploração de Petróleo
- **BSCD** – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
- **DS** – Desenvolvimento Sustentável
- **GRI** – Global Reporting Initiative
- **IIRC** – Conselho Internacional para o Relato Integrado
- **IOC** – Privately-owned International Oil Companies
- **KPI** - Key Performance Indicator (indicadores de performance/ desempenho)
- **IPIECA** – International Petroleum Industry Environmental Conservation Association
- **NOC** – National Oil Companies
- **OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- **ODM** – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- **ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- **ONG** – Organização Não Governamental
- **ONU** – Organização das Nações Unidas
- **OPEP** – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- **PeG** – Petróleo e Gás
- **PIB** – Produto Interno Bruto

- **RSE** – Responsabilidade Social Empresaria

Introdução

O presente estudo enquadra-se numa dissertação de mestrado e tem como objetivo a análise das divulgações emanadas nos *websites* corporativos de empresas do setor do Petróleo e Gás (PeG), na área da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), localizadas nas diferentes regiões do mundo.

De acordo com orientações internacionais o setor PeG caracteriza-se pela dualidade entre os benefícios e prejuízos resultantes da sua atividade, razão pela qual o objeto de estudo é suportado na sua génese, pelas divulgações de RSE neste tipo de organização.

Do lado dos benefícios, os produtos resultantes da exploração e transformação de petróleo e gás são atualmente a fonte de energia dos nossos motores, sejam eles incorporados em veículos terrestres, marítimos ou aéreos. Por conseguinte, no passado, foram os produtos resultantes da indústria PeG que aceleraram o desenvolvimento tecnológico devido à quantidade de energia presente nestes, colocando fábricas e carros em movimento.

Do lado dos prejuízos, o setor PeG detém na sua atividade um potencial negativo para o meio ambiente. Este potencial é oriundo da natureza das suas atividades e produtos. Devido aos potenciais impactos é comum as empresas deste setor recorrerem a políticas de RSE (Liebenthal *et al.*, 2005; Raufflet *et al.*, 2014).

Deste modo, a dualidade do setor em análise assume maior relevância, a partir de 2011, quando a Comissão Europeia definiu RSE como o impacto que as empresas detêm sobre a sociedade. Desta definição surgem dois fatores que pesaram na sua avaliação, sendo eles: 1) “Maximizar a criação de uma comunidade de valores para proprietários e acionistas, demais partes interessadas e para a sociedade em geral” e 2) “Identificar, evitar e atenuar os seus possíveis impactos negativos”.

As divulgações nesta matéria permitem a terceiros acompanhar quais as suas intenções e planos em beneficiar os seus *stakeholders*. O setor PeG adotou a Internet como veículo de divulgação de RSE. A escolha da internet decorre de ser o meio de comunicação que chega

a um maior número de partes interessadas, mantendo todas estas atualizadas (Capriotti, 2017) no tempo e no espaço e com menor custo per capita.

Assim, a proposta de valor da presente dissertação centra-se na informação emitida pelas divulgações das empresas do setor PeG nas diferentes regiões do globo, cujo resultado pretendido será a análise agrupada das divulgações devidamente categorizadas em matéria de RSE do setor PeG. Poderá ainda constituir-se como repertório de informação pertinente sobre as áreas de foco em cada região e compará-las entre si, bem como as maiores do globo. Para o efeito foram recolhidas e analisadas as informações de RSE das 5 maiores organizações de cada região e informações respeitantes às 40 maiores do mundo, segundo a Forbes (2021).

Como objetivo geral pretende-se “Identificar quais os padrões relativos às divulgações de RSE, do setor Petróleo e Gás, nas organizações em estudo”, sendo os objetivos específicos:

- O1. Identificar as temáticas de RSE mais presentes na literatura
- O2. Identificar as temáticas de RSE presentes nas divulgações das empresas de PeG
- O3. Identificar padrões regionais de divulgação dos temas de RSE.

A dissertação encontra-se dividida em sete capítulos: O presente capítulo (1), apresenta a revisão da literatura, no que diz respeito ao enquadramento do tema “A divulgação da responsabilidade social no setor do Petróleo e Gás”, a definição e enumeração dos principais objetivos, assim como a descrição sumária do conteúdo da dissertação. De seguida, no segundo capítulo (2) procede-se à caracterização e análise do setor de Petróleo e Gás, os principais impactos deste tipo de atividade, as áreas de exploração, assim como a origem das organizações no setor. No terceiro capítulo (3) define-se a metodologia, a amostra e a análise de conteúdo e quais os procedimentos utilizados na seleção e avaliação das organizações do setor. No quarto capítulo (4) são apresentados os resultados da pesquisa e no quinto capítulo (5) são analisados os resultados da pesquisa, em função da revisão da literatura (capítulo 1). No último capítulo (sétimo) são divulgadas as principais conclusões, resultantes do presente estudo, assim como alguns aspetos que poderiam ser mais aprofundados e objeto de estudos futuros, que poderão ter como base este trabalho.

1. Revisão da Literatura

Neste capítulo apresenta-se o conceito de responsabilidade social empresarial RSE, cuja definição proposta é da Comissão Europeia, a comunicação em RSE, bem como os principais fundamentos das organizações nesta área. Segue-se a explanação de duas teorias que suportam a divulgação de RSE, a teoria dos *stakeholders* e a teoria da legitimidade. Nesta sequência, evidencia-se o conceito de desenvolvimento sustentável, os objetivos do desenvolvimento sustentável, assim como a sua interligação com o mundo empresarial. No último ponto descreve-se a base teórica da comunicação RSE no setor Petróleo e Gás.

1.1. O conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

O conceito Responsabilidade Social Empresarial (RSE)¹, no sentido lato, apresenta uma abrangência, tão vasta que se torna difícil reduzir a uma definição única e universal, contudo existem várias propostas para o definir (Rahman, 2011).

Entre os contributos, existe uma linha que define o conceito de RSE como um compromisso voluntário da empresa perante os seus *stakeholders* que vai além do âmbito económico e legal. Tal como sugeria Carroll (1991), através da definição de que uma empresa socialmente responsável, que é aquela que conquista o lucro e a ética obedecendo à lei.

O termo RSE foi ao longo do tempo enriquecendo devido à sua conjugação com outras áreas de conhecimento como o direito, economia, ciência política, geografia, sociologia e história, entre outras (Crane *et al.*, 2009). A capacidade evolutiva e adaptativa do conceito rendeu-lhe a denominação de conceito camaleão (Gond & Moon, 2011), levando vários académicos a desenvolverem estudos com diversas abordagens para apresentar uma definição de RSE mais adequada.

Em 2006, Dahlsrud, com base nestas abordagens, realizou um estudo sobre as definições de RSE, fundamentando a sua análise nas dimensões *stakeholders*, social, económica, ambiental e voluntariado para compreender o conceito de RSE. Ao progredir no estudo, identificou que a definição com maior registo de ocorrências pertencia à comunidade

¹ Outra designação possível é Responsabilidade Social Corporativa

européia (2001)² e comportava cinco dimensões. No final do estudo, Dahlsrud chegou à conclusão de que existiam várias definições aceitáveis e que estas abordavam congruentemente as cinco dimensões referidas anteriormente, tornando menos preocupante a falta de uniformização da definição do conceito.

Posteriormente, Sarkar e Searcy em 2016, abordaram a questão de um ponto de vista histórico, ou seja, através de um *framework* evolutivo ao longo do tempo (1953-2014). A avaliação da RSE neste estudo recai sobre diversas dimensões, sendo que na última década a avaliação incidiu sobre seis dimensões e que são as seguintes: económica, social, ética, *stakeholders*, sustentabilidade e ambiente. O culminar deste trabalho resulta na apresentação de uma nova definição de RSE à data de 2016³.

Ao nível de enquadramento histórico, o primeiro marco na era moderna do conceito de RSE foi em 1953, com a publicação da obra de Howard Bowen designada por: “Social Responsibilities of the Businessman”, na qual sistematizou a apresentação do conceito. Posteriormente nos anos 60, iniciaram-se manifestações nos Estados Unidos da América, (EUA) contra a guerra do Vietname, levando várias empresas que de alguma forma estiveram ligadas à guerra a serem alvo, por parte do público, de ações negativas. Devido à tensão gerada, algumas empresas iniciaram práticas de divulgação das suas ações sociais e ambientais.

Consequentemente, na Europa, algumas empresas também começaram a divulgar as suas ações ligadas às mesmas temáticas (Monteiro, 2018). O desenvolvimento das práticas e da comunicação do RSE foi gradual ao longo do tempo, até chegarmos aos atuais relatórios de sustentabilidade, relatórios integrados, ou às próprias páginas institucionais na internet.

Para melhor explanação do conceito, Carrol (1991, 2004), desenvolveu um modelo no qual hierarquizou quatro componentes em formato de pirâmide. A base da pirâmide representa a dimensão económica, uma vez que é a função primária de qualquer organização.

² “A concept whereby companies integrate, social and environmental concerns in their business operations and in their interaction with their *stakeholders* on a voluntary basis”.

³ “CSR implies that firms must foremost assume their core economic responsibility and voluntarily go beyond legal minimums so that they are ethical in all of their activities and that they take into account the impact of their actions on *stakeholders* in society, while simultaneously contributing to global sustainability”. (Sarkar & Searcy, 2016, p. 1429).

No segundo patamar a dimensão legal, sendo que a lei deve ser respeitada. No terceiro a ética, esta vai além da lei, razão pela qual as organizações que procuram desenvolver a sua reputação deverão de agir de forma ética (de acordo com a sociedade). E no topo a dimensão filantrópica, que se liga às expectativas da sociedade global relativamente à atuação da organização, em termos sociais que não se incluem na lei ou na ética. O modelo prevê que em diferentes países existem diferentes expectativas em todas as dimensões, principalmente na dimensão ética e filantrópica quando a organização opera em diversos países.

Não obstante, outros autores defendem diferentes perspectivas sobre o conceito de RSE, como é o caso de Friedman (1970). Este autor desenvolve uma concepção de responsabilidade social da empresa que a limita à função principal da organização, i.e., a maximização do lucro. Friedman sugere ainda que as ações de responsabilidade social só são válidas quando as empresas detêm interesse económico nas mesmas, apresentando argumentos justificativos como: “Só as pessoas detêm responsabilidades ... as empresa não podem ser verdadeiramente responsáveis por algo” (página 3); “As pessoas é que detêm o poder de decidir, se querem trabalhar numa empresa onde os princípios dos proprietários são divergentes dos seus” (página 3); “As imposições de responsabilidade social põem em causa as bases de uma sociedade livre” (página 2); “As pessoas que desejam praticar o bem devem fazê-lo recorrendo apenas aos seus recursos” (página 9).

Atualmente o conceito de RSE integra parte das estratégias de gestão de diversas empresas (De Hoo & Olaerts, 2011). Este fenómeno deve-se à crescente preocupação em manter os *stakeholders* satisfeitos, principalmente por questões de necessidades de mercado (Simnett *et al.*, 2009). Por conseguinte, verifica-se um conjunto de fatores internos e externos da organização que levam ao desenvolvimento de diferentes políticas de RSE, como o tamanho da organização, o setor laboral, o país de origem e o ambiente cultural, entre outros (Carrol, 1991, 2004; Gray *et al.*, 1995).

Autores como Lama e Muyzenberg (2008) defendem que a procura da legitimidade deve ser orgânica, não se focando apenas no lucro, podendo o excesso neste último ser a origem de possíveis infrações à lei. Davis (1973) defende a “Lei de Ferro da Responsabilidade” na qual os que não gerirem o seu poder de forma socialmente responsável tenderão a perdê-lo.

Um outro fator a equacionar na fomentação de práticas de RSE trata-se do crescente número de investidores que procura saber se a empresa é responsável em toda a sua extensão operacional, e que não sendo pode representar um erro grave, no sentido de que poderá levar décadas a reparar a sua imagem (Lama & Muyzenberg, 2008).

Apesar do desenvolvimento que se tem verificado sobre este tema, tanto em termos de evolução do conceito como do seu conteúdo, as práticas enunciadas estão longe de ser generalizadas e adotadas pelas empresas.

Neste trabalho será adotada a definição do conceito RSE proposta pela Comissão Europeia (2011) que o define como: “a responsabilidade que a empresa detém pelo impacto que exerce na sociedade” (p.7). O conceito neste contexto detém, por base, a maximização do valor e a minimização das possíveis consequências negativas, geradas pelas suas atividades, para as partes interessadas e a sociedade em geral.

1.2. A comunicação da Responsabilidade Social Empresarial

A divulgação de informação de uma organização é o diálogo que esta detém com os seus *stakeholders* (Gray *et al.*, 1995; Tang & Bie, 2015). As organizações que conseguirem gerar mais conhecimento sobre as necessidades dos seus *stakeholders* são mais eficientes na comunicação (Perrini, 2005). No caso do RSE a comunicação detém a finalidade de harmonizar e transmitir informação sobre as práticas e compromissos da organização (O’Connor & Shumate, 2010), sendo beneficiados os *stakeholders*, a sociedade e as organizações (Golob & Bartlett, 2007).

As divulgações de uma organização podem ser divididas em dois grandes blocos, segundo a sua natureza legal, i.e., divulgações obrigatórias e voluntárias (Gray *et al.*, 1995): - nas divulgações obrigatórias temos informações contabilistas ou de SHST⁴ (recentemente tornada obrigatória) nos respetivos relatórios; - nas divulgações voluntárias temos informações como a responsabilidade social ou assuntos relacionados com a comunidade.

⁴ Segurança, higiene e saúde no trabalho

Foi nas décadas de 80 e 90 que as divulgações voluntárias tiveram uma adesão considerável por parte das organizações, sendo que as divulgações de responsabilidade social eram mínimas (Gray *et al.*, 1995).

Neste sentido, as divulgações voluntárias das organizações também são discutidas no contexto estratégico, podendo estas facilitarem negociações (Ullmann, 1985). Resultante da análise dos discursos de RSE de 90 empresas, Perrini (2005) confere a existência de um retrato ideal de organização socialmente responsável, o qual respeita sete temas principais: eficiência operacional, segurança máxima, proteção ambiental, qualidade e inovação, diálogo aberto, desenvolvimento de habilidades e cidadania responsável.

Segundo Branco e Rodrigues (2008) existem três possíveis razões que podem levar uma organização a realizar divulgações de RSE: (a) A empresa procura ter boas relações com os seus *stakeholders* de forma a adquirir um maior retorno financeiro e um aumento nos seus ativos intangíveis, conquistando vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes; (b) A empresa procura estar em conformidade com as normas e expectativas dos seus *stakeholders* relativas às suas atividades, sendo as divulgações um dos principais instrumentos de legitimidade; e (c) Os gestores da organização são detentores de valores pessoais que estão alinhados com as práticas e divulgação de RSE.

No plano da comunicação existem fatores ligados às organizações que influenciam as suas práticas de divulgação de RSE, tais como a idade da organização, os resultados económicos (Roberts, 1992), o país de origem, a dimensão e o setor da organização (Gray *et al.*, 1995; Dias *et al.*, 2019; Deegan, 2002), podendo estes serem influenciados pelo peso e importância que diferentes culturas, em diferentes regiões, atribuem ao comportamento empresarial (Gjølberg, 2009; Wanderley *et al.*, 2008; Alshbili & Elamer, 2020).

Por conseguinte, no contexto cultural/regional surge a questão que procura compreender como é que as organizações sabem o que comunicar. Segundo Golob e Bartlett (2007) tratar-se-á do legado das economias como possível resposta. Neste caso, a organização encontra-se inserida no meio, através do qual o relatório de RSE é visto como uma atividade, de comunicação corporativa para legitimar as ações da organização e com o especial intuito de construir uma reputação saudável com os seus *stakeholders*. Estes autores procuraram ainda definir qual a diferença entre dois países distintos, um pertencente à Oceânia, a Austrália, e

outro pertencente à Europa, a Eslovénia. Constataram que, no mercado australiano, as atenções se encontravam dirigidas à qualidade dos produtos, gestão e desempenho financeiro, cuja justificação assentava no fato de ser um país com legado de economias socialistas. Na Eslovénia as atenções encontravam-se dirigidas aos funcionários, meio ambiente e serviços, devido ao legado da economia de mercados, com maior orientação social.

De acordo com Golob e Bartlett (2007) a evidência que subjaz às diferenças de comportamento de comunicação/ atividades de RSE de região para região é notória.

Atualmente é possível reunir um número considerável de estudos que procuram comparar e/ou compreender os padrões de comunicação de RSE de cada região (ver por exemplo: Tang & Li, 2009 ou Baughn *et al.*, 2007).

A divulgação de informação de RSE é feita através do relatório anual, isolado ou integrado (Rupley *et al.*, 2017) ou mais recentemente pela internet (Branco & Rodrigues, 2008).

Concomitantemente os *stakeholders* exigem mais e melhor informação às organizações. Para dar resposta às exigências, as organizações têm aderido aos relatórios de RSE, por serem um instrumento de transparência e responsabilidade, acrescentando mais-valia, tal como as informações relacionadas com riscos e oportunidades que os relatórios tradicionais não desenvolvem (KPMG, 2008).

Os relatórios de RSE são uma ferramenta fundamental para a comunicação com os *stakeholders* (Golob & Bartlett, 2007). Os autores Schadewitz e Niskala (2010) procuraram compreender como a comunicação de RSE pode influenciar o valor da organização, com base nos relatórios de responsabilidade, de acordo com a Global Reporting Initiative (GRI), afirmando que para os investidores, a qualidade dos relatórios de RSE é uma fonte de informação sobre a segurança do investimento, eliminando riscos inerentes à incerteza. No final do estudo, Schadewitz e Niskala (2010) chegaram à conclusão de que a comunicação por meio do relatório de responsabilidade da GRI é um fator explicativo para o valor de mercado.

De acordo com Richardson & Welker (2001) existe uma correlação entre o desempenho financeiro da organização e a comunicação RSE.

Por seu lado, Ullmann (1985) coloca em evidência o uso dos relatórios, no sentido de influenciar diversas entidades. Posteriormente, O'Connor e Shumate (2010) realizaram um estudo sobre a comunicação de RSE, nas organizações nos EUA, e concluíram que as organizações copiam as estratégias de comunicação umas das outras, utilizando uma linguagem de comunicação que permite a flexibilização da sua mensagem para os diversos *stakeholders*, de forma a harmonizar as possíveis desavenças entre estes.

A adesão à internet como canal de comunicação de RSE está ligada aos benefícios que esta pode trazer para a organização, em comparação com os canais tradicionais. A divulgação do maior número de informações a menor custo e de forma mais oportuna, tendo em conta que em cada *website* podem existir várias páginas para os diversos *stakeholders* (Goodman *et al.*, 2006). No contexto da comunicação de RSE devem ser tidas em conta: (a) utilizadores /*stakeholders* que não detém acesso à internet (Colaço & Simão, 2018), e (b) possibilidade de divergência entre o que é divulgado em matéria de RSE e o que é feito em relação a esta (Schoeneborn *et al.*, 2020).

Para uma melhor compreensão, no que se refere à utilidade da internet nos *websites* institucionais, os autores Tang e Bie (2015) realizaram um estudo, com enfoque na compreensão de como as organizações das duas maiores potências económicas, China e EUA, comunicam RSE, através dos seus *websites*. Neste sentido é reforçada a ideia de que a internet é uma ferramenta “barata” para comunicar, no que diz respeito a matérias de RSE além-fronteiras. Verifica-se uma grande diferença nos fundamentos, temas e práticas de RSE apresentadas na comunicação das organizações, sendo que nos EUA a comunicação é mais uniforme do que na China. As organizações chinesas comunicam menos que as americanas, tendo em conta que permanece muita informação na esfera privada da empresa. Já as americanas usam muito os *websites* para comunicar e operacionalizar as suas práticas de RSE.

Deste modo, para além da vantagem competitiva de fazer chegar mais informação a mais pessoas, de forma mais rápida e económica (a menor custo), a divulgação de informação via internet permite também uma comunicação contínua (Wanderley *et al.*, 2008). Esta continuidade de informação no tempo é indispensável, pois o público digital é cada vez mais

ativo na procura por informação, quando comparado com o público dos meios de comunicação mais tradicionais (Esrock & Leichty, 1998).

No contexto atual, importa referir o impacto que a pandemia COVID-19 teve em estruturas como empresas, mercados de ações, governos, instituições públicas, escolas, organizações sem fins lucrativos, entre outras. Tal fez como que a RSE das organizações se confrontasse com inúmeros desafios, sobretudo a oportunidade de repensarem toda a sua estratégia de RSE (Carroll, 2021).

Foi neste quadro pandémico que as organizações realizaram muitas ações sociais e filantrópicas ligadas às áreas de saúde e bem-estar das populações, tal como a Intel, HP ou a Ford Motor Company.

De acordo com o estudo de Mahmud *et al.* (2021), a forma como as organizações dos EUA relataram as suas respostas à pandemia COVID-19 é via internet apoiando os seus *stakeholders* por meio de iniciativas de RSE. Constatou-se que cerca de 80% das empresas estudadas relataram esforços de apoio durante a pandemia COVID-19, como apoio monetário, desenvolvimento de fundos e doações para organizações sem fins lucrativos.

De igual forma, o estudo demonstrou que as empresas procuraram melhorar o seu desempenho financeiro e entregar benefícios sociais como o pagamento extra a trabalhadores voluntários, para a causa, como o apoio financeiro aos trabalhadores, dos grupos profissionais de 1.º linha, aos doentes que contraíram o coronavírus, bem como as medidas implementadas no que se refere ao teletrabalho.

Em suma, as organizações que mais desenvolvem em matéria de divulgação de RSE são as multinacionais ocidentais, como a BP ou a Shell, no entanto é de dar nota de uma crescente adesão, por parte das empresas asiáticas, africanas e latino-americanas, e das pequenas e médias empresas (Crane & Matten, 2007).

1.3. As teorias de RSE

A temática de RSE tem amadurecido com a consciencialização das empresas sobre o seu papel na sociedade, levando à necessidade de desenvolver estratégias de ação e comunicação com os seus *stakeholders*. As estratégias têm sido alvo de estudos, por parte dos académicos, com especial enfoque na questão: “Porque é que as empresas comunicam RSE?”, resultando assim em várias vertentes de pensamento (ou teorias).

Das teorias estudadas e desenvolvidas, no contexto do presente trabalho, destacam-se duas: “Teoria dos *stakeholders*” e a “Teoria da legitimidade” (Monteiro & Aibar-Guzmán, 2010; Roberts, 1992), tendo em conta o enfoque da análise que vai além das políticas financeiras⁵ e integra as políticas sociais das empresas e será, por esse motivo, a base teórica para este trabalho. Durante a revisão da literatura as teorias serão desenvolvidas separadamente, mas no corpo do trabalho serão tratadas como complementares e não como alternativas (Gray *et al.*, 1995; Deegan, 2002).

Estas teorias podem ser diferenciadas segundo a abordagem do binómio empresa-meio. Na “Teoria da legitimidade” afirma-se que existe uma relação que deve ser justificada, entre a empresa e o meio, podendo o meio exercer influência na empresa, em bloco. Enquanto que na “Teoria dos *Stakeholders*”, é atribuída à organização a capacidade de comunicar e influenciar em proporções diferentes os distintos elementos do meio (Deegan, 2002).

1.3.1. Teoria dos stakeholders

A primeira tentativa de definir o conceito *stakeholders* ocorreu em 1963, no Stanford Research Institute, sobre a forma de um memorando interno, onde o mesmo é apresentado como: “os grupos sem os quais as organizações deixavam de existir” (citado por Freeman, 1984, p. 31)

Posteriormente, em 1984, Freeman apresenta uma alteração ao conceito e afirma que *stakeholders* são: “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela concretização dos objetivos da organização” (Freeman, 1984, p. 46). A definição de Freeman

⁵ Existem abordagens como por exemplo “Positive Accounting Theory”, que segue um via ligada a políticas financeiras (Deegan, 2013).

ainda hoje está presente em muitos dos trabalhos desenvolvidos, no seio da teoria dos *stakeholders*. O conceito *stakeholders* é representativo de vários elementos como o governo, os empregados, os clientes, os fornecedores, a comunidade local/global, os acionistas, as ONG, entre outros, ou seja, toda e qualquer entidade que detenha uma conexão com a organização. Assim, o conceito ganha importância quando aplicado à realidade de uma empresa, procurando definir quais os *stakeholders* que influenciam e são influenciados pelas ações da mesma (Ackermann & Eden, 2011), uma vez que os *stakeholders* detêm direitos legítimos sobre a organização (Freeman, 1984).

Compreender que cada *stakeholder* detém um propósito é a chave para um relacionamento positivo e saudável. Não obstante, encontram-se diferentes níveis de influência que, ao longo do tempo, se podem modificar em relação à organização. Também é admissível afirmar que entre *stakeholders* podem existir divergências (Friedman & Miles, 2002), ficando a cargo da empresa a gestão destes conflitos. Podemos assim afirmar que o propósito da organização só é alcançado se todos os *stakeholders* estiverem comprometidos.

De uma forma simplificada, esta teoria defende que é da satisfação dos *stakeholders* que a organização adquira o acesso à plenitude de atuação e recursos disponíveis, Evan e Freeman (1993) elevam a fasquia, ao afirmarem que a organização é apenas um meio para atingir os interesses dos seus *stakeholders*. Para compreender os *stakeholders*, Frooman (1999) sugere três questões-chave (A) “quem são os *stakeholders*?”, (B) “o que desejam?” e (C) “O que estão dispostos a fazer para o conseguirem?”.

A “Teoria dos *Stakeholders*” detém o propósito de apresentar uma explicação sobre a existência, a importância e a relação dos *stakeholders* na vida e ação de uma organização (Pesqueux & Damak-Ayadi, 2005), prevendo as influências entre o par (Brenner, 1993).

Desta forma, anteriormente à “Teoria dos *Stakeholders*” já se faziam notar correntes de pensamento que já reconheciam as capacidades para limitar a atuação da empresa, porém estas pretendiam identificar e beneficiar apenas um grupo muito restrito de *stakeholders*, os *shareholders* que deteriam a maior fonte de influência na empresa. Todavia, pouco tempo depois começa a surgir outra vertente de pensamento que procura maximizar as relações entre todos os *stakeholders* e a empresa (Freeman & McVea, 2001).

A fonte de ignição para o desenvolvimento desta teoria pertence a Freeman, que iniciou um ciclo de debates com o seu livro “Strategic Management: A *Stakeholder Approach*”, de 1984.

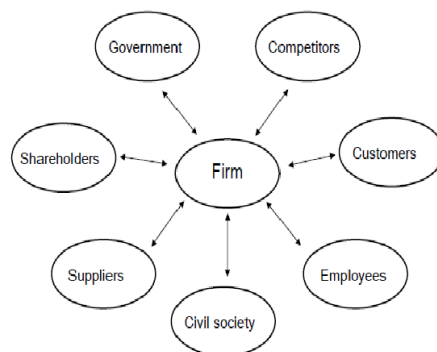


Ilustração 1.1- The *stakeholder* model (Freeman, 1984)

De forma a apresentarem uma solução progressiva, de integração do binómio empresa-*stakeholders*, Freeman e Velamuri (2006) sugerem uma hipótese de evolução do relacionamento entre a empresa e os *stakeholders*, com quatro níveis cumulativos de performances em que a gestão da empresa é o ponto de partida para a melhoria dos laços, baseados em dez princípios. No seu trabalho incutem uma postura pró-ativa por parte da empresa, de forma a gerar conhecimento sobre os seus *stakeholders* (os seus objetivos e o que esperam da organização), alertando que o desconhecimento das intenções dos parceiros pode levar a que a empresa cometa o erro de ser influenciada indesejavelmente por terceiros.

A “Teoria dos *Stakeholders*” revela-se um importante recurso no leque das ferramentas de gestão empresarial para conhecer e compreender a relação do negócio com os seus *stakeholders* (Jones & Wicks, 1999).

Segundo Donaldson e Preston (1995), esta teoria conquistou a literatura de gestão empresarial, pois pode ser aplicada segundo três aspetos distintos, o descritivo/empírico, o instrumental e o normativo. O aspeto descritivo/empírico pode ser usado como meio para descrever e explicar contextos e comportamentos da organização, i.e., descreve o que aconteceu; o aspeto instrumental descreve se a teoria é aplicada como ferramenta de gestão para relacionar os objetivos da organização com os interesses dos *stakeholders*, ou seja, analisa as opções. Por último, o aspeto normativo parte da integração filosófica da teoria na

operação e na gestão da empresa, reconhecendo os *stakeholders* com a devida importância, sugerindo o que deve acontecer. Assim existe um nexo que liga a teoria à organização, de forma a que possa retirar *outputs* da avaliação do seu meio de *stakeholders*.

Para facilitar o reconhecimento e, posteriormente, o desenvolvimento das relações com os *stakeholders*, foram desenvolvidas e apresentadas várias ferramentas na literatura. Uma das primeiras ferramentas que se realçam na literatura designa-se por “Power-Interest Grid”, pelas mãos de Freeman, em 1984. Esta grelha auxilia na perceção visual da relação dos *stakeholders* com a empresa, enquanto torna mais explícito quais os *stakeholders* que são mais ou menos interessantes para a empresa (eixo – X) e quais detêm mais ou menos poder (eixo – Y), conseguindo quantificá-los (*ver ilustração 1.2*). Apesar do seu aspeto simples esta ferramenta pode mostrar-se desafiante, pois entre os *stakeholders* existem ligações, formações e informações que devem ser tomadas em conta, o que nos leva a uma ferramenta complementar a, “*Stakeholder Influence Network Diagram*”, que procura as ligações entre os *stakeholders*, podendo alterar a perspetiva pré-construída com que vemos alguns deles, pois podem ter mais poder e interesse do que o que pareceria à primeira vista (Rowley, 1997; Ackermann & Eden, 2011). A ilustração 1.2 esquematiza o enunciado.

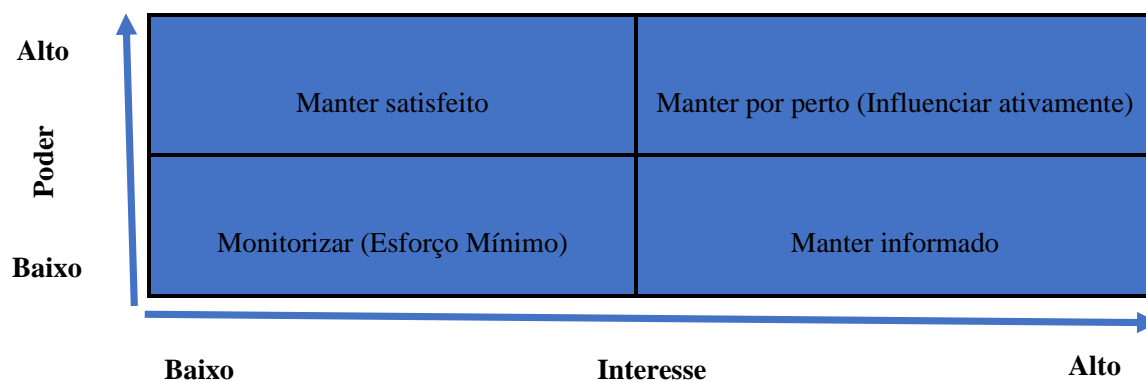


Ilustração 1.2- Power – Interest Grid (Freeman, 1984)

Mais recentemente Civera e Freeman (2019) sugerem a criação de um mapa esquemático dos valores dos *stakeholders* (denominado o mapa multi-*stakeholder*) de forma a facilitar a

compreensão das necessidades, desejos, entre outros, ou seja, defendem que se deve adotar relacionamentos com os *stakeholders*, tal como se de uma “joint venture” se tratasse, desafiando assim a criatividade das empresas, tal como mostra a ilustração 1.3.

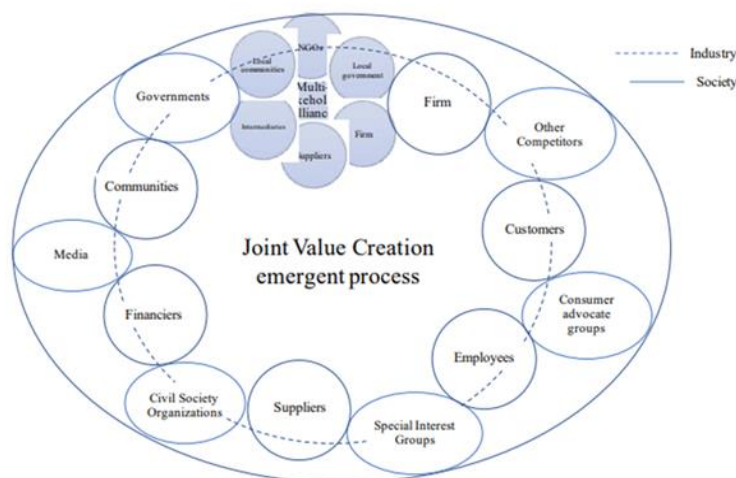


Ilustração 1.3- Multi – *Stakeholder Value Map* por Civera & Freeman (2019)

Contudo, e apesar da sua evolução a “Teoria dos *Stakeholders*” não apresenta um consenso entre os académicos, carecendo de uma uniformização. Deegan (2013) defende que o conceito “teoria dos *stakeholders*” tornou-se um termo abrangente para designar várias teorias de relacionamento entre a empresa e os *stakeholders*. Mais, podemos acrescentar que diversos autores utilizam o conceito, teoria e derivados de *stakeholders* em diversos contextos, com bases e fundamentos diferentes e a implicação destas divergências não é posta em causa (Donaldson & Preston, 1995). Sendo importante referir que nem todos os contributos podem ser postos lado a lado com as ideias basilares da teoria. Muitos contributos, bem como as críticas, são pontos de vista diferentes que desafiam a própria teoria, forçando-a a evoluir no tempo e no contexto.

Friedman (1970) afirma que a responsabilidade das empresas é o aumento dos lucros. Posteriormente Friedman e Miles (2002) desenvolvem matéria sobre as relações conflituosas dos *stakeholders* (interesses compatíveis e incompatíveis).

Stoney e Winstanley (2001) defendem que a teoria é complexa de implementar, devido à sua natureza. Jensen (2001) declara que é impossível maximizar mais que uma variável

simultaneamente. Clifton e Amran (2011) ressaltam que a teoria não consegue ajudar a gestão da empresa, nem orientá-la pelas suas obrigações de sustentabilidade.

Existem também críticas à teoria enquanto ferramenta científica, por parte de Key (1999), por afirmar que a teoria não consegue espelhar a realidade, tendo uma falha na metodologia, e aponta quatro aspetos: (A) a incapacidade para explicar o seu processo, (B) a vinculação incompleta entre as variáveis internas e externas, (C) a atenção insuficiente ao sistema no qual o negócio opera, assim como os vários níveis de análise do sistema e (D) a avaliação inadequada do ambiente.

Ainda assim, apesar das divergências existem pontos comuns na maioria dos contributos, como o benefício organizacional ao estabelecer um relacionamento positivo com os seus *stakeholders* (Deegan, 2002).

O discurso de responsabilidade social das organizações é suportado pela teoria dos *stakeholders*. Alguns estudos empíricos, como o de Roberts (1992), demonstram evidências de que a “Teoria *Stakeholders*” é uma base adequada para analisar a divulgação de RSE.

É uma necessidade as empresas desenvolverem a estratégia de comunicação com base nos *stakeholders* (Van der Laan Smith *et al.*, 2005).

Orij (2010) conduziu um estudo que relaciona os discursos de RSE com a teoria dos *stakeholders* sobre a influência do fator cultura, com base nos desenvolvimentos de Ullmann (1985) acerca da temática de divulgação. Muitos outros estudos empíricos foram desenvolvidos de forma a ligar e compreender de que forma os *stakeholders* (com base na teoria dos *stakeholders*) influenciam e justificam a existência de comunicação de RSE, em muitos dos casos através de análises estatísticas (ver por exemplo: Vitolla *et al.*, 2019; Huang, *et al.*, 2010).

1.3.2. Teoria da legitimidade

O termo legitimidade ganhou relevância com a obra de Max Weber, denominada “Economia e Sociedade, 1921”. Desde então o conceito tem sido alvo de diversas propostas de definição, por parte dos académicos. Existem diversas perspetivas, no que se refere ao

conceito de “legitimidade”: (A) a legitimidade enquanto um ativo intangível, definida como um “recurso operacional” da empresa (Suchman, 1995); (B) a legitimidade enquanto processo (Zelditch, 2001; Johnson *et al.*, 2006), uma interação entre vários elementos da sociedade com a organização e (C) a legitimidade enquanto percepção, ou seja, um julgamento social sobre aquilo que é apresentado ao público (Walker *et al.*, 1986).

A teoria em apreço partiu do conceito de “legitimidade” e sofreu, ao longo do tempo, o mesmo tipo de evolução, no qual se baseiam os contributos académicos. Em 1995, Suchman propõe uma definição na qual a legitimidade pode ser defendida como “a percepção generalizada das ações aceites e desejadas de uma entidade num sistema socialmente munido de normas, valores, crenças e definições” (p. 574).

Para entender qual o comportamento correto que a organização deve adotar, existe um “contrato social” entre o público e a organização. Este contrato é um elemento dinâmico que deve acompanhar o estado tanto da organização como do público. Se por um lado o contrato deve acompanhar os presentes e os futuros valores, políticas, tecnologias e práticas da organização (Alakent & Ozer, 2014), de igual forma deve acompanhar as alterações dos paradigmas, crenças e necessidades do público. Cabe à gestão da organização acompanhar e agir face às mudanças (Gray *et al.*, 1996; Deegan, 2002), podendo tentar alterar a percepção de legitimidade organizacional perante o público, mantendo em mente que o desrespeito pelo contrato social pode ter consequências.

Numa outra perspetiva, a “Teoria da Legitimidade” é percecionada como uma das *frameworks* mais importantes para compreender a eficiência dos tribunais nas sociedades democráticas (Gibson, 2008).

Segundo Suchman (1995), Deegan (2002) e O’Donovan (2002), a importância da “Teoria da Legitimidade” recai sobre a sua proposta de valor, às questões relacionadas com a procura da legitimidade, bem como as razões e motivos de divulgações voluntárias realizadas pelas organizações relativas à matéria. À luz desta teoria, os gestores têm o papel fundamental em perceber como a sociedade perceciona a organização. No caso das operações organizacionais que não sejam compatíveis com o “contrato social”, os gestores terão de analisar a situação e posteriormente desenvolver e implantar estratégias corretivas e divulgá-las na tentativa de modificar a percepção da sociedade (Deegan, 2002).

Compreender que qualquer organização influencia e é influenciada pela sociedade que a rodeia (Deegan, 2002) é um dos caminhos para o sucesso da organização. Neste contexto a comunicação empresarial deve ser adaptada ao binómio empresa-público, visto que o “contrato social”, que legitima a existência da empresa e as suas ações, parte da comunicação (Brown & Deegan, 1998; Deegan, 2002).

De acordo com Suchman (1995) a gestão da legitimidade encontra-se intimamente ligada ao diálogo entre a empresa e o público-alvo. É previsível aquando de uma disparidade real ou potencial, entre os dois sistemas (empresa e público), que exista, ou possa vir a existir, uma ameaça à legitimidade da organização (Dowling & Pfeffer, 1975), sendo que, caso a organização não seja legítima na visão da sociedade, esta gradualmente revoga o “contrato social” entre as partes (Deegan & Rankin, 1996).

Na procura pela legitimidade, as organizações desenvolvem diversas formas de a implementar, seja a procura por credibilidade ou continuidade ou pela adoção de posições mais passivas ou ativas, seja desenvolver uma abordagem tática, na qual a legitimidade é procurada, intencional e calculada com o intuito de obter a aprovação social, ou ainda uma abordagem institucional que conta com uma dinâmica diferente onde as definições culturais interferem desde a ação à avaliação da organização (Suchman, 1995).

Através da “Teoria da Legitimidade” as organizações, no seio das suas ações, tendem a reclamar a sua legitimidade, num processo se designa por “legitimação” ou “mecânicas de legitimidade” (Suchman, 1995; Suddaby et al, 2017) e no qual apresentam os seguintes objetivos: (A) ganhar legitimidade; (B) manter a legitimidade e (C) recuperar a legitimidade. Em suma, a legitimação é um processo mutável no tempo e diferencia-se de organização para organização, procurando aprovação (ou evitar sanções) por parte da sociedade (Kaplan & Ruland, 1991), podendo atingir assim os seus objetivos específicos (Suchman, 1995).

A organização procura, portanto, harmonizar os valores sociais ligados às suas ações seguindo as normas de comportamento aceitáveis no sistema social mais amplo onde está integrada (Dowling & Pfeffer, 1975). As ações favoráveis à harmonização do sistema aumentam a legitimidade da organização. As ações contra o equilíbrio do sistema resultam na diminuição de “legitimidade” da organização. Quanto mais legitimidade uma empresa possuir mais “livre” se torna para realizar as suas atividades (Tilling, 2004), por isso, as

organizações procuram alinhar as ações para corresponder aos desejos do público, dado que, para poderem laborar as organizações devem agir dentro dos limites do que é considerado um comportamento socialmente aceitável (O'Donovan, 2002).

Toda a pressão sobre o comportamento da organização leva à necessidade de criar esforços na organização para manter o público crédulo, sobre a sua legitimidade, sendo que a comunicação voluntária é vista como um esforço à legitimação social (Lindblom, 1994).

Para compreender melhor as possíveis abordagens à legitimação, Suchman (1995) distingue três tipos de legitimidade (*ver tabela 1-1*), podendo estes ser aplicados em conjunto.

Tabela 1-1: Tipo de legitimidade

Tipo de legitimidade	Descrição
Legitimidade pragmática	Avaliação pragmática das relações com os <i>stakeholders</i> .
Legitimidade moral/normativa	Avaliação normativa de propriedade moral.
Legitimidade cognitiva	Avaliação baseadas em definições cognitivas interpretáveis e adequadas.

Fonte: Realizada pelo autor com base no descrito em Suchman (1995)

Em função da tabela supra, a “legitimidade pragmática” está ligada às respostas no curto espaço/tempo, sobre a percepção do público relativamente às ações da empresa que possam afetar o seu bem-estar (Suchman, 1995; Claasen & Roloff, 2012). Suchman (1995) divide o mecanismo de “legitimidade pragmática” em três tipos: legitimidade de troca, legitimidade de influência e legitimidade disposicional.

A “legitimidade normativa/moral” rege-se pela percepção dos comportamentos da empresa, no envolvimento das suas atividades sobre a premissa “fazer as coisas certas”. Embora autores como Neville, Bell e Whitwell (2011) defendam apenas a existência de legitimidade moral. Segundo Suchman (1995) podemos avaliá-la em quatro perspetivas:

legitimidade consequente, legitimidade processual, legitimidade estrutural/categórica e legitimidade pessoal.

A “legitimidade cognitiva” está relacionada com a aceitação da empresa por parte do público, bem como as necessidades, crenças ou cultura deste. Este tipo de legitimidade procura simplificar a informação, para evitar e resolver problemas, uma vez que a sua base é a ciência e por vezes este conhecimento é específico e codificado (Scott, 2001). Suchman (1995) divide a legitimidade cognitiva em duas vias distintas: Legitimidade baseada na compreensibilidade e Legitimidade baseada no tomado como garantido.

Existe, contudo, a possibilidade de que as ações da organização resultem em ilegitimidade, i.e., o efeito contrário à legitimidade que irá afetar e responsabilizar a organização (Suddaby et al, 2017). Naturalmente, existem consequências quando a legitimidade da organização é posta em causa, como por exemplo, a redução ou a eliminação da procura dos serviços e/ou produtos da organização, a recusa de fornecimento por parte dos fornecedores ou até multas (Deegan, 2002).

A “teoria da legitimidade” apresenta ferramentas e estratégias para ganhar, manter e recuperar a legitimidade da organização. Mathews (1993), afirma que as ações de voluntariado têm potencial para influenciar positivamente o relacionamento com o público. Lindblom (1994) propõe quatro estratégias de legitimação organizacional que podem ser adotadas individualmente ou em simultâneo (*ver tabela 1-2*).

Tabela 1-2: Estratégias de legitimidade

Estratégias de legitimidade Lindblom (1994)
• Informar e educar o público sobre as mudanças na organização.
• Mudar a perceção do público em relação ao desempenho organizacional (sem modificar a organização na realidade).
• Manipular a perceção do público, alterando o foco da atenção relativo à organização de um aspeto negativo para um aspeto positivo.
• Modificar as expectativas externas sobre o desempenho da organização no futuro.

Fonte: Realizada pelo autor com base no descrito em Lindblom (1994)

Suchman (1995), por sua vez, define várias estratégias para ganhar, manter e recuperar legitimidade (ver tabela 1-3), segundo os tipos (pragmática, moral e cognitiva) de legitimidade. Para cada tipo de legitimidade existem variações do que se procura influenciar.

Tabela 1-3: Estratégias de legitimidade

Objetivo	Estratégias
Adquirir	Adaptar-se às exigências do meio (ouvir as várias vozes do público e implementar).
	Selecionar o mercado onde se vai instalar e desenvolvê-lo (seja com fatores internos ou externos).
	Controlar/manipular/institucionalizar as crenças do público atual e futuro, divulgando as suas atividades/produtos/serviços e conquistas que tenham potencial para beneficiar a imagem da empresa.
Manter	Monitorizar o ambiente e as mudanças no público.
	Apoiar e favorecer o público para proteger conquistas passadas.
Recuperar	Normalizar as ações da empresa.
	Reestruturar as ações da empresa.
	Justificar-se (desculpar-se) pela ação que executada.
	Explicar o porquê das ações e o porquê do impacto.

Fonte: realizada pelo autor com base no descrito em Suchman (1995)

Como tivemos oportunidade de demonstrar a “Teoria da Legitimidade” não é consensual na literatura, no entanto encontra-se em constante evolução, originando assim várias correntes de pensamento (Tilling, 2004). De igual forma as críticas e confrontos com esta teoria vão também surgindo e acompanhando a evolução da mesma. Diversos académicos testam a teoria nas mais diversas realidades. É o caso de Campbell (2003), que utiliza a teoria para testar as divulgações em setores críticos, onde as suas atividades causam um maior impacto no ambiente. Existem outros autores que discordam de determinadas partes da teoria, como o caso de Sonpar, Pazzaglia e Kornijenko (2010) que questionam a dimensão temporal da mesma, afirmando que a teoria ignora a variável tempo.

A “teoria da legitimidade” está correlacionada com a comunicação, em diversos estudos na literatura, pondo à prova a reação das empresas, mediante a sua situação para com o seu público. Brown e Deegan (1998) desenvolveram um estudo para relacionar o volume de comunicação, por parte das organizações com o nível de legitimidade. Na conclusão do estudo identificam setores empresariais que, quando identificam uma potencial perda de legitimidade, por exemplo relacionada com as emissões para o ambiente, aumentam as publicações de responsabilidade social (nem todos os setores reagiram da mesma forma).

O’Donovan (2002) afirma que a “teoria da legitimidade” é das teorias mais justificativas para o aumento da comunicação de informações ambientais, desde o início dos anos 80, investigando no seu trabalho “Até que ponto as divulgações de relatórios anuais estão relacionadas a: tentativas de ganhar, manter e reparar a legitimidade”. Os resultados da sua pesquisa, indicaram que a teoria da legitimidade é um fator explicativo para as divulgações ambientais. Um caso empírico mais recente foi conduzido por Archel *et al.* (2009), no qual demonstraram que existe uma aposta na estratégia de comunicação por parte de uma empresa do ramo automóvel, com o objetivo de modificar e legitimar um novo processo aos olhos do público. Deegan, Rankin e Tobin (2002) testaram a “teoria da legitimidade” nas divulgações de RSE das organizações, onde concluíram que existe uma tentativa por parte da gestão, de legitimar as organizações perante o público (a conclusão do estudo alinhada com a “teoria da legitimidade”). Mais recentemente Lanis e Richardson (2013) sugerem, que através de evidências empíricas apoiam a “teoria da legitimidade”, como uma explicação pela qual certas organizações divulgam mais informações de RSE do que outras.

1.4. O Desenvolvimento Sustentável

Com o desenvolvimento tecnológico na revolução industrial, a população global presenciou um crescimento exponencial do qual resultaram consequências ambientais complexas, bem como diversas injustiças sociais (Shrivastava, 1995).

O conceito de desenvolvimento sustentável (DS) surgiu na Comissão de Brutland de 1987. Desta comissão, dirigida pela então presidente Gro Harlem Brundtland, resultou o relatório denominado “O nosso futuro Comum”, que ficou conhecido como o relatório de Brutland. Neste relatório apresentou-se a principal causa dos problemas ambientais do mundo, a

pobreza. Criticou-se, igualmente, os países mais desenvolvidos pela forma como estavam a esgotar, rapidamente, os recursos naturais. (Tayra, N.D.) Portanto, é do relatório de Brutland que surge a definição de desenvolvimento sustentável (ONU Brasil, 2020).

O DS não é um estado fixo de harmonia, mas sim um processo de mudança em que a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional são feitas de acordo com o futuro, bem como as necessidades presentes (World Commission of Environment and Development, 1987).

O conceito de DS foi apresentado como alternativa a duas visões antagónicas: a primeira afirma que não é possível desenvolver ações que consigam solucionar as tensões ambientais, sociais e económicas; a segunda procura suavizar a realidade e afirma que não existem problemas resultantes das mesmas tensões. Assim, o conceito é o meio termo que expressa a existência de problemas, apresentando um possível caminho, de desenvolvimento sem comprometer as gerações futuras (Milne & Gray, 2013).

Posteriormente, em 1992, no encontro das Nações Unidas do Rio de Janeiro, o tema desenvolvimento sustentável surge na agenda, como um dos mais urgentes para a política internacional. O tema integrou o “Earth Summit” onde foram desenvolvidos acordos internacionais sobre as mudanças climáticas, a biodiversidade e os princípios sobre as florestas, naquela que ficaria conhecida como “Agenda21”. A “Agenda21” foi além das questões ambientais, abordando questões como a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento, padrões insustentáveis de produção e consumo, pressões demográficas e a estrutura da economia internacional. No seu seguimento, e com base no relatório de Brutland, no evento “World Summit” de 2002 foram definidos os três pilares do desenvolvimento sustentável: o económico, o social e o ambiental (Robert *et al.*, 2005; ONU Brasil, 2020.).

O pilar económico tem como base o lucro, no entanto, é necessário a inclusão, neste conceito, da conceção de capital humano e intelectual. Em relação ao pilar social, várias teorias defendem que a desigualdade social e a educação não fazem parte do conceito de sustentabilidade. É essencial um sistema social equalizado, para que as questões ambientais e económicas progridam de forma positiva. Para o desenvolvimento sustentável é realmente importante equalizar a riqueza, através de uma transparência entre a sociedade e as organizações. Por fim, no pilar ambiental o DS defende a preservação dos recursos naturais.

Os padrões de consumo devem ter em consideração a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida das populações. Estes três pilares devem estar unidos pois são dependentes entre si (Sena *et al.*, 2014).

Para uma melhor compreensão do conceito DS, este pode ser considerado como uma evolução da teoria do desenvolvimento económico de Smith (1985), na qual se procurava aumentar a riqueza das nações pela eficiência produtiva.

Acresce o fator tecnológico que passou a ser responsável pela melhoria da eficiência, aumentando o rendimento retirado dos recursos naturais ao mesmo tempo que diminui os efeitos nocivos resultantes das atividades da organização (Deluiz & Novicki, 2004). Por outras palavras, estamos perante uma procura pela excelência, onde se procura ser eficiente e eficaz, maximizando os proveitos e minimizando os desperdícios.

As organizações promovem a operacionalização do conceito “desenvolvimento sustentável”, através de três vetores: os valores, que representam ou sustentam o desenvolvimento sustentável da organização; as práticas do desenvolvimento sustentável na organização; e, por último, os indicadores que são uma forma de definir e mensurar o desempenho da empresa (Robert *et al.*, 2005). Os indicadores de sustentabilidade são amplamente aplicados por diversos motivos, como sendo facilitadores na comunicação da tomada de decisão. Porém, não existe um conjunto de indicadores universalmente aceites suportados por uma teoria convincente (Parris & Kates, 2003).

A comunicação de informações ligada ao DS está associada à prática de divulgação de RSE, pois contribui para a legitimidade da organização, contribuindo para um relacionamento positivo com os *stakeholders*, uma vez que reduz a assimetria de informação entre a gestão das empresas e o público. Como resultado desta comunicação, temos a melhoria da reputação da organização no mercado, um custo com o capital menor, um melhor fluxo monetário e valores das ações mais elevados (Jizi, 2017).

1.4.1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

É consensual que os objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM) sejam marco histórico, no que diz respeito à sustentabilidade. Caracterizam-se pelos seus oito objetivos, todos mensuráveis. Estes foram estabelecidos para o período de 2000 a 2015 (Organização das Nações Unidas, 2018) e englobam temas como a pobreza, a fome, as doenças, a falta de escolaridade, a desigualdade de gênero e a degradação ambiental. Estes objetivos compreendem um esforço conjunto entre os países ricos e pobres para combater injustiças sociais, ambientais e econômicas. De referir que os comportamentos, entre estes países, divergem. Os países em desenvolvimento apresentam diferenças significativas, tanto entre si, como entre as suas regiões. Estas resultam de um conjunto de falhas operacionais dos ODM, que envolveram muitos *stakeholders*, sendo que aqueles com menos recursos foram os mais lesados. Com a experiência obtida durante quinze anos e com base no conhecimento desenvolvido, chegou-se à conclusão que para manter a trajetória em direção à sustentabilidade, seria necessário manter objetivos para lutar contra a fome, a pobreza e as mudanças climáticas. Em junho de 2012, no evento “Rio+20 summit”, iniciou-se o plano para os “novos” objetivos de desenvolvimento do milênio, ou seja, surgiram os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) (Sachs, 2012).

Os ODS são as novas metas definidas em assembleia geral das Nações Unidas (ONU) em 2015, na qual se definiram os “dezassete objetivos para transformar o nosso mundo” até 2030, com base nas grandes temáticas: sociais, econômicas e ambientais. Estes objetivos são estendidos a 169 metas. Para Ban Ki-moon, o secretário-geral da ONU em funções neste momento, “São uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta, e um plano para o sucesso” (United Nations, 2010; ONU, N.D.). Os objetivos estão representados na seguinte ilustração:



Ilustração 1.4- Os 17 ODS da ONU (Organização das Nações Unidas, 2018)

Os ODS são a visão que as Nações Unidas projetam sobre o futuro da humanidade, nomeadamente, em relação ao crescimento da população, às alterações feitas ao meio ambiente e a todas as consequências resultantes destas alterações. Para possibilitar a leitura do sucesso dos ODS, foram criados, em cada país, indicadores de forma que fosse possível, publicamente, compreender o seu desempenho (simplificando matérias complexas como os processos sociais e ambientais) (República Portuguesa, 2017).

No que diz respeito às organizações, segundo o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD), “Os ODS são uma nova e renovada perspetiva para converter as necessidades e ambições mundiais em soluções empresariais” (BCSD, N.D), ou seja, as organizações devem participar no desenvolvimento sustentável, devido à importância que tem vindo a ganhar. As empresas que abraçaram este movimento começaram por identificar e executar estratégias de desenvolvimento sustentável que combinem com as suas visões, propósitos e modelos de negócio (Busco *et al.*, 2018).

As empresas podem utilizar os ODS como potenciadores das suas atividades económicas. No quadro seguinte podemos observar as várias aplicações dos ODS nas empresas (BSCD).

Tabela 1-4: Aplicações dos ODS nas empresas

Aplicações dos ODS nas empresas (BSCD)
<ul style="list-style-type: none">• Podem identificar futuras oportunidades de negócio.
<ul style="list-style-type: none">• Podem fortalecer as relações com os seus <i>stakeholders</i>, “antecipando a gestão de riscos legais e de reputação”.
<ul style="list-style-type: none">• Podem adquirir mais estabilidade dos seus negócios em sociedades “pujantes”.
<ul style="list-style-type: none">• Podem desenvolver uma comunicação mais eficaz com os <i>stakeholders</i> relativamente aos seus impactes e desempenhos.

Fonte: Realizada pelo autor com base em (BSCD, N.D.)

Os ODS são cada vez mais utilizados na comunicação das empresas, de forma a demonstrar o seu alinhamento com as causas humanas, ambientais, sociais e económicas. Cada organização pode desenvolver o projeto de sustentabilidade, envolvendo tanto os seus *stakeholders* como os fornecedores e clientes (Wang *et al.*, 2020).

As organizações que mais comunicam, com recurso aos ODS, estão ligadas a países onde existe um maior nível de mudanças climáticas e um maior nível de RSE. Isto pode também verificar-se nas organizações com uma comunicação focada numa perspetiva a longo prazo (Rosati & Faria, 2019).

No entanto, um estudo realizado por Alan McGill e Louise Scott (2018), sugere que apesar das empresas, nos últimos anos, incluírem nas suas conversações globais os ODS e, algumas destas, se comprometerem com os mesmos, ainda existem muitas lacunas. Muitas organizações necessitam de estratégias e ferramentas para conseguirem alcançar o pretendido, com estes objetivos de desenvolvimento sustentáveis. As empresas têm uma visão, por vezes redutora, na qual que são vistos, os ODS, como uma questão de sustentabilidade, no entanto, podem servir para moldar a estratégia do negócio e para ajudar

as empresas a identificar riscos e oportunidades e a construir modelos de negócios. Por esta razão, os KPI são importantes, pois desta forma as empresas podem entender o seu impacto e descobrir o que precisa de ser melhorado. Os relatórios realizados pelas empresas ganham relevância. Estes são decisivos para que as empresas conseguiram mostrar os resultados provenientes dos ODS, tanto interna como externamente.

1.4.2. Objetivos do desenvolvimento sustentável e o relatório não financeiro

Durante a década de 70 começaram a surgir os primeiros “relatórios não financeiros” (chamados relatórios ambientais), contudo apenas nos anos 90 tiveram o grande impulso das empresas multinacionais, bem como com a criação do Global Reporting Initiative (GRI) que fomentou em larga escala a sua difusão. (Lopes & Eugénio, 2020).

A GRI é uma organização independente cuja missão está ligada ao desenvolvimento e à divulgação de diretrizes para os relatórios de sustentabilidade, apoiando as organizações na divulgação voluntária de atividades nas suas dimensões social, ambiental e económica (Golob & Bartlett, 2007). O objetivo da GRI é a divulgação, por parte das empresas e dos países, dos seus contributos positivos ou negativos na área da sustentabilidade através dos relatórios de sustentabilidade normalizados (GRI, N.D.).

O desenvolvimento da comunicação de sustentabilidade nas organizações tem sido auxiliado e formatado por referenciais de acordo com o GRI, e onde, de forma mais sistemática, se comunica o impacto das esferas económicas, sociais e ambientais de cada empresa. Fonseca *et al.* (2012) afirma que as empresas líderes estão cada vez mais a adotar os padrões da GRI (incluindo as organizações de petróleo e gás). Contudo, Milne e Gray (2013) alertam para a possibilidade do desenvolvimento ilusório de um mundo justo e sustentável com estas ferramentas.

O “relatório não financeiro” incorpora assim as formas de responsabilidade social, sustentável e ambiental. Estes relatórios, ao contrário dos “relatórios financeiros” são de carácter voluntário⁶ e têm como objetivo apresentar à sociedade e aos investidores, o

⁶ Com a Diretiva Europeia 2014/95/EU de 22 de outubro (Portugal Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho) estes relatos tornaram-se obrigatórios para algumas empresas. Em particular, grandes entidades de interesse público, com mais de 500 trabalhadores (Ribeiro, 2019).

comportamento da organização, no que diz respeito aos aspetos sociais e ambientais (Gonçalves, 2018). Mais concretamente são apresentados os dados quantitativos e qualitativos e toda a informação que não está descrita nos relatórios financeiros. Os assuntos abordados reportam-se aos assuntos como a contabilidade social, responsabilidade social, relatórios ambientais, sustentabilidade, entre outros (Fernandes, 2019). Em algumas empresas, surgiu a necessidade de ser elaborado um relato conjunto, ou seja, a informação financeira, obrigatória, com a não financeira, incorporada no mesmo relatório (Gonçalves, 2018).

Em 2010 foi criado o IIRC (Conselho Internacional para o Relato Integrado) e em 2013 foi publicado o framework do relatório integrado (Lopes & Eugénio, 2020). O IIRC consiste numa coligação entre os investidores, reguladores, empresas, profissionais de contabilidade, reguladores e ONG (IIRC, 2013b). Este conselho foi fundado com o objetivo de promover a prosperidade e a proteção do nosso planeta, bem como a sua missão, tendo por base estabelecer relatórios e pensamentos integrados dentro da prática comercial. Para o IIRC a alocação de capital e o comportamento cooperativo estão unidos aos objetivos da estabilidade financeira e do desenvolvimento sustentável, através de relatórios e pensamentos integrados (IIRC, 2013a).

O “relatório integrado” tem como objetivo agregar a informação financeira com a não financeira, através de uma abordagem inovadora, de modo a responder à necessidade de informação dos *stakeholders* (Ribeiro, 2019). Têm como metas melhorar a qualidade de informação disponível, promover uma abordagem mais coesa e eficiente, aumentar a responsabilidade e administração para a base de capitais e promover as suas independências e apoiar o pensamento, a tomada de decisões e ações integradas com o foco na criação de valor a curto, medio e longo prazo (IIRC, 2013b). Estes relatórios são “uma representação clara e concisa de como uma organização cria e sustenta valor, tendo em conta fatores económicos, sociais e ambientais” (Lopes & Eugénio, 2020).

O *framework* do “relatório integrado” refere sete princípios que integram a apresentação da informação: 1) o foco estratégico e a orientação futura; 2) a conetividade das informações; 3) a relação com os *stakeholder*; 4) a materialidade; 5) a concisão; 6) a confiabilidade e integridade e 7) a consistência e comparabilidade.

Além dos princípios enunciados, também devem ser integrados no seu conteúdo oito aspetos: 1) a visão geral organizacional e o ambiente externo; 2) a *governance*; 3) os modelos de negócio; 4) riscos e oportunidades; 5) estratégia e alocação de recursos; 6) o desempenho; 7) as perspectivas e 8) a base de preparação e apresentação. De notar que para cada item está associada uma pergunta, a qual deve ser respondida. Na sequência dos mesmos, subjaz a orientação geral do relatório, onde são apresentados os assuntos que se consideram importantes para o conteúdo, tais como: divulgação de materiais; divulgação sobre capitais; cronogramas de curto a médio prazo; agregação e desagregação (IIRC, 2013b).

1.5. A comunicação de Responsabilidade Social Empresarial na Indústria de Petróleo e Gás

As organizações no setor do petróleo e gás (PeG) são consideradas aquelas que mais comunicam e partilham informações de RSE (Frynas, 2005). Já nos anos 60 o setor integrou voluntariamente, algumas iniciativas relacionadas com a poluição (Frynas, 2009). Ao terem uma comunicação robusta de RSE, as organizações de PeG puderam criar uma melhor reputação e desempenho, junto das economias mais desenvolvidas, bem como verem as suas atividades aprovadas (Henry *et al.*, 2016; Frynas, 2009).

Uma das condições necessárias para que as empresas de PeG desenvolvam as suas atividades numa região é o contrato de exploração que, por norma, é de longa duração (Frynas, 2009). Para que o contrato seja oficializado, existe a necessidade de analisar o impacto resultante da futura atividade da organização, iniciando-se um processo de negociação e comunicação com os respetivos *stakeholders* que possam ser afetados pelas atividades da empresa (Liebenthal *et al.*, 2005; Raufflet *et al.*, 2014). O processo é semelhante ao descrito nas teorias da “legitimidade” e “*stakeholders*”, em que a organização reúne esforços para conquistar a legitimidade das suas operações, perante todos os *stakeholders*.

Os *stakeholders* fundamentam as suas exigências em grandes pilares como a ética e governança, a gestão ambiental, as boas relações com os locais, a segurança social e a saúde ocupacional (Raufflet *et al.*, 2014). Entre várias ferramentas de comunicação destacam-se as declarações de políticas integradas e de códigos de conduta, os relatórios de desenvolvimento

sustentável e de RSE que seguem as diretrizes do GRI⁷ e a contratação de entidades externas para a validação de dados, publicados nos relatórios (Frynas, 2009). Em termos de modernização é cada vez mais aceite a divulgação via web (Jenkins & Yakovleva, 2006).

Nas diversas regiões do globo, as organizações de alto impacto ambiental e social, como as do setor PeG, tendem a ter estratégias de comunicações de RSE focadas nos desafios de desenvolvimento das populações locais e nas políticas ambientais (Koolwal & Khadelwal, 2020; Clarke & Gibson-Sweet, 1999; Jenkins & Yakovleva, 2006; Bayoud *et al.*, 2012). Estas organizações foram das primeiras a divulgar, com regularidade, relatórios sobre os seus impactos ambientais (Hughey & Sulkowski, 2012).

O “discurso” das organizações foi moldado inicialmente pelas exigências locais, a par com o desenvolvimento do mundo globalizado para um discurso multinacional, de modo a dar resposta às exigências (Raufflet *et al.*, 2014). Ressalva-se a iniciação dos processos de desenvolvimento interno para obter certificações como a ISO 14001 e/ou a ISO 26000, a aposta no desenvolvimento de um plano de RSE, as quais deram resposta às exigências dos *stakeholders*, principalmente ONG (Henry *et al.*, 2016).

Neste sentido, as temáticas prevenção, segurança ocupacional e ambiente estão interligadas para conseguir minimizar os possíveis impactos negativos inerentes às atividades da empresa nos *stakeholders*. A comunicação focaliza-se na prevenção de acidentes laborais/ambientais e no desenvolvimento de tecnologias/processo para reduzir o impacto ambiental (Frynas, 2009). Os *stakeholders* esperam informações relativas a planos de contingência, principalmente investidores que exigem informações detalhadas sobre os planos para a gestão, controlo e prevenção de potenciais acidentes, pois os desenvolvimentos destes planos representam uma diminuição do risco no investimento (Reverte, 2012).

Segundo Frynas (2009), as organizações do setor PeG são das que mais divulgam interações com as comunidades locais, sendo uma das práticas recorrentes na comunicação de RSE a construção de escolas, hospitais, e outras estruturas basilares, bem como o desenvolvimento de programas de emprego para os jovens, principalmente nos países em

⁷ Existem outras entidades que padronizam a comunicação de RSE no universo petroquímico como a IPIECA ou o SASB.

desenvolvimento. Contudo são poucas as que divulgam informações sobre as suas políticas de direitos humanos (Raufflet *et al.*, 2014).

O setor de PeG está enquadrado num tipo de indústria “ambientalmente sensível”, criando uma necessidade de aposta na comunicação de sustentabilidade. Os relatórios de RSE são ferramentas importantes para manter a legitimidade perante os *stakeholders* e a sociedade. Tão importante que três quartos da indústria de PeG produz relatórios de RSE (Jaworska, 2018). As organizações do setor PeG podem ter de enfrentar situações nas quais a sua legitimidade e reputação são postas em causa, como os derrames de óleo, disputas por direitos sobre as terras com os locais ou ações de corrupção (Henry *et al.*, 2016).

Contudo, face ao volume de comunicação abundante, a qualidade desta em termos linguísticos pode ser insuficiente. De acordo com Jaworska (2018), a temática de mudanças climáticas refere que são utilizadas palavras ou termos que apesar de serem usados com frequência, não traduzem os seus significados, valores e práticas associados. Esta prática é utilizada para tranquilizar os *stakeholders*. Por exemplo na temática mudança climática é descrito o que é feito pela organização, sem demonstrar a real situação criada por esta, em termos ambientais.

Outros autores, como Vaaland e Heide (2008), apresentam o caso de estudo da Statoil, o qual envolveu um esquema de corrupção que levou diversos *stakeholders* empregados, meios de comunicação social e as autoridades a questionar as ações da organização. Nesta situação, os meios de comunicação social foram os *stakeholders* que mais contribuíram para a notoriedade do acontecimento. Quando os meios de comunicação, assim o divulgaram, mais *stakeholders* se juntaram à causa contra a empresa. Perante tal confronto a Statoil interpôs ações judiciais, com o objetivo de recuperar a legitimidade, através da demissão dos seus dirigentes, da publicação de códigos de ética e da apresentação de um plano com o intuito de redução da corrupção. A empresa começou a investir em relatórios de sustentabilidade para diminuição das lacunas de informação e de expectativas dos *stakeholders*. Assumiram o compromisso de proteção do meio ambiente, dos direitos humanos e da ética nas suas operações internacionais.

Os possíveis derrames de óleo, os impactos sociais nas comunidades locais e as dificuldades macroeconómicas que possam ser geradas pelas suas atividades são um ponto

comum a todas as organizações de PeG, contudo é admissível dizer que existem variações de região para região noutras temáticas onde as organizações estabelecem as suas atividades (Frynas, 2009).

Na Rússia, a RSE detém uma comunicação formal fraca. Prevalece uma RSE que se foca na compensação das comunidades locais nas quais as organizações de PeG se instalam. Este facto é explicado através da história do desenvolvimento da Rússia no período soviético, na qual as empresas públicas e privadas, quando se instalavam na região, ficavam responsáveis por desenvolver todos os sistemas - as infraestruturas básicas, os sistemas de luz, água ou esgotos, o desenvolvimento de serviços de medicina, etc. Atualmente, o foco das atividades e da comunicação está no desenvolvimento de infraestruturas sociais e de ações voluntárias de caridade (moldadas pelas normas locais, pelas expectativas, pelas autoridades competentes e pelo próprio estado russo). O setor de PeG na Rússia é composto, na sua maioria, por empresas do Estado ou com ligação ao Estado, uma vez que o governo russo liderado por Vladimir Putin defende que os recursos naturais devem ser geridos pelo país. O desenvolvimento da comunicação de RSE no setor PeG na Rússia está ligada à necessidade de melhorar a imagem do país junto do mercado exportador, de forma a desenvolver o setor no país. As maiores empresas tendem a seguir o modelo de relatório segundo as diretivas do GRI e procuram a certificação ISO 14001, certificação que está ligada ao ambiente (Henry *et al.*, 2016).

No Catar, a RSE detém uma ligação com a visão de desenvolvimento do “país em 2030”, suportado em quatro grandes pilares - o desenvolvimento humano, o desenvolvimento social, o desenvolvimento económico e o desenvolvimento ambiental. Como medida para atingir este objetivo, o país implementou sistemas de controlo que seguem padrões internacionais, como o GRI ou a declaração ambiental do Rio de Janeiro. No Catar, as organizações de PeG contam com pouco mais que uma década de experiência no desenvolvimento de RSE. Estas focaram-se em temáticas como a saúde, a educação, o meio ambiente, caridade e o desporto, negligenciando os direitos humanos, direitos dos trabalhadores, condições de trabalho, medidas contra a corrupção e suborno. As organizações não avaliam os impactos das atividades de RSE, contudo reconhecem a RSE como uma prioridade nas suas atividades (Kirat, 2015).

No México, a maior empresa do setor PeG é a PEMEX, uma empresa pública que desde 1996 procura melhorar o seu desempenho ambiental e de segurança ocupacional. A PEMEX aderiu ao GRI, e tal levou-a a interessar-se não só pelo ambiente, mas também pelos direitos humanos, os direitos dos trabalhadores e a anticorrupção. No seu plano de negócios do período 2010 – 2025, a PEMEX reconhece a RSE como forma de melhorar a sua imagem e relacionamento com os seus *stakeholders*, reforçando a sua preocupação com o ambiente e apostando na responsabilidade social como elemento-chave na sua atuação. Ir além do legalmente exigido, tem como objetivo a contribuição para um desenvolvimento sustentável da sociedade e a melhoria da qualidade de vida das famílias. No desenvolvimento das atividades de PeG no país foi criado um contrato no qual as organizações de PeG, que desenvolvessem atividades no território, devem investir pelo menos 1% em RSE nas áreas de ambiente, desenvolvimento social e desenvolvimento econômico (García-Chiang, 2018).

Na Índia, há uma crescente adesão à publicação de relatórios de RSE e ao desenvolvimento de ferramentas/estratégias associadas (como códigos de conduta). Os temas mais abordados nos discursos de RSE pelas empresas indianas estão ligados aos cuidados de saúde, educação, bem-estar dos empregados e das suas famílias. Não existindo um grande investimento no tema ambiente (Govindarajan & Amilan, 2013). Contudo, no caso das empresas de PeG o foco encontra-se nas temáticas ambientais, como a sua contribuição no combate às alterações climáticas, mitigação de derrames de óleo e gestão de recursos como a energia e a água. As organizações indianas de PeG realizam apostas na comunicação de RSE seguindo as diretrizes do GRI, do “Oil and Gas Sector Disclosure” e do IPIECA, (Bhatt & Sharma, 2019).

Na Nigéria, o setor de PeG detém um grande peso, representando 95% da exportação do país. Os negócios do setor focam-se em *joint-ventures* entre o Estado nigeriano e as entidades privadas. Apesar das organizações do setor terem um historial de impactos negativos em território nacional no âmbito ambiental (queimada de gases ou derrames de óleo) e social (conflitos e violência), segundo a literatura de RSE, estes são vistos como fonte de soluções para alguns dos problemas. A RSE na Nigéria assenta na filantropia, na construção de infraestruturas (como escolas, hospitais) e fornecimento de serviços básicos de água, no entanto as pressões dos *stakeholders* tem vindo a afetar cada vez mais a RSE das empresas

de PeG na Nigéria, principalmente no campo ambiental. A RSE na Nigéria é afetada pela cultura local e pelas crenças ideológicas, políticas e económicas dos países de origem das organizações que realizam atividades na Nigéria, predominantemente anglo-saxónicas/americanas, que detém por norma a visão da maximização da riqueza do acionista (Ekhator, 2014).

Na Austrália, o governo incentiva o desenvolvimento de relatórios com indicadores de sustentabilidade para avaliar e monitorar o desempenho das organizações. O GRI é o referencial aconselhado para a divulgação de informação social e ambiental. Foi criada a Associação Australiana de Produção e Exploração de Petróleo (APPEA), que tem por objetivo o desenvolvimento da comunicação das organizações ao público e guiar as organizações na melhoria contínua em diversos temas, como o desempenho a nível de segurança, social ou económico. Os relatórios anuais das organizações australianas de PeG têm uma cobertura bastante ampla dos itens incluídos na lista de verificação de divulgações ambientais comuns, aplicável a todas as empresas. Contudo, a quantidade das divulgações é baixa e existe falta de quantificação dos resultados. Os temas mais divulgados estão relacionados com aspetos ambientais, segurança e saúde dos funcionários, sociais e atividades que desenvolvem boas relações com a comunidade. Temas como *stakeholders*, consumo de energia, comunidade e consumidores, são negligenciados (Dong & Burritt, 2010).

Súmula

No presente capítulo foi apresentado o conceito responsabilidade social empresarial e a sua evolução na história até chegar à definição da Comissão Europeia em 2011. No segundo ponto foi desenvolvida a comunicação das organizações em matéria de RSE, sendo apresentadas algumas razões para as quais as organizações comunicam e para as organizações que mais a desenvolvem serem as multinacionais ocidentais. De igual forma, no terceiro ponto ficaram apresentadas as teorias de RSE, a teoria dos *stakeholders* e a teoria da legitimidade, que são o fundamento teórico para explicar a existência de comunicação dos temas de responsabilidade social no seio das organizações. No quarto ponto foi apresentado o que é o desenvolvimento sustentável, como um elemento de auxílio para legitimar a organização perante os *stakeholders*, que pode ser suportado pela sua interligação aos ODS. O capítulo culmina no tema da comunicação de responsabilidade social empresarial na

indústria de petróleo e gás, onde foram apresentados exemplos de comunicação de RSE pelo mundo. No seguimento do último ponto, no segundo capítulo será realizada a caracterização do setor, sendo apresentado a estrutura e o impacto deste setor no mundo.

2. Caracterização do setor PeG

No presente capítulo será apresentada a caracterização do setor de PeG. O primeiro ponto será o contributo do setor para a economia global, com uma perspetiva histórica para o enquadrar na presente realidade. No segundo ponto serão expostos os principais impactos ambientais e sociais que este setor detém e deteve no mundo. No terceiro ponto será apresentado o setor no mundo e as suas áreas de exploração e respetivas reservas. Por último serão apresentadas as origens de algumas das organizações que hoje se encontram como principais *players* no setor.

2.1. Contributo para a economia global

O petróleo e o gás são as principais mercadorias comercializadas internacionalmente. Devido à economia de escala, o transporte de petróleo é extremamente fácil e barato, o que ajuda a explicar o porquê de o petróleo ser tão comercializado internacionalmente num mercado unificado. Por outro lado, o comércio do gás permanece mais restrito aos mercados regionais, com uma proporção pequena de gás comercializado internacionalmente. Para muitos países o comércio do petróleo e do gás tem uma contribuição (positiva e negativa) para o balanço da sua economia. Em particular uma série de exportadores de petróleo são altamente dependentes da sua exportação (Stevens, 2018).

Desde o choque do preço do petróleo na década de 1970 que se tem estudado a correlação entre os preços do petróleo e o crescimento do PIB global. A literatura sugere que as mudanças no preço do petróleo nas décadas de 1970 e 1980 afetaram o seu crescimento na OCDE, dando nota de certos fundamentos económicos para entendermos esta relação negativa. Era observável que os preços mais altos do petróleo transferiram a receita da OCDE para os países da OPEP (organização dos países exportadores de petróleo). Os países da OCDE tinham uma maior capacidade de consumo que os países da OPEP, que neste período não tinham capacidade institucional para gastar as suas receitas imprevistas, tendo uma grande parte destas receitas sido simplesmente deixada nos bancos ocidentais. Com isto, a procura global caiu, gerando uma recessão económica. (Davies, 1999; Stevens, 2018).

Os preços elevados nos anos 2004 a 2014, em todos os recursos naturais, trouxeram a questão da “*resource curse*” de volta ao debate político e também o interesse na

diversificação económica dos países dependentes das receitas de petróleo e gás. (Stevens *et al.*, 2015).

No que diz respeito ao emprego, a exploração e extração não convencionais de gás e de petróleo estão associados a aumentos diretos de emprego e de lucro. O aumento da atividade do setor pode ter efeitos positivos, devido ao consequente aumento das compras de bens produzidos localmente por outros setores (bens e serviços intermediários) e ao aumento de gastos locais pelos trabalhadores do setor energético. No entanto, existem fatores negativos, tais como o aumento do preço de bens e efeitos adversos na qualidade de vida da área local. A indústria patrocinou estudos sobre os impactos económicos de atividades não convencionais de gás e petróleo com foco nos efeitos colaterais positivos, usando ferramentas que são projetadas para capturar apenas os efeitos positivos dos gastos (Kinnaman, 2011).

Nestes estudos, estima-se que mais de 1,2 milhão de empregos foram criados durante 2012 em estados produtores de gás e petróleo não convencionais, apenas nos EUA (Munasib & Rickman, 2014). Em Angola o setor contribuiu com mais de 2.700 empregos para o povo angolano e gerou valor de mais de 214 milhões US \$ (Levett *et al.*, 2012). Segundo o estudo de Decker *et al.* (2017), com a aposta na exploração de reservas de petróleo e gás, e xisto, surgiram novas empresas que geraram mais emprego em diversas economias, contudo a promessa de empregos com salários relativamente mais altos atraiu um grande número de migrantes para a área, não sendo os locais a beneficiar na totalidade das novas oportunidades de emprego. Como efeito podemos observar uma inflação dos preços locais dos principais bens e serviços, gerando um aumento significativo do custo de vida, mesmo para aqueles que não compartilham dos benefícios de um projeto petrolífero (Karl, 2007).

2.2. Principais impactos ambientais e sociais

A natureza das operações da indústria de PeG envolve efeitos negativos para o ambiente, particularmente durante a exploração e produção, incluindo a limpeza de terras, o derramamento de óleos e a queima de gás natural. Os riscos ambientais das operações de petróleo e gás aumentam porque os depósitos de PeG estão localizados em economias em desenvolvimento, perto de áreas de alta diversidade biológica e alta vulnerabilidade ecológica, como florestas tropicais e parques nacionais protegidos (Frynas, 2009).

O aumento da atividade da indústria de PeG na América do Norte está a gerar um aumento da desflorestação, que para além de por si só já constituir uma problemática ambiental, acarreta a agravante de estar a colocar em causa as diversas espécies que nas regiões habitam (Thomas *et al.*, 2014). Existe um grande impacto ambiental nas explorações *onshore* (em terra) devido à extração e transporte de produto PeG, contudo é nas plataformas *offshore* (marítimas) que o risco ambiental é maior. (Offerdal, 2006).

Boesch e Rabalais (1987) apresentam a problemática do desenvolvimento de plataformas de PeG em plataformas *offshore* nos EUA. A existência da atividade na plataforma provoca problemas ambientais no ecossistema, são exemplos o ruído e a estrutura no meio do oceano que podem alterar a estrutura dos habitats dos seres vivos locais. Resultante das falhas na atividade temos os derrames de petróleo que acarretam consequências para os oceanos que vão além da poluição, uma vez que representam uma ameaça aos seres vivos no contacto direto e que através da cadeia alimentar podem colocar em causa muitas outras espécies.

Além dos impactos a nível ambiental, este tipo de exploração detém impactos a nível social e cultural. A instalação da exploração de PeG numa região, em vez de trazer prosperidade, acentua a sua queda devido à dependência do petróleo. Economicamente, o petróleo não oferece alternativas de emprego sustentáveis e pode perturbar seriamente os padrões de produção preexistentes. Com o tempo, as localidades onde a exploração de PeG está localizada tendem a sofrer de um menor crescimento económico, menor rendimento *per capita*, maiores deslocamentos, maiores riscos ambientais e de saúde e maiores níveis de conflito que o resto do país (Karl, 2007).

Um dos principais impactos está relacionado com os grupos locais, que podem ter o seu modo de vida tradicional afetado. Além disso, provoca também um crescimento nos níveis populacionais locais, devido à emigração, e nos sistemas socioeconómicos devido às novas oportunidades de emprego (Borthwick *et al.*, 1997). Nos sistemas socioculturais pode provocar mudanças na estrutura social, organização e herança cultural. Pode proporcionar também um aumento da procura nos acessos a bens e serviços, tais como a habitação, a educação, entre outros. No entanto, o espaço local pode ficar comprometido devido às instalações desagradáveis e ruidosas. (Borthwick *et al.*, 1997).

Os distúrbios mais conhecidos nas comunidades indígenas estão ligados aos protestos anti-Shell na Nigéria e ao envolvimento de empresas petrolíferas em abusos dos direitos humanos da BP na Colômbia (Frynas, 2009). Na Nigéria (Niger Delta), foi avaliada a atividade do setor PeG apresentando as suas consequências na região a níveis ambientais e económico-sociais. No nível ambiental podemos observar a degradação do meio ambiente, esgotamento da biodiversidade, aquecimento global e risco de inundação. No nível económico-social, apesar dos ganhos nacionais com a indústria desde 1970, existe uma desestabilização social e subdesenvolvimento das comunidades hospedeiras (Patin, 1999).

Numa pesquisa relativa à instalação do setor PeG no território, verificou-se que esta pode provocar danos socioambientais como perda de biodiversidade devido à degradação do ecossistema e fragmentação do habitat; contaminação de cursos d'água; mudanças na cultura indígena e no uso do território, principalmente quando as terras se encontravam nos planos de expansão, causando aos povos indígenas muitas mudanças no seu modo de vida tradicional (Codato *et al.*, 2019).

2.3. Áreas de exploração

No setor PeG existem diversos países que extraem e comercializam petróleo, inclusive existem um conjunto de países que formaram a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Segundo o *website* da OPEP (N.D.) esta é a organização na qual estão inseridos grande parte dos países que detêm uma capacidade significativa de extração e comercialização de petróleo, como a República Islâmica do Irão, o Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Venezuela, Qatar, Indonésia, Líbia, Emirados Árabes Unidos, Argélia, Nigéria, Equador, Gabão, Angola, Guiné Equatorial e Congo. Com base nos países pertencentes à organização podemos verificar que os mesmos se enquadram na região do Médio Oriente, África, Ásia e América do Sul. Todos os restantes países que produzem e exportam são designados Non-OPEP, como é o caso da Rússia, EUA, Canadá, China, Brasil, entre outros.

No trabalho de Etiope (2009) é apresentado um mapa onde são representados os depósitos de PeG (*ver ilustração 2.1*), separando as explorações *onshore* das *offshore*. Contudo o mapa não reflete a dimensão dos depósitos.

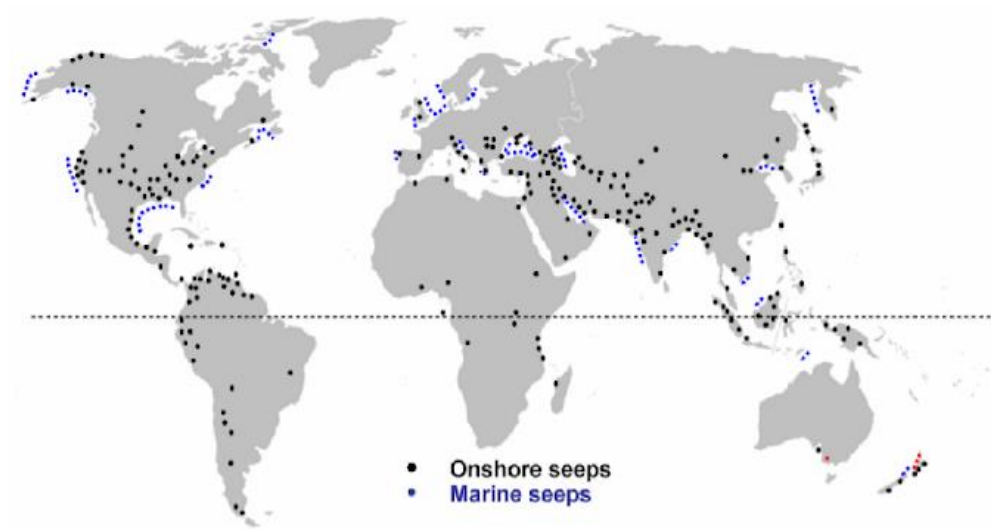


Ilustração 2.1- Depósitos de Petróleo e Gás no globo (Etiópe, 2009)

Em complemento ao mapa anteriormente apresentado e segundo o relatório da OPEC (2019) existem reservas em grande parte das regiões (*ver tabela 2-1*), sendo que é no Médio Oriente que se pode encontrar a maior reserva e onde se podem encontrar os maiores extratores (*ver tabela 2-2 e tabela 2-3*).

Tabela 2-1: Resumo das reservas de Crude em 2018

Zona do Globo	Reservas de crude em 2018 (Milhões de barris)
América do Norte	51.541
América Latina	335.655
Europa de Leste e Eurásia	119.837
Europa Ocidental	13.194
Médio Oriente	803.184
África	126.722
Ásia e Pacífico	47.853
Mundo (Total)	1.497.986

Fonte: Adaptado de OPEC (2019)

Tabela 2-2: Resumo da extração de Gás em 2018

Zona do Globo	Milhares de milhões de metros cúbicos de Gás extraídos em 2018
América do Norte	15.603
América Latina	7.730
Europa de Leste e Eurásia	65.499
Europa Ocidental	3.272
Médio Oriente	80.770
África	15.230
Ásia e Pacífico	15.124
Mundo (Total)	203.229

Fonte: Adaptado de OPEC (2019)

Tabela 2-3: Resumo da extração de Crude em 2018

Zona do Globo	Extração de Crude em 2018 (1,000 barris/dia)
América do Norte	12.237,7
América Latina	8.006,6
Europa de Leste e Eurásia	13.166,3
Europa Ocidental	2.853,5
Médio Oriente	25.743,4
África	6.970,1
Ásia e Pacífico	6.802,2
Mundo (Total)	75.799,9

Fonte: Adaptado de OPEC (2019)

2.4. Origens das empresas do setor

Segundo Davies (1999), as maiores empresas na década de 90 do século XX eram a Exxon (EUA), Royal Dutch Shell (Países Baixos), British Petroleum (R.U.), Mobil (EUA), Chevron (EUA), Texaco (EUA) e a Gulf Oil (EUA), formando o grupo que ficaria conhecido como “as 7 irmãs”.

Contudo, a lista de Davies (1999) exclui todas as empresas que eram detidas por entidades estatais, como o caso das Saudi Aramco (Arábia Saudita), Petroleos (Venezuela), Pertamina (Indonésia), Statoil (Noruega), Petrobras (Brasil), Pemex (México) e Petronas (Malásia).

Numa avaliação posterior realizada pela Forbes (2021), onde se incluem as empresas detidas pelos estados, podemos observar que a maior empresa do mundo do setor PeG pertence ao estado, sendo ela a Saudi Aramco, situada na Arábia Saudita, com a produção de 8.2 milhões de barris por dia. A empresa detém o campo Gawar, que é o maior do mundo, com capacidade de produzir 5 milhões de barris por dia. Nos Estados Unidos a Aramco é a coproprietária de três refinarias em conjunto com a Royal Dutch Shell. Em segundo lugar esta a empresa estatal iraniana, a National Iranian Oil Company, capaz de produzir por dia 3,8 milhões de barris, sendo que estes valores mais reduzidos são resultado dos conflitos que se têm registado no território iraniano, sendo que em 1970 chegaram a ser produzidos 5

milhões de barris por dia. Com nacionalidade mexicana, a terceira maior empresa deste setor é a Petróleos Mexicanos (PEMEX). O campo de Cantarell em *Offshore* produzia 2,1 milhões de barris por dia em 2004, mas caiu desde então, assumindo o campo Ku-Mallob-zap a posição de mais produtivo do México. A Iraq National Oil Company é a quarta maior empresa do mundo e produz 2,5 milhões de barris por dia. Em quinto e em sexto lugar aparecem as primeiras empresas não governamentais, a americana Exxonmobil e a British Petroleum (respetivamente) com a produção igual a 2,5 milhões de barris por dia em ambos os casos. Em sétimo, a CNPC (Petrochina) com uma produção de 2,3 milhões de barris por dia, sendo Daqing o maior campo de produção, com uma capacidade de 800.000 de barris por dia. As restantes empresas da lista voltam a ser todas detidas pelos estados, em oitavo a Abu Dhabi National Oil Company, em nono a Kuwait Oil Company e por último a Petróleos de Venezuela (Helmen, 2010).

Mais recentemente, durante a pandemia, Reiff (2020) realizou uma análise de dados recorrendo ao YCharts, onde foi aferido que as maiores empresas de PeG do mundo, com base nas suas receitas a 12 meses, eram estatais, mais especificamente as chinesas, China Petroleum & Chemical Corp e a PetroChina Co. Ltd, seguindo-se a Saudi Arabian Oil Co. (Arabia Saudita). Só a partir da quarta posição começamos a ver empresas privadas, como a Shell (Países Baixos), a BP (Reino Unido), a Exxon Mobil (E.U.A.) ou a Total (França). No final da lista surge a PJSC Lukoil (Rússia), uma empresa com grande parte das ações detidas pelo estado russo e a restante parte privada que tem estado em crescimento.

No setor existe uma denominação própria entre empresas estatais e privadas. As organizações públicas são conhecidas por National Oil Companies (NOC) e as privadas Privately-owned International Oil Companies (IOC) (Wolf, 2009).

Atualmente, as maiores empresas de PeG são NOC (Helmen, 2010), existindo regiões no globo onde se verifica uma maior concentração de NOC. Países como a Rússia (Henry *et al.*, 2016; Eder *et al.*, 2017), a Arabia Saudita no Médio Oriente, o México na América Latina, a Malásia na Ásia (Davies, 1999) ou a Nigéria em África (Ekhator, 2014) são exemplos, onde grande parte da atividade do setor é dominada pelo estado ou por empresas com ligações ao estado (Wolf, 2009).

Na Europa (Panagiotidis & Rutledge, 2007) e no Norte da América (Naumann & Philippi, 2014), a tendência do setor é ser privado. São exemplos a Exxon-Mobil nos E.U.A., a Total da França ou a BP do Reino Unido.

Súmula

No presente capítulo foi apresentado o contexto histórico do setor de PeG, onde os OPEP foram criando, ao longo do tempo, uma dependência para com as regiões consumidoras de petróleo e gás como a OCDE, o que levou a recessões e crises nas regiões de extração, apesar do empenho gerado nos locais. No segundo ponto foram expostos os principais impactos ambientais e sociais, como os derrames de petróleo ou, em termos sociais, provocar mudanças nas estruturas sociais. No terceiro ponto foram ilustradas as principais áreas de exploração e as respectivas reservas, sendo a maior reserva no médio oriente. No último ponto apresenta-se a origem de algumas das maiores organizações de PeG por região. No capítulo seguinte, apresentar-se-á a metodologia utilizada e aplicada na dissertação.

3. Metodologia

Neste capítulo explicar-se-á como se procedeu à segmentação do mundo, em regiões, para a futura análise, bem como a amostra e respetivos critérios. De seguida demonstra-se a forma de recolha de dados, através da internet, método utilizado para quantificar a informação (escala de likert) e temas a analisar.

Como já se enunciou, o presente trabalho apresenta na base a análise e a quantificação de conteúdo, presentes nos relatórios das organizações, bem como nos seus *websites*.

A técnica denominada “análise de conteúdo” é amplamente utilizada em pesquisas de carácter social, principalmente em estudos de RSE que visam a análise das organizações do ponto de vista do discurso social e ambiental (Colaço & Simão, 2018; Braam *et al.*, 2016; Vilar & Simão, 2015, p.ex.). O recurso à análise de *websites* nas pesquisas de RSE tem vindo a ganhar muita adesão, por parte das organizações que a utilizam para poder comunicar com todos os *stakeholders* de uma forma fácil, contínua e eficiente (Wanderley *et al.*, 2008), sendo que as organizações do setor PeG têm igualmente aderido aos *websites*, como forma de comunicar as suas atividades no âmbito da RSE (Jenkins & Yakovleva, 2006).

Para realizar a seleção das organizações a serem estudadas, o globo foi dividido em oito regiões: Ásia, Médio Oriente, Europa Oriental, Europa Ocidental, América do Norte, América do Sul e Central, Oceânia e África (ver ilustração 3.1). A divisão detém a finalidade de potenciar a compreensão e a padronização do comportamento das organizações na comunicação da RSE, desenvolvendo uma análise geográfica mais rica devido à uniformidade cultural de cada região (Vilar & Simão, 2015).

A análise foi feita a cinco organizações pertencentes a cada região (40 organizações divididas por 8 regiões) e às quarenta maiores do globo, totalizando 58 organizações estudadas, sendo que a recolha de dados foi realizada durante os meses de julho a setembro de 2021. Este período compacto deveu-se a duas situações: em primeiro lugar por uma questão de tempo disponível e, em segundo, os *websites* são atualizados com maior frequência no tempo (Esrock & Leichty, 1998).

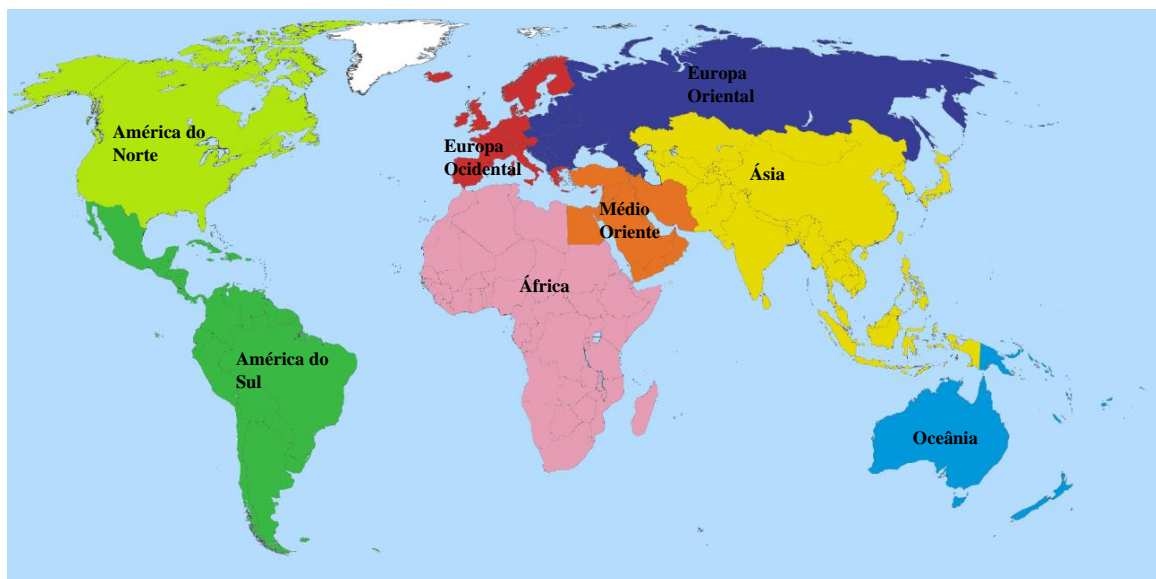


Ilustração 3.1- Mapa gráfico com a delimitação das regiões (realizado pelo próprio)

3.1. Amostra

A lista das organizações analisadas foi construída através da internet com recurso ao motor de busca Google. Para reunir as organizações foram utilizados *websites* como a Wikipédia, que agrupam uma grande quantidade de entidades e a IPIECA, uma associação sem fins lucrativos, que é o principal canal de comunicação entre as Nações Unidas e o setor PeG.

O ponto de partida foi a lista “List of oil exploration and production companies” (List of oil exploration and production companies, n.d.), sendo a lista disponível mais completa que contempla empresas públicas e privadas, permitindo uma noção inicial das empresas produtoras e extratoras de PeG no mercado.

Numa segunda fase foi recolhida uma amostra das 40 maiores empresas do setor PeG do mundo que realizam extração e produção (*Upstream*). A lista foi obtida com o auxílio da Forbes ranking 2021, aplicando um filtro de companhias ligadas ao mercado PeG. Posteriormente foi realizada uma averiguação empresa a empresa sobre o foco de negócio, uma vez que o interesse do estudo se vincula apenas ao universo de organizações produtoras e extratoras de PeG.

À lista “Forbes 2021” foram acrescentadas duas colunas, uma que confirma a presença da organização entre as 40 maiores organizações do mundo e outra com a região em que a organização se insere (*ver tabela 3-1*).

Na terceira fase, foi realizada a seleção das cinco maiores organizações por região. De realçar que devido à escassez, de informação sistematizada e hierarquizada, nem todas as maiores organizações estão presentes na lista Forbes 2021. Em alguns casos, foram adotados outros critérios de seleção dentro da região, recorrendo a outras fontes disponíveis que permitissem a seleção das organizações. Em cada região será demonstrado quais os critérios adicionais utilizados.

Para cada organização da lista, foi utilizado o motor de busca Google com a finalidade de encontrar o seu *website* institucional, utilizando o nome da empresa como palavra-chave.

3.1.1. Mundo

Tabela 3-1: Maiores organizações do mundo por extração de PeG

Top 40	Forbes Ranking 2021	Empresa	País	Região	Sales (\$B)	Profit (\$B)	Assets (\$B)	Market Value (\$B)
1	#5	Saudi Arabian Oil Company (Saudi Aramco)	Arábia Saudita	Médio Oriente	\$229,7 B	\$49,3 B	\$510,3 B	\$1.897,2 B
2	#48	Sinopec	China	Ásia	\$271,1 B	\$4,8 B	\$265,1 B	\$82,6 B
3	#55	Reliance Industries	Índia	Ásia	\$61,2 B	\$5,7 B	\$166,3 B	\$164,9 B
4	#63	PetroChina	China	Ásia	\$280,7 B	\$2,9 B	\$380,5 B	\$66,7 B
5	#99	Rosneft	Rússia	Europa Oriental	\$70,8 B	\$2 B	\$207,5 B	\$77,7 B

6	#159	Petrobras	Brasil	América do Sul	\$52,7 B	\$1,4 B	\$190,1 B	\$53,3 B
7	#187	CNOOC	China	Ásia	\$22,5 B	\$3,6 B	\$110,3 B	\$48,4 B
8	#234	PTT	Tailândia	Ásia	\$51,6 B	\$1,2 B	\$84,9 B	\$36,4 B
9	#309	Surgutneftegas	Rússia	Europa Oriental	\$18,8 B	\$8,4 B	\$79,4 B	\$16,7 B
10	#317	ExxonMobil	E.U.A.	América do Norte	\$178,2 B	\$-22,4 B	\$332,8 B	\$239,9 B
11	#324	Royal Dutch Shell	Países Baixos	Europa Ocidental	\$170,2 B	\$-22,2 B	\$379,3 B	\$152 B
12	#335	Chevron	E.U.A.	América do Norte	\$94,4 B	\$-5,5 B	\$239,8 B	\$198,5 B
13	#344	Total	França	Europa Ocidental	\$119,7 B	\$-7,6 B	\$266,1 B	\$118,4 B
14	#351	BP	Reino Unido	Europa Ocidental	\$180 B	\$-20,9 B	\$267,7 B	\$84,5 B
15	#367	Gazprom	Rússia	Europa Oriental	\$90,5 B	\$-921 M	\$294,9 B	\$73,5 B
16	#413	OMV Group	Áustria	Europa Oriental	\$18,9 B	\$1,4 B	\$63,4 B	\$16,8 B
17	#441	Equinor	Noruega	Europa Ocidental	\$45,4 B	\$-5,4 B	\$122 B	\$63,7 B
18	#460	ENGIE	França	Europa Ocidental	\$63,6 B	\$-1,8 B	\$187,4 B	\$35,9 B
19	#461	Eni	Itália	Europa Ocidental	\$50,1 B	\$-9,8 B	\$137,9 B	\$44,3 B
20	#467	Lukoil	Rússia	Europa Oriental	\$71,8 B	\$210 M	\$81,5 B	\$52,3 B

21	#508	Marathon Petroleum	E.U.A.	América do Norte	\$75 B	\$-9,9 B	\$85,2 B	\$35,4 B
22	#530	Novatek	Rússia	Europa Oriental	\$9,6 B	\$938 M	\$27,9 B	\$58,4 B
23	#544	Orsted	Dinamarca	Europa Ocidental	\$5,7 B	\$2,3 B	\$32,3 B	\$66,8 B
24	#566	Phillips 66	E.U.A.	América do Norte	\$63,7 B	\$-4 B	\$54,7 B	\$34,5 B
25	#574	ConocoPhillips	E.U.A.	América do Norte	\$18,8 B	\$-2,7 B	\$62,6 B	\$69,1 B
26	#589	Koç Holding	Turquia	Médio Oriente	\$20,5 B	\$1,3 B	\$84,8 B	\$5,7 B
27	#599	Indian Oil	Índia	Ásia	\$48,9 B	\$652 M	\$44,8 B	\$11,4 B
28	#633	Ecopetrol	Colômbia	América do Sul	\$13,8 B	\$457 M	\$40,8 B	\$26,3 B
29	#647	Suncor Energy	Canadá	América do Norte	\$18,4 B	\$-3,2 B	\$66,4 B	\$31,9 B
30	#659	SK Holdings	Coreia do Sul	Ásia	\$69,4 B	\$161 M	\$126,7 B	\$13,4 B
31	#665	Oil & Natural Gas	Índia	Ásia	\$47,3 B	\$123 M	\$68,8 B	\$18,2 B
32	#670	Occidental Petroleum	E.UA	América do Norte	\$19,7 B	\$-14,8 B	\$84,4 B	\$22,8 B
33	#683	Repsol	Espanha	Europa Ocidental	\$37,9 B	\$-3,7 B	\$60,3 B	\$19,2 B
34	#686	ENEOS Holdings	Japão	Ásia	\$72,8 B	\$-2,3 B	\$77,7 B	\$14,2 B
35	#713	Canadian Natural Resources	Canadá	América do Norte	\$12,6 B	\$-324 M	\$59,1 B	\$36,6 B

36	#716	Neste	Finlândia	Europa Ocidental	\$13,4 B	\$813 M	\$12 B	\$45,7 B
37	#751	Tatneft	Rússia	Europa Oriental	\$10,2 B	\$1,4 B	\$17,1 B	\$17,3 B
38	#760	SK Innovation	Coreia do Sul	Ásia	\$29 B	\$-1,8 B	\$35,4 B	\$20,7 B
39	#792	Bharat Petroleum	Índia	Ásia	\$30 B	\$542 M	\$20,6 B	\$12,1 B
40	#811	EOG Resources	E.U.A.	América do Norte	\$9,9 B	\$-605 M	\$35,8 B	\$41,2 B

Fonte: Adaptado de Forbes (2021)

3.1.2. África

Na região de África as organizações nativas são na sua maioria estatais (PWC,2013a; Khelil, 1987), tornando difícil a sua avaliação em listas como a Forbes. Como não foram encontradas evidências que hierarquizam as organizações africanas por receitas financeiras, foram seleccionadas as cinco maiores organizações baseadas na extração de PeG do país pertencente (*ver tabela 3-2*). Assim, foram determinados como maiores extratores Nigéria, Argélia, Angola, Líbia, Egipto (Goodrich, 2021; Africa Ranker, s.d.).

A decisão de utilizar a métrica barris de petróleo extraído por dia, relaciona-se com a escassez de informação que permita a hierarquização financeira da empresa, impedindo assim que se consiga incorporar estas organizações nos rankings Forbes e similares.

Tabela 3-2: Maiores organizações de África por extração de PeG

Top 40	Empresa	País	Região	Produção de 2021 do país
Não	Nigerian National Petroleum Corporation	Nigéria	África	1,36 milhões de bpd
Não	National Oil Corporation	Líbia	África	1,17 milhões de bpd
Não	Sonangol Group	Angola	África	1,14 milhões de bpd
Não	Sonatrach	Argélia	África	874.000 bpd
Não	Egyptian General Petroleum Corporation	Egito	África	560.000 bpd

Fonte: Adaptado com as informações de Goodrich (2021)

3.1.3. América do Norte

Na região da América do Norte a seleção foi realizada segundo o *ranking* Forbes 2021. Todas as cinco organizações encontram-se entre as quarenta maiores do mundo (*ver tabela 3-3*). Todas são privadas.

Tabela 3-3: Maiores organizações de PeG da região América do Norte

Top 40	Forbes Ranking 2021	Empresa	País	Região	Sales (\$B)	Profit (\$B)	Assets (\$B)	Market Value (\$B)
10	#317	ExxonMobil	E.U.A.	América do Norte	\$178,2 B	\$-22,4 B	\$332,8 B	\$239,9 B
12	#335	Chevron	E.U.A.	América do Norte	\$94,4 B	\$-5,5 B	\$239,8 B	\$198,5 B
21	#508	Marathon Petroleum	E.U.A.	América do Norte	\$75 B	\$-9,9 B	\$85,2 B	\$35,4 B
24	#566	Phillips 66	E.U.A.	América do Norte	\$63,7 B	\$-4 B	\$54,7 B	\$34,5 B
25	#574	ConocoPhillips	E.U.A.	América do Norte	\$18,8 B	\$-2,7 B	\$62,6 B	\$69,1 B

Fonte: Adaptado de Forbes (2021)

3.1.4. América do Sul

Na região da América do Sul, a lista Forbes 2021 contém três organizações, a YPF, a Petrobras e a Ecopetrol, sendo que as últimas duas estão entre as quarenta maiores do mundo (ver tabela 3-4). Similar à situação de África, as organizações de extração de PeG localizadas na América do Sul pertencem ao governo local (Khelil, 1987).

Para completar a lista da região foi necessário recorrer à “List of largest oil and gas companies by revenue” (List of largest oil and gas companies by revenue, s.d.). A decisão anterior deve-se à falta de informação sistematizada de empresas com ligação ao estado, sendo esta a fonte que compila mais informação.

Foram identificadas como as maiores, a acrescentar à lista, a Pemex oriunda do México, com 85,4 mil milhões de US\$ e a PDVSA, proveniente da Venezuela, com 23,3 mil milhões de US\$ em receitas no ano de 2018. Todas as organizações selecionadas detêm uma ligação ao estado local.

Tabela 3-4: Maiores organizações de PeG da região América do Sul

Top 40	Forbes Ranking 2021	Empresa	País	Região	Sales (\$B)	Profit (\$B)	Assets (\$B)	Market Value (\$B)
6	#159	Petrobras	Brasil	América do Sul	\$52,7 B	\$1,4 B	\$190,1 B	\$53,3 B
28	#633	Ecopetrol	Colômbia	América do Sul	\$13,8 B	\$457 M	\$40,8 B	\$26,3 B
Não	#1692	YPF	Argentina	América do Sul	\$9,5 B	\$-982 M	\$22,9 B	\$2,5 B
Não	Não	Pemex	México				85,4 (2018)	
Não	Não	PDVSA	Venezuela				23,3 (2018)	

Fontes: Adaptado de Forbes (2021) e List of largest oil and gas companies by revenue (s.d.)

3.1.5. Ásia

Na região da Ásia todas as organizações estão entre as quarenta maiores do mundo, segundo a lista Forbes 2021 (*ver tabela 3-5*). Todas as organizações estão ligadas ao setor público.

Tabela 3-5: Maiores organizações de PeG da região Ásia

Top 40	Forbes Ranking 2021	Empresa	País	Região	Sales (\$B)	Profit (\$B)	Assets (\$B)	Market Value (\$B)
2	#48	Sinopec	China	Ásia	\$271,1 B	\$4,8 B	\$265,1 B	\$82,6 B
3	#55	Reliance Industries	Índia	Ásia	\$61,2 B	\$5,7 B	\$166,3 B	\$164,9 B
4	#63	PetroChina	China	Ásia	\$280,7 B	\$2,9 B	\$380,5 B	\$66,7 B
7	#187	CNOOC	China	Ásia	\$22,5 B	\$3,6 B	\$110,3 B	\$48,4 B
8	#234	PTT	Tailândia	Ásia	\$51,6 B	\$1,2 B	\$84,9 B	\$36,4 B

Fonte: Adaptado de Forbes (2021)

3.1.6. Europa Ocidental

Na região da Europa Ocidental todas as organizações estão entre as quarenta maiores do mundo, segundo a lista Forbes 2021 (*ver tabela 3-6*). Com exceção da organização Equinor, que é detida em parte pelo setor público, as restantes são privadas.

Tabela 3-6: Maiores organizações de PeG da região Europa Ocidental

Top 40	Forbes Ranking 2021	Empresa	País	Região	Sales (\$B)	Profit (\$B)	Assets (\$B)	Market Value (\$B)
11	#324	Royal Dutch Shell	Países Baixos	Europa Ocidental	\$170,2 B	\$-22,2 B	\$379,3 B	\$152 B
13	#344	Total	França	Europa Ocidental	\$119,7 B	\$-7,6 B	\$266,1 B	\$118,4 B

14	#351	BP	Reino Unido	Europa Ocidental	\$180 B	-\$20,9 B	\$267,7 B	\$84,5 B
17	#441	Equinor	Noruega	Europa Ocidental	\$45,4 B	-\$5,4 B	\$122 B	\$63,7 B
18	#460	ENGIE	França	Europa Ocidental	\$63,6 B	-\$1,8 B	\$187,4 B	\$35,9 B

Fonte: Adaptado de Forbes (2021)

3.1.7. Europa Oriental

Na região Europa Oriental todas as organizações estão entre as 40 maiores do mundo, segundo a lista Forbes 2021 (*ver tabela 3-7*). Exceto a Lukoil, que é privada, todas as restantes organizações são públicas.

Tabela 3-7: Maiores organizações de PeG da região Europa Oriental

Top 40	Forbes Ranking 2021	Empresa	País	Região	Sales (\$B)	Profit (\$B)	Assets (\$B)	Market Value (\$B)
5	#99	Rosneft	Rússia	Europa Oriental	\$70,8 B	\$2 B	\$207,5 B	\$77,7 B
9	#309	Surgutneftegas	Rússia	Europa Oriental	\$18,8 B	\$8,4 B	\$79,4B	\$16,7 B
15	#367	Gazprom	Rússia	Europa Oriental	\$90,5 B	-\$921 M	\$294,9 B	\$73,5 B
16	#413	OMV Group	Áustria	Europa Oriental	\$18,9 B	\$1,4 B	\$63,4 B	\$16,8 B
20	#467	Lukoil	Rússia	Europa Oriental	\$71,8 B	\$210 M	\$81,5 B	\$52,3 B

Fonte: Adaptado de Forbes (2021)

3.1.8. Médio Oriente

Na Região do Médio Oriente, à semelhança da situação de África e da América do Sul, as organizações são na sua maioria públicas (Middle East Business Magazine e News, s.d), tornando difícil a sua avaliação em listas como a Forbes. A “Middle East Business Magazine e News” foi a única fonte encontrada que compilava as informações da região, sendo por isso usada como fonte de critério na decisão das organizações analisadas. Foi utilizada a métrica de milhões de barris de petróleo por dia, para completar a tabela 18 por falta de informação sistematizada. Na lista de Forbes 2021 apenas a Saudi Arabian Oil Company está destacada, sendo a maior organização do ramo PeG (*ver tabela 3-8*).

Tabela 3-8: Maiores organizações de Médio Oriente por extração de PeG

Top 40	Forbes Ranking 2021	Empresa	País	Região	Sales (\$B)	Profit (\$B)	Assets (\$B)	Market Value (\$B)
1	#5	Saudi Arabian Oil Company (Saudi Aramco)	Saudi Arabia	Médio Oriente	\$229,7 B	\$49,3 B	\$510,3 B	\$1.897,2 B
Não	Não	National Iranian Oil Company	Irão	Médio Oriente	Revenue	\$110 B (2012)	milhões de barris de petróleo por dia	6
Não	Não	Qatar Petroleum	Catar	Médio Oriente	Revenue	\$ 51,6 B (2012)	milhões de barris de petróleo por dia	5,3
Não	Não	Kuwait Petroleum Corporation	Kuwait	Médio Oriente	Revenue		milhões de barris de petróleo por dia	3,4
Não	Não	Abu Dhabi National Oil Company	Emirados Árabes Unidos	Médio Oriente	Revenue	\$75 B (2011)	milhões de barris de petróleo por dia	2,4

Fonte: Adaptado de Forbes (2021) e Middle East Business Magazine e News (s.d)

3.1.9. Oceânia

Na região da Oceânia, apenas foi identificada no *ranking* da Forbes a Woodside Petroleum. Para completar a lista das cinco organizações a analisar na região, foi utilizada a lista “List of oil exploration and production companies”, e posteriormente a seleção foi elaborada através do “market value” mais alto no portal “Value- World Top Oil and Gas Companies List by Market Cap as on Jan 1st, 2020”. Nenhuma das empresas está entre as quarenta maiores (*ver tabela 3-9*). As organizações Woodside Petroleum, BHP GROUP e Origin Energy pertencem ao setor público e Santos Limited e a OIL SEARCH ao privado.

Tabela 3-9: Maiores organizações de Médio Oriente por extração de PeG

Top 40	Forbes Ranking 2021	Empresa	País	Região	Sales (\$B)	Profit (\$B)	Assets (\$B)	Market Value (\$B)
Não	#1610	Woodside Petroleum	Austrália	Oceânia	\$3,6 B	\$-4,2 B	\$24,6 B	\$17,9 B
Não	Não	BHP GROUP	Austrália	Oceânia				\$165 B (2021)
Não	Não	Santos Limited	Austrália	Oceânia				\$10.042 B (2021)
Não	Não	ORIGIN ENERGY	Austrália	Oceânia				\$6.445 B (2021)
Não	Não	OIL SEARCH	Papua Nova Guiné	Oceânia				\$5.927 B (2021)

Fonte: Adaptado de Forbes (2021)

3.2. Recolha de Dados

A fonte de dados para o desenvolvimento do trabalho foram os *websites* das organizações e toda a informação disponibilizada nestes com potencial interesse para o tema de RSE, desde a informação hospedada e publicada diretamente, relatórios, outro tipo de arquivo presente no *website* com ligação à temática RSE como vídeo, áudio, imagem ou hiperligação.

3.2.1. Limitações

A análise apresenta diversas limitações, nomeadamente o acesso à informação, sendo que, por vezes, existiam links que não estão ativos.

Nem todas as organizações detêm a informação de RSE organizada, estando fracionada pelo *site* ou em diversos relatórios complementares, que por vezes não são facilmente identificáveis e/ou acessíveis, levando a uma admissível perda de informação. No caso específico do *website* da PDVSA foi necessário realizar diversas tentativas ao longo do mês de julho para aceder ao mesmo, pois estava *offline*.

Não é possível afirmar que todas as organizações foram consideradas, uma vez que muitas das empresas atuam em sistema *offshores* em múltiplas regiões. Adicionalmente, existe escassez de informação sistematizada, com a agravante que muitas empresas no ramo de PeG não divulgam informação relativamente à sua atividade, isto é, existem organizações, por exemplo na região do Médio Oriente, que não detêm comunicação no digital, tornando difícil ou impossível a sua análise.

3.3. Análise

A análise decorreu do desenvolvimento e aplicação de uma grelha de critérios baseada nos principais temas de RSE, presentes na literatura (conforme capítulo 2), de forma a criar uma base de dados uniforme (*ver tabela 3-10*).

Foram selecionados temas como voluntariado, ações filantrópicas ou a corrupção/transparência devido à sua expressão na literatura em geral, no entanto o tema sobre o ambiente e desenvolvimento das comunidades locais deve-se à sua força na literatura de RSE nas organizações de petróleo e gás (Jenkins & Yakovleva, 2006).

Tabela 3-10: Mapa Síntese dos temas de RSE (presentes na literatura)

Temas RSE	Frynas (2009).	Raufflet et al (2014).	Jenkins & Yakovleva (2006).	Vilar e Simão (2015).	Colaço e Simão (2018)
Alterações climáticas	X	X	X		X
Biodiversidade	X	X		X	X
Caridade / Filantropia	X			X	X
Certificação		X		X	X
Condições e bem-estar dos trabalhadores	X	X	X	X	X
Corrupção/Transparência	X	X	X	X	X
Desenvolvimento da comunidade local	X	X	X	X	X
Direitos do Trabalhador	X	X		X	X
Direitos Humanos	X	X	X	X	X
Diretos doas Animais	X			X	X
Educação	X	X		X	X
Ética e Código de Conduta	X	X	X	X	X
Gestão Ambiental	X		X	X	
Gestão de recursos e energia	X		X		X
Gestão de Stakeholders	X		X	X	X
Governance	X		X	X	
Referencial de Relatório (ex: GRI)	X	X	X	X	X
Igualdade de géneros		X		X	X
Luta contra a Pobreza	X			X	X
Apoio de movimentos políticos	X	X		X	
Religião	X			X	X
Saúde	X	X	X	X	X
Segurança e Saúde Ocupacional	X	X	X		X
Sustentabilidade	X	X	X	X	X
Voluntariado		X		X	X

Fonte: realizada pelo autor

Na *tabela 3-11* apresenta-se o âmbito de cada tema, de forma a clarificar a potencial informação contida, em cada tema.

Tabela 3-11: Temas de RSE

Temas RSE	Âmbito
Alterações climáticas	A organização adota uma posição de preocupação e mitigação das alterações climáticas.
Biodiversidade	A organização reúne esforços para manter a fauna e a flora seja nas zonas onde se estabelece como em outros locais.

Caridade / Filantropia	A organização realiza contribuições para atividades, não se envolvendo diretamente no desenvolvimento destas.
Certificação	A organização é certificada por exemplo na ISO 26000,14000 ou SA8000.
Condições e bem-estar dos trabalhadores	A organização desenvolve condições no trabalho e/ou fora deste para os trabalhadores, assim como para as famílias, como a oferta de casa, seguros, etc...
Corrupção/Transparência	A organização promove a transparência e/ou a redução dos níveis de corrupção interna e/ou externa.
Desenvolvimento da comunidade local	A organização apoia a comunidade local no seu desenvolvimento, nas infraestruturas (escolas, hospitais, etc.), arte e cultura, etc.
Direitos do Trabalhador	A organização apoia a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva.
Direitos Humanos	A organização promove os direitos humanos, luta contra o trabalho infantil, trabalho forçado, violência de qualquer tipo, defende a liberdade de associação e a liberdade de expressão.
Direitos dos Animais	A organização desenvolve e/ou apoia movimentos que defendem os interesses dos animais (Ex: movimentos antitouradas).
Educação	A organização promove a educação, com o desenvolvimento de escolas ou oferta de materiais escolares (não necessariamente na comunidade local).
Ética e Código de Conduta	A organização detém um código de conduta que orienta a sua atividade, bem como a dos seus colaboradores, ou detém referência a um padrão de ética a seguir.

Gestão Ambiental	A organização desenvolve planos para a minimização das emissões e resíduos poluentes, desenvolve planos em caso de acidente oriundos da sua atividade (Ex: derrames, fugas...).
Gestão de recursos e energia	A organização promove o uso responsável de materiais e recursos incentivando a reciclagem, realizando os tratamentos adequados para os resíduos, gerindo o uso da energia e da água de forma responsável.
Gestão de Stakeholders	A organização desenvolve comunicação e ações para a melhoria do relacionamento com os seus <i>stakeholders</i> .
Governance	A organização expõe o modo como opera e atua nas suas operações e políticas.
Referencial de Relatório	A organização desenvolve a comunicação segundo um modelo padronizado de comunicação de RSE como GRI, IPIECA ou SASB.
Igualdade de géneros	A organização procura desenvolver políticas de igualdade entre os géneros no local de trabalho.
Luta contra a Pobreza	A organização afirma desenvolver ações para reduzir a pobreza.
Movimentos políticos	A organização reúne esforços para apoiar o(s) movimento(s) político(s).
Religião	A organização reúne esforços para apoiar a(s) comunidade(s) religiosa(s).
Saúde	A organização realiza a promoção da saúde, desenvolvendo campanhas de sensibilização sobre doenças, apoio médico ou distribuição de medicamentos.
Segurança e Saúde Ocupacional	A organização promove a segurança e saúde ocupacional. Qualifica/informa/forma os colaboradores nas áreas de saúde e segurança, promovendo uma cultura organizacional de segurança e saúde no trabalho.

	Investimento na segurança da indústria (infraestruturas, planos de segurança, etc.).
Sustentabilidade	A organização detém um compromisso de desenvolvimento sustentável.
Voluntariado	A organização desenvolve um conjunto de ações de interesse social e comunitário sem receber valores monetários ou de outra espécie, visando o bem-estar social.

Fonte: realizada pelo autor

O objetivo da análise visa transformar *inputs* escritos, como textos em categorias quantificáveis e uniformes, baixando o grau de subjetividade (Cutcliffe & McKenna, 1999; Jonsen & Jehn, 2009).

Por conseguinte, o trabalho consiste em analisar dados qualitativos, como ambiente ou desenvolvimento de comunidades locais, sendo que para o efeito foi utilizada uma ferramenta denominada “escala de Likert” de forma a quantificar a ocorrência de cada tema, no discurso de RSE de cada empresa analisada (Croasmun & Ostrom, 2011).

Os intervalos entre as categorias de 1, 2, 3, 4 e 5 não são necessariamente equidistantes, contudo seguem a hierarquia de menor para maior valorização (Jamieson, 2004). A escala de Likert definida (*ver tabela 3-12*) segue uma configuração de cinco pontos uma vez que não existe consenso sobre o número de pontos ideal (Joshi *et al.*, 2015). Os *outputs* resultantes da análise são dados quantitativos que traduzem o esforço de comunicação de cada organização a cada tema, numa grelha de critérios de RSE.

Tabela 3-12: Escala de Likert aplicada no presente estudo

Número	Significado	Aplicação
1	Sem informação	Não existe referência do tema.
2	Informação reduzida	Existe uma referência do tema, não mencionando nenhuma atividade ou política desenvolvida por parte da organização referente ao tema.
3	Informação geral	Existe referência do tema havendo informação em geral sobre alguma política ou atividade referente ao tema.
4	Informação detalhada	Existe referência do tema havendo, além de informação geral, informação específica e detalhada sobre atividades e políticas do tema.
5	Informação muito detalhada	Existe referência do tema havendo, além de informação geral, informação específica e detalhada sobre atividades e políticas do tema, contendo a possibilidade de acompanhar a evolução no tempo e/ou existindo referências externas que comprovem o seu esforço no tema.

Fonte: Realizada pelo autor

Súmula

De acordo com o capítulo, procedeu-se à divisão do globo em oito regiões. Identificaram-se os critérios utilizados, na seleção das organizações a estudar. Definiu-se a amostra a estudar, sendo composta por 40 organizações a nível mundial e 5 organizações por cada região. Foi delimitado que a fonte dos dados serão os conteúdos disponibilizado nos *websites* das organizações em matéria de RSE. Foram apresentadas algumas limitações nas recolhas de dados como por exemplo, a dificuldade a aceder ao *site* da PDVSA. No último ponto foram definidos os temas que serão utilizados para realizar a análise das organizações, assim como a escala de likert que será utilizada no estudo.

4. Resultados

No presente capítulo serão apresentados os resultados alcançados com base nas análises das organizações, segundo a aplicação da escala de likert sobre os temas a avaliar. No primeiro ponto serão listadas as organizações que mais e menos comunicaram temas de RSE. De seguida, no segundo ponto, apresentam-se os resultados obtidos nas quarenta organizações do mundo, e das quarenta maiores organizações por região. No segundo ponto serão apresentados os temas mais e menos divulgados. Por último apresenta-se, por região, um quadro com os resultados cumulativos, das maiores 5 organizações da região.

4.1. Resultado das Organizações

Do universo das 58 organizações analisadas (*ver apêndice I*) as empresas que comunicaram mais temas com um nível de informação superior a 3 (informação geral) foram a LukOil e a Petrobras com 22 temas, seguidas da BP, Kuwait Petroleum Corporation, Novatek, Reliance Industries, Repsol, Suncor Energy e da Total, com 21 temas dos 25 temas analisados (*ver tabela 4-1*).

Tabela 4-1: Organizações que mais comunicam temas de RSE

Temas \ Empresa	LukOil	Petrobras	BP	Kuwait Petroleum Corporation	Novatek	Reliance Industries	Repsol	Suncor Energy	Total
Alterações Climáticas	4	4	4	3	5	4	5	5	5
Biodiversidade	4	4	4	4	4	3	4	5	4
Caridade / Filantropia	4	4	3	3	4	3	2	5	3
Certificação	3	3	3	3	4	3	3	3	5
Condições e bem-estar dos trabalhadores	3	3	4	3	3	5	4	3	4
Corrupção/Transparência	4	4	4	3	4	3	5	4	5
Desenvolvimento da Comunidade Local	3	3	5	3	4	3	3	3	4
Direitos do Trabalhador	3	3	4	3	3	3	5	4	3
Direitos Humanos	4	5	3	3	4	3	5	4	4
Diretos dos Animais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Educação	3	4	4	4	4	4	3	2	3
Ética e Código de Conduta	4	5	3	4	4	3	4	4	4
Gestão Ambiental	3	5	4	3	5	4	5	5	5
Gestão de Recursos e Energia	3	5	5	4	5	5	5	5	5
Gestão de Stakeholders	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Governance	5	5	4	4	4	4	4	4	4
Referencial de Relatório	4	4	4	4	4	3	4	4	4
Igualdade de Géneros	3	5	3	4	1	3	3	3	5
Luta Contra a Pobreza	2	1	1	1	2	2	2	2	2
Apoio de Movimentos Políticos	3	3	3	1	3	1	3	3	1
Religião	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Saúde	3	5	4	4	3	4	4	3	4
Segurança e Saúde Ocupacional	4	5	5	4	5	3	5	5	5
Sustentabilidade	4	4	5	4	4	3	4	4	4
Voluntariado	3	4	2	3	3	3	3	5	5

Fonte: Realizada pelo autor

Apesar das organizações comunicarem uma quantidade semelhante de temas com um nível de pelo menos 3 de informação (informação geral), existe uma discrepância entre as organizações quando são analisadas para um nível de comunicação superior, isto é 4 (informação detalhada) ou superior (ver Gráfico 4.1).

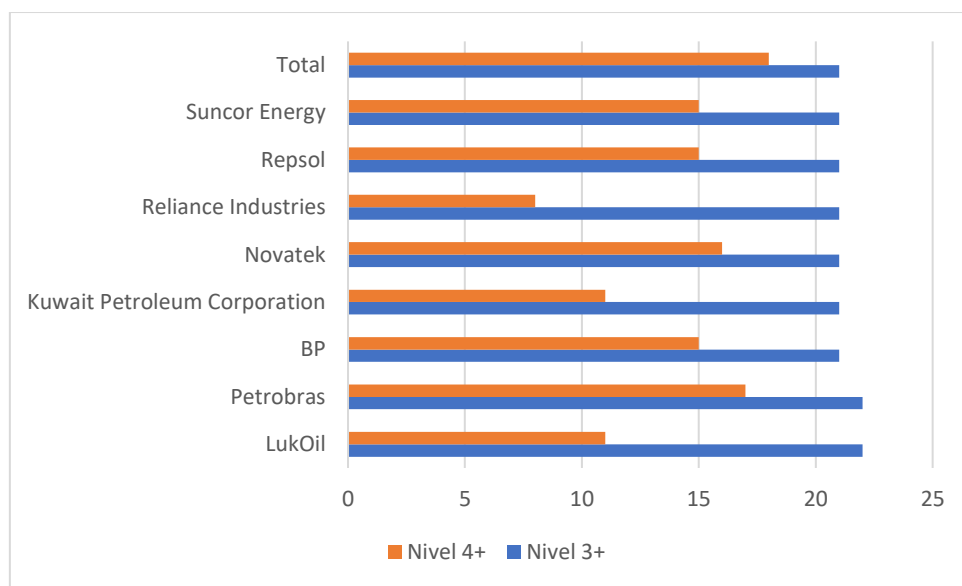


Gráfico 4.1- Diferença do número de temas desenvolvidos a níveis 3 e 4 das organizações que comunicam mais temas.

Entre as 9 organizações os temas mais desenvolvidos com nível de informação de 4 ou 5 (informação detalhada ou muito detalhada) são “Sustentabilidade” (ver ilustração 4.1), “Governance”, “Alterações Climáticas”, “Segurança e Saúde Ocupacional” (ver ilustração 4.2), “Biodiversidade”, “Gestão de Recursos e Energia”, “Referencial de Relatório” (ver ilustração 4.3) e “Gestão de Stakeholders”. Os temas com um nível de informação menos desenvolvidos são os “Diretos dos Animais”, “Luta Contra a Pobreza”, “Apoio de Movimentos Políticos” e “Religião” (ver Gráfico 4.2).



REPSOL

“Our aim To satisfy the growing demand for energy and products by optimizing our contribution to sustainable development, in order to meet current needs without compromising the needs of future generations. Our business practices are designed to create value in both the short and long term, maximizing positive impacts and minimizing eventual negative impacts on society and the environment throughout all our value chain through ethical and transparent conduct.”

Retirado do *website* institucional da Repsol na secção Sustainability Policy

Ilustração 4.1- Referência da Repsol ao seu compromisso com o tema sustentabilidade



“We have standards, processes, systems and programs to manage safe work and engage our employees and contractors in safety, all with the goal of ensuring safe work and eliminating serious injuries and fatalities in the workplace. One example is the Serious Injury and Fatality (SIF) program. The program, considered a best practice, was established in 2016 to emphasize the value of reporting, investigating and managing potential SIF incidents and to encourage learning and improved safety performance across our operations. The evolution of our SIF guidelines and targeted safety initiatives has allowed us to make significant progress in identifying and reducing SIF incident risks. We are leveraging the Operational Excellence Management System, as our safety management system, to manage SIF precursors and ensure controls are in place to prevent such incidents.”

Retirado do *website* institucional da Suncor na secção “Personal and process safety”

Ilustração 4.2- Referência da Suncor ao seu compromisso com o tema Segurança e Saúde Ocupacional



”The organization has developed Sustainability Reporting Guidelines that strive to increase the transparency and accountability of economic, environmental, and social performance and provides all companies and organizations with a comprehensive sustainability reporting framework that is widely used around the world. Since 2016, the GRI guidelines also includes references to the UN Sustainable Development Goals (SDGs).”

Retirado do *website* institucional da Total na secção Global Reporting Initiative (GRI)

Ilustração 4.3- Referência da Total ao seu compromisso com o tema Referencial de Relatório

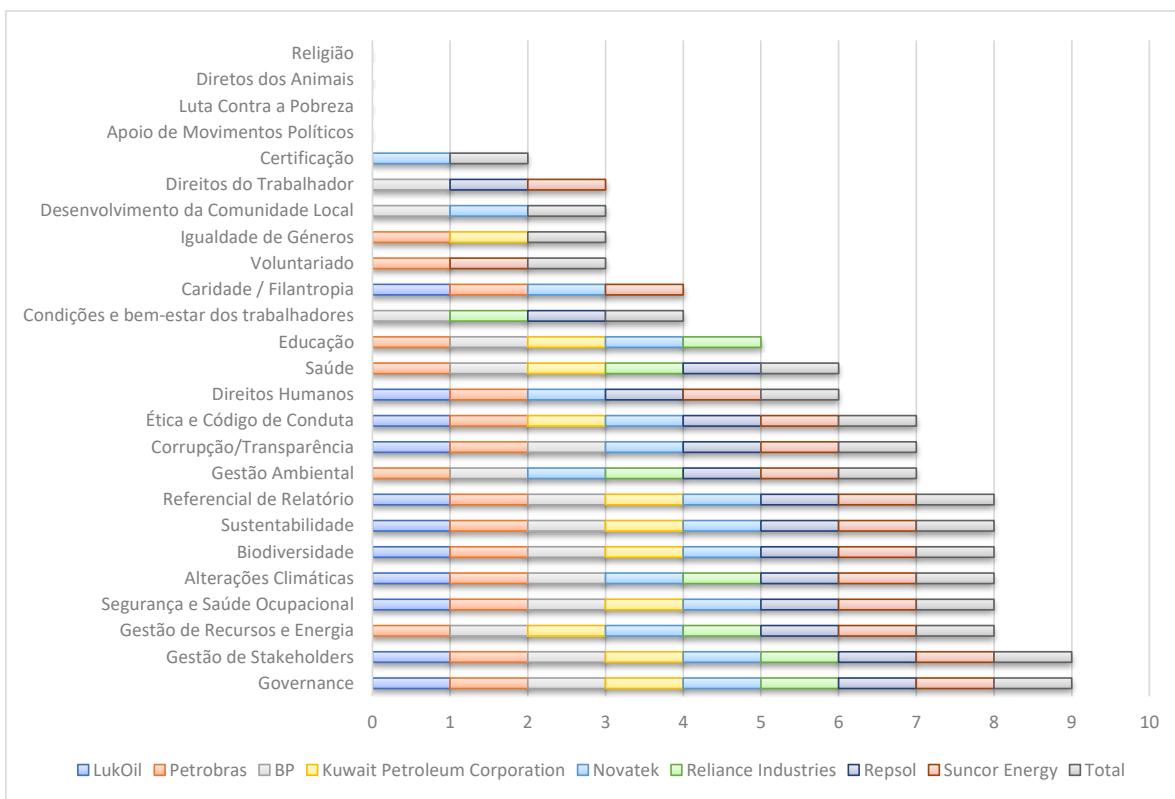


Gráfico 4.2- Temas com nível de informação 4 ou superior nas organizações que mais temas divulgam.

As organizações que menos comunicaram entre as 58 analisadas foram a Saudi Arabian Oil Company, PDVSA, Abu Dhabi National Oil Company, Nigerian National Petroleum Corporation, CNOOC, Egyptian General Petroleum Corporation, Sonangol Group, National Iranian Oil Company, National Oil Corporation (ver apêndice 1). Estas organizações não detêm documentação específica ligada à RSE, tendo apenas informações nos seus *websites* (com exceção da National Iranian Oil Company e da National Oil Corporation que não disponibilizam informações de RSE no *website*).

Tabela 4-2: Organizações que menos comunicam temas de RSE

Temas \ Empresa	Saudi Arabian Oil Company	PDVSA	Abu Dhabi National Oil Company	Nigerian National Petroleum Corporation	CNOOC	Egyptian General Petroleum Corporation	Sonangol Group	National Iranian Oil Company	National Oil Corporation
Alterações Climáticas	3	3	3	2	2	1	2	1	1
Biodiversidade	5	1	1	2	2	1	2	1	1
Caridade / Filantropia	2	3	1	2	2	1	2	1	1
Certificação	1	1	2	1	1	3	2	1	1
Condições e bem-estar dos trabalhadores	3	1	1	1	2	1	2	1	1
Corrupção/Transparência	2	1	1	1	1	1	2	1	1
Desenvolvimento da Comunidade Local	3	3	3	4	3	2	2	1	1
Direitos do Trabalhador	1	2	1	1	1	1	1	1	1
Direitos Humanos	2	1	1	1	1	1	1	1	1
Diretos dos Animais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Educação	3	3	1	3	2	2	2	1	1
Ética e Código de Conduta	3	1	4	1	1	1	3	1	1
Gestão Ambiental	4	3	3	3	2	2	2	1	1
Gestão de Recursos e Energia	4	3	3	2	2	2	2	1	1
Gestão de Stakeholders	2	1	1	2	1	1	2	1	1
Governance	2	3	1	1	1	1	2	1	1
Referencial de Relatório	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Igualdade de Géneros	1	2	1	1	1	1	1	1	1
Luta Contra a Pobreza	1	2	1	1	3	1	1	1	1
Apoio de Movimentos Políticos	2	1	1	1	1	1	1	1	1
Religião	2	1	1	1	1	1	1	1	1
Saúde	4	3	1	3	1	2	2	1	1
Segurança e Saúde Ocupacional	3	1	3	3	3	2	3	1	1
Sustentabilidade	2	1	2	1	2	3	2	1	1
Voluntariado	2	2	3	1	1	1	2	1	1

Fonte: Realizada pelo autor

As temáticas que apresentam pelo menos um nível de informação geral (nível 3) mais referenciado, entre as organizações, foram o “Desenvolvimento da Comunidade Local” (*ver ilustração 4.4*), “Gestão Ambiental” (*ver ilustração 4.5*) e “Segurança e Saúde Ocupacional” (*ver Gráfico 4.3*). Os temas desenvolvidos acima do nível 3 não são referenciados, tendo em conta a sua parca representação estatística. Apenas 9, dos 25 temas, não atinge o nível de informação geral, nível 3 (*ver tabela 4-2*).



“Consciente da sua responsabilidade para com a sociedade angolana a Sonangol tem implementado um vasto conjunto de projectos sociais inseridos num programa denominado "Juntos com a Comunidade."

Cabinda foi desde logo uma província beneficiada por um sem número de projectos, mais de três dezenas, que apenas em 2003 absorverão cerca de seis milhões de dólares e que se repartem pelas áreas da saúde, educação, cultura, desporto e agricultura.”

Retirado do *website* institucional da Sonangol da secção Responsabilidade Social.

Ilustração 4.4- Referência da Sonagol ao seu compromisso com o tema Desenvolvimento da Comunidade Local



“As an energy company operating in a desert country, environmental stewardship has been deeply integral to our approach since our inception. From groundwater management and recycling waste, to emissions-reduction technologies and preserving the biodiversity of the Kingdom’s unique ecosystem, we have been a pioneer in finding ways to minimize the environmental footprint of our operations for over nine decades.”

Retirado do *website* institucional da Aramco(Audi Arabian Oil Company) da secção Minimizing environmental impact

Ilustração 4.5- Referência da Aramco ao seu compromisso com o tema Gestão Ambiental

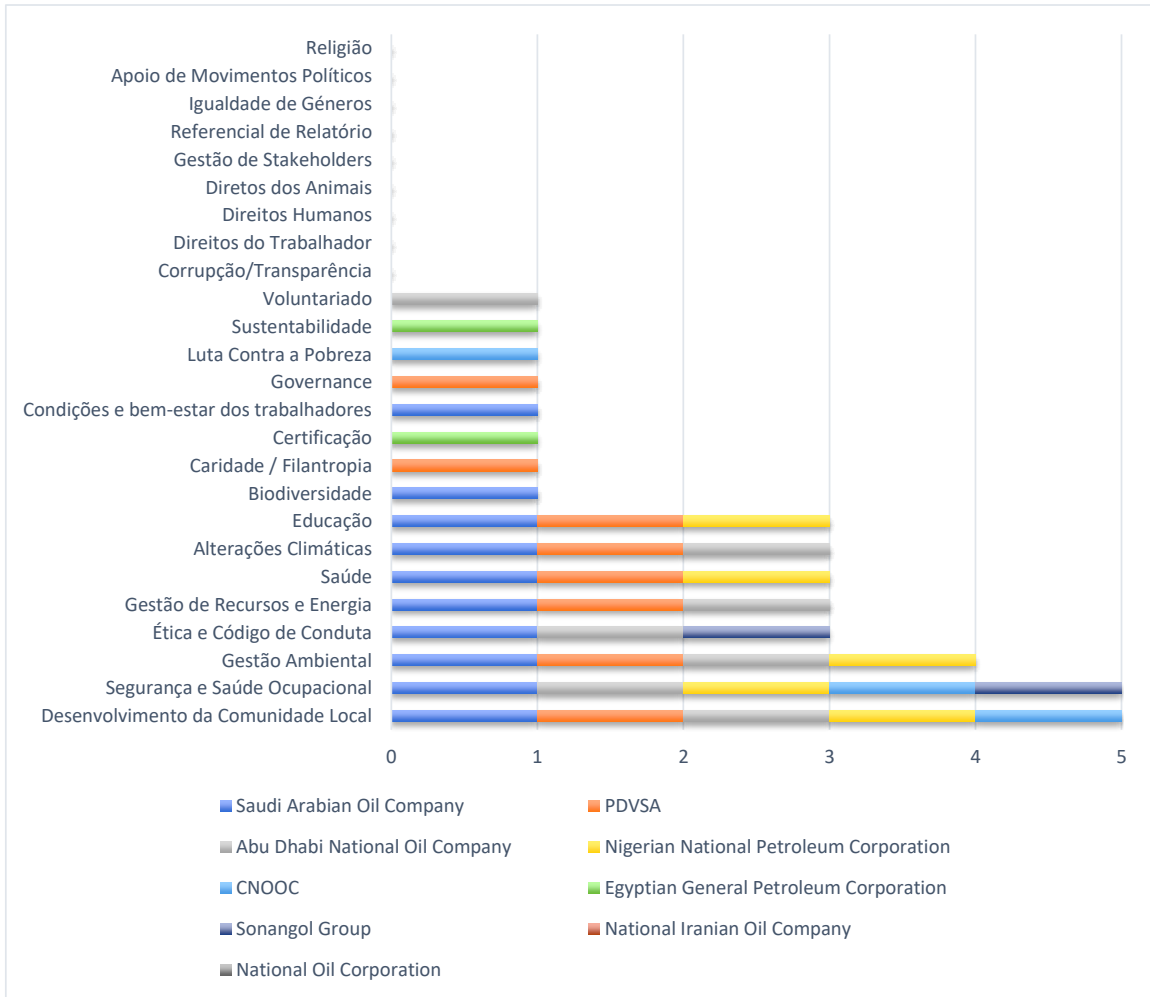


Gráfico 4.3- Temas com um nível de divulgação pelo menos 3 dentre as organizações que menos comunicam

4.2. Resultados por temas

A informação resultante da análise das 40 maiores organizações por região foi resumida na tabela 4.3, enquanto o resultado das 40 maiores organizações do mundo se encontra plasmado na tabela 4.4.

Resultante da análise dos temas de RSE por região é observável (*ver tabela 4-3*) que os temas mais abordados são “Segurança e Saúde Ocupacional”, “Desenvolvimento da Comunidade Local”, “Gestão Ambiental”, “Gestão de Recursos e Energia”, “Alterações Climáticas”, assim como os temas “*Governance*” e “Ética e Código de Conduta”. O foco nas temáticas ligadas ao “Ambiente”, “Segurança Ocupacional” ou que estejam ligados com as “populações locais” eram defendidas por autores como Koolwal e Khadelwal (2020); Clarke e Gibson-Sweet (1999); Jenkins e Yakovleva (2006); Bayoud *et al.* (2012), que identificam que estas temáticas estão interligadas às atividades das organizações de PeG.

Os temas menos abordados foram “Religião”, “Direitos dos Animais”, que não estão presentes nas diversas comunicações (razão pela qual não serão repetidos nas restantes análises), “Luta Contra a Pobreza”, “Apoio de Movimentos Políticos” e “Direitos do Trabalhador”.

Tabela 4-4: Divulgação por tema de RSE das organizações por região ⁸

(1).Temas de RSE	(2). Sem informação	(3). Informação reduzida	(4).Informação geral	(5).Informação detalhada	(6).Informação muito detalhada	(7) % (4)+(5)+(6)
Segurança e Saúde Ocupacional	3	1	8	7	21	90%
Desenvolvimento da comunidade local	2	3	21	13	1	88%
Gestão Ambiental	2	3	8	10	17	88%
Gestão de recursos e energia	2	4	5	9	20	85%
Alterações climáticas	3	4	5	11	17	83%
Ética e Código de Conduta	6	2	5	19	8	80%
Governance	6	2	8	17	7	80%
Biodiversidade	6	3	10	16	5	78%
Saúde	4	5	10	20	1	78%
Educação	3	7	15	12	3	75%
Gestão de Stakeholders	6	4	7	19	4	75%
Sustentabilidade	4	6	6	17	7	75%
Corrupção/Transparência	8	3	10	16	3	73%
Direitos Humanos	8	4	10	15	3	70%
Caridade / Filantropia	6	8	17	7	2	65%
Condições e bem-estar dos trabalhadores	7	9	14	8	2	60%
Certificação	13	6	17	3	1	53%
Voluntariado	6	13	11	8	2	51%
Referencial de Relatório	12	4	5	14	5	48%
Igualdade de géneros	14	7	6	5	8	48%
Direitos do Trabalhador	14	8	15	2	1	45%
Apoio de movimentos políticos	20	6	10	3	1	35%
Luta contra a Pobreza	25	11	2	2	0	10%
Diretos doas Animais	40	0	0	0	0	0%
Religião	39	1	0	0	0	0%
Total	259	124	225	253	139	62%

Fonte: realizada pelo autor

Na tabela supra (4.4) apresentam-se os resultados da análise das maiores organizações do mundo, cujas temáticas com maior expressividade são: “Segurança e Saúde Ocupacional”, “Alterações Climáticas”, “Gestão Ambiental”, “Gestão de Recursos e Energia”, “Governance” e “Gestão de Stakeholders”.

A presença dos temas enunciados, nas divulgações das maiores organizações de PeG, encontra-se alinhada com a necessidade de legitimar as ações perante os *stakeholders*, de modo a alcançar e manter os acordos de exploração (Liebenthal *et al.*, 2005; Raufflet *et al.*, 2014), principalmente no que se refere às questões ligadas ao ambiente, segurança e *governance*.

Os temas menos abordados nas organizações a nível mundial foram a “Luta Contra a Pobreza”, “Apoio de Movimentos Políticos” e “Igualdade de Géneros”.

⁸ (1) Temas; (2)(3)(4)(5)(6) nível da escala de likert em que o tema se encontra desenvolvido na comunicação; (7) Percentagem de comunicação do tema(s) acima do nível (4) Informação geral.

Tabela 4-5: Divulgação por tema de RSE das maiores organizações globais⁹

(1).Temas de RSE	(2). Sem informação	(3). Informação reduzida	(4).Informação geral	(5).Informação detalhada	(6).Informação muito detalhada	(7) % (4)+(5)+(6)
Segurança e Saúde Ocupacional	0	0	6	11	23	100%
Alterações climáticas	0	1	6	15	18	98%
Gestão Ambiental	0	1	5	11	23	98%
Gestão de recursos e energia	0	1	4	6	29	98%
Gestão de Stakeholders	1	1	11	23	4	95%
Governance	1	1	10	24	4	95%
Ética e Código de Conduta	1	2	5	28	4	93%
Sustentabilidade	0	3	9	25	3	93%
Desenvolvimento da comunidade local	1	3	20	15	1	90%
Direitos Humanos	1	4	13	16	6	88%
Biodiversidade	1	4	10	18	7	88%
Saúde	2	3	15	19	1	88%
Corrupção/Transparência	2	4	16	13	5	85%
Educação	0	8	17	14	1	80%
Condições e bem-estar dos trabalhadores	0	10	21	8	1	75%
Direitos do Trabalhador	4	10	22	3	1	65%
Referencial de Relatório	3	5	3	23	6	80%
Caridade / Filantropia	4	11	15	9	1	63%
Certificação	7	9	20	3	1	60%
Voluntariado	4	16	13	4	3	50%
Igualdade de géneros	10	14	11	2	3	40%
Apoio de movimentos políticos	14	10	13	2	1	40%
Luta contra a Pobreza	22	13	3	2	0	13%
Direitos dos Animais	39	1	0	0	0	0%
Religião	39	1	0	0	0	0%
Total	156	136	268	294	146	71%

Fonte: Realizada pelo autor

Verifica-se que existe maior nível de divulgação de RSE nas organizações do mundo, em comparação com as organizações por região. Uma explicação a considerar esta disparidade advém do número de organizações sem relatórios de RSE. Entre as organizações por região encontram-se onze que não têm este relatório, das quais sete sem desenvolvimento de temas que satisfaçam em geral o nível 3 de informação definidos na metodologia.

Considera-se que o maior foco de organizações com carência de informação encontra-se nas regiões África e Médio Oriente. Em comparação, as 40 organizações do mundo apenas detêm entre elas quatro sem relatório de RSE e apenas uma das quais sem desenvolvimento de temas que satisfaçam em geral o nível 3 de informação definidos na metodologia.

Identificaram-se outras diferenças, ao nível da divulgação de alguns temas, entre a análise mundial e a regional, sendo eles o “Direito do Trabalhador”, “Gestão de *Stakeholders*” e o “Referencial de Relatório”, que variam em 20% ou mais. As regiões que mais influenciaram estas disparidades foram África, Oceânia e Médio Oriente, no caso do direito do trabalhador. A gestão de *stakeholders* foi influenciada negativamente apenas pelo Médio Oriente e África.

⁹ (1) Temas; (2)(3)(4)(5)(6) nível da escala de likert em que o tema se encontra desenvolvido na comunicação; (7) Percentagem de comunicação do tema(s) acima do nível (4) Informação geral.

E por último e com uma variação de 33% o tema “Referencial de Relatório” foi penalizado por África, Médio Oriente e Oceânia.

Dar nota que a listagem das organizações mundiais não contempla organizações africanas e tem apenas uma organização do Médio Oriente, que de igual forma não contempla relatório de RSE.

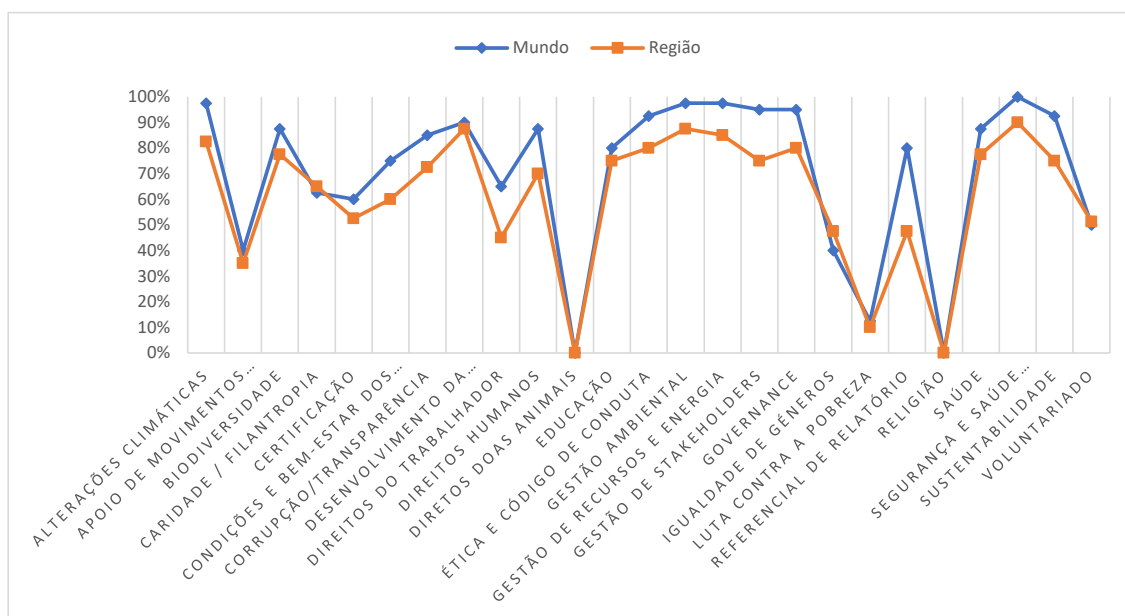


Gráfico 4.4- Comparação das divulgações entre as maiores organizações do mundo e por região

4.3. Resultados por região

Das oito regiões analisadas, a região em que as organizações mais comunicam, i.e., aquela que detém um desenvolvimento de informação sobre os temas pelo menos ao nível 3 (informação geral do tema) é a América do Norte, com uma percentagem de temas de 77%.

A que menos comunica é a região de África, com 18% dos temas presentes na comunicação (*ver tabela 4-5*). A percentagem de divulgação entre as maiores organizações do mundo encontra-se nos 71% (*ver tabela 4-4*) e a média das divulgações por região encontra-se nos 62% (*ver tabela 4-5 e 4-3*).

Tabela 4-6: Percentagem de temas comunicados por região

Regiões	% Divulgação
América do Norte	77%
Europa Oriental	75%
Oceânia	75%
América do Sul	72%
Europa Ocidental	70%
Ásia	64%
Médio Oriente	42%
África	18%
Média	62%

Fonte: Realizada pelo autor

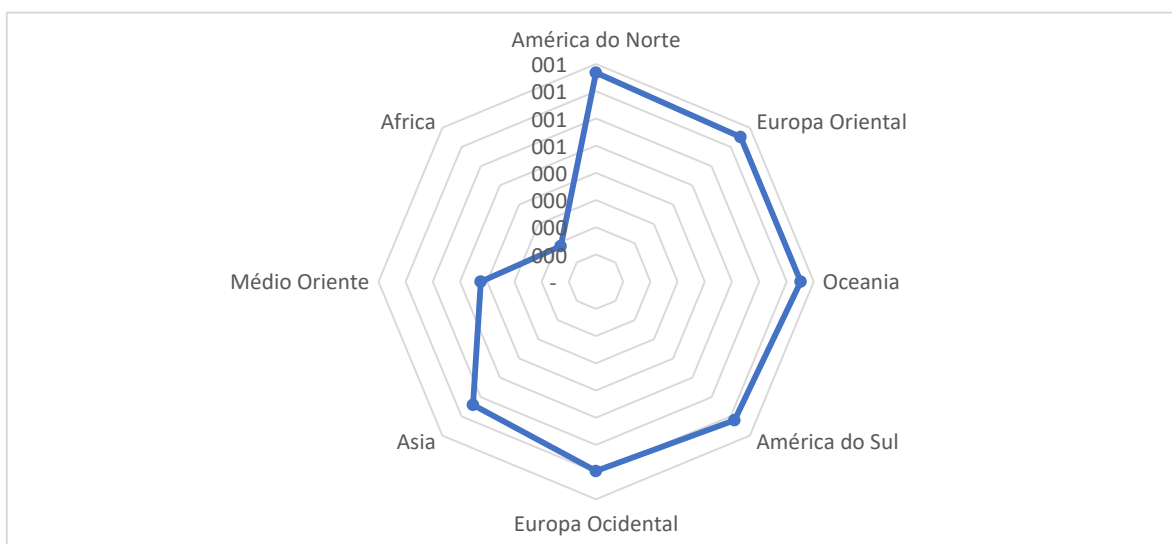


Gráfico 4.5- Percentagem de temas comunicados por região

4.3.1. Europa Oriental

Na região Europa Oriental os temas de RSE detêm uma divulgação acima do nível 3 (Informação Geral) de 75% (ver tabela 4-6). Existem 13 temas que são abordados por todas as organizações, sendo que os temas “Alterações Climáticas”, a “Gestão de Recursos e Energia” e o tema “Segurança e Saúde Ocupacional” são os que têm um maior nível de detalhe das informações, incluindo informações quantificáveis e em diversos anos, de forma

a ser possível realizar comparações e analisar a evolução, seja de consumos, emissões ou acidentes de trabalho.

Os temas menos abordados e conseqüentemente menos desenvolvidos, foram a “Luta Contra a Pobreza”, com poucas referências nos relatórios/*websites*, assim como “Apoio a Movimentos Políticos”, o que no geral se remete à informação de que “não existiam doações ou ligações políticas”.

Tabela 4-7: Divulgação por tema de RSE das organizações da região Europa Oriental¹⁰

(1).Temas de RSE	(2). Sem informação	(3). Informação reduzida	(4).Informação geral	(5).Informação detalhada	(6).Informação muito detalhada	(7)%(4)+(5)+(6)
Alterações climáticas	0	0	0	1	4	100%
Biodiversidade	0	0	1	4	0	100%
Caridade / Filantropia	0	0	3	2	0	100%
Certificação	0	0	5	0	0	100%
Desenvolvimento da comunidade local	0	0	2	3	0	100%
Educação	0	0	3	2	0	100%
Ética e Código de Conduta	0	0	1	4	0	100%
Gestão Ambiental	0	0	1	2	2	100%
Gestão de recursos e energia	0	0	1	1	3	100%
Gestão de Stakeholders	0	0	1	4	0	100%
Governance	0	0	1	3	1	100%
Saúde	0	0	2	3	0	100%
Segurança e Saúde Ocupacional	0	0	1	1	3	100%
Corrupção/Transparência	0	1	0	3	1	80%
Direitos do Trabalhador	0	1	4	0	0	80%
Direitos Humanos	0	1	1	3	0	80%
Referencial de Relatório	1	0	0	3	1	80%
Sustentabilidade	0	1	0	4	0	80%
Voluntariado	0	1	0	4	0	80%
Condições e bem-estar dos trabalhadores	0	3	1	1	0	40%
Igualdade de géneros	1	2	2	0	0	40%
Apoio de movimentos políticos	2	2	1	0	0	20%
Direitos dos Animais	5	0	0	0	0	0%
Luta contra a Pobreza	3	2	0	0	0	0%
Religião	5	0	0	0	0	0%
Total	17	14	31	48	15	75%

Fonte: Realizada pelo autor

4.3.2. Oceânia

Na região da Oceânia, os temas de RSE detêm uma divulgação acima do nível 3 (Informação Geral) de 75% (*ver tabela 4-7*). Existem 15 temas divulgados em todas as organizações, dos quais seis detêm um nível de divulgação muito detalhado na maioria das organizações (“Alterações Climáticas”, “Ética e Código de Conduta”, “Gestão Ambiental”, “Igualdade de Géneros”, “Segurança e Saúde Ocupacional” e “Sustentabilidade”). Os temas ligados ao ambiente e à segurança detêm na sua maioria informação quantificada. Além dos temas anteriormente destacados como tendo um nível de informação muito detalhado,

¹⁰ (1) Temas; (2)(3)(4)(5)(6) nível da escala de likert em que o tema se encontra desenvolvido na comunicação; (7) Percentagem de comunicação do tema(s) acima do nível (4) Informação geral.

destaca-se também na região Oceânia o tema biodiversidade, que tem um nível de informação detalhada (nível 4) para a maioria das organizações, pois nos relatórios existe sempre uma secção generosa que faz referência ao tema e, adicionalmente, faz ligação a páginas ou documentos auxiliares que o exploram mais. Contudo não existem informações que nos permitam compreender a evolução no tempo, ou que sejam certificadas por entidades externas a estas divulgações.

Os temas menos abordados e conseqüentemente menos desenvolvidos foram: a “Luta Contra a Pobreza”, que poucas referências tinha nos relatórios/*websites*, assim como o tema “Direitos do Trabalhador”, no qual por norma exista referência ao direito de negociação e contrato coletivo dos trabalhadores e pouco mais era referido.

Tabela 4-8: Divulgação por tema de RSE das organizações da região Oceânia¹¹

(1).Temas de RSE	(2). Sem informação	(3). Informação reduzida	(4).Informação geral	(5).Informação detalhada	(6).Informação muito detalhada	(7) % (4)+(5)+(6)
Alterações climáticas	0	0	0	1	4	100%
Biodiversidade	0	0	3	1	1	100%
Condições e bem-estar dos trabalhadores	0	0	2	2	1	100%
Corrupção/Transparência	0	0	0	5	0	100%
Desenvolvimento da comunidade local	0	0	1	4	0	100%
Direitos Humanos	0	0	1	3	1	100%
Ética e Código de Conduta	0	0	0	1	4	100%
Gestão Ambiental	0	0	0	2	3	100%
Gestão de recursos e energia	0	0	0	3	2	100%
Governance	0	0	0	3	2	100%
Igualdade de géneros	0	0	0	1	4	100%
Saúde	0	0	0	5	0	100%
Segurança e Saúde Ocupacional	0	0	0	1	4	100%
Sustentabilidade	0	0	0	1	4	100%
Voluntariado	0	0	2	2	1	100%
Caridade / Filantropia	0	1	2	0	2	80%
Educação	0	1	0	3	1	80%
Gestão de Stakeholders	0	1	1	2	1	80%
Apoio de movimentos políticos	2	1	1	1	0	40%
Certificação	3	0	2	0	0	40%
Referencial de Relatório	1	2	1	1	0	40%
Direitos do Trabalhador	3	1	1	0	0	20%
Direitos doas Animais	5	0	0	0	0	0%
Luta contra a Pobreza	3	2	0	0	0	0%
Religião	5	0	0	0	0	0%
Total	22	9	17	42	35	75%

Fonte: Realizada pelo autor

¹¹ (1) Temas; (2)(3)(4)(5)(6) nível da escala de likert em que o tema se encontra desenvolvido na comunicação; (7) Percentagem de comunicação do tema(s) acima do nível (4) Informação geral.

4.3.3. América do Norte

Na região América do Norte os temas de RSE detêm uma divulgação acima do nível 3 (Informação Geral) de 77% (*ver tabela 4-8*), sendo a região com a percentagem de comunicação mais elevada, isto é, cobre um maior leque de temas. Existem 15 temas que são divulgados por todas as organizações analisadas, dos quais três com um nível de informação muito detalhada pela maior parte das organizações (“Alterações Climáticas”, “Gestão de Recursos e Energias”, “Segurança e Saúde Ocupacional”), existindo informações quantificáveis. Nos temas Alterações Climáticas e Gestão de Recursos e Energia são relatados valores que nos facilitam a compreensão da evolução das emissões e consumos. No caso da Segurança e Saúde Ocupacional são apresentados valores que permitem acompanhar, por exemplo, o número de acidentes de trabalho ou horas de trabalho perdidas. Na região da América do Norte destaca se a referência ao apoio de movimentos políticos, única entre as diferentes regiões, nesta região é muitas vezes referido que a organização pode intervir no apoio ao movimento político mediante as necessidades da organização.

Os temas menos abordados e conseqüentemente menos desenvolvidos foram a “Luta Contra a Pobreza”, que poucas referências tinha nos relatórios/*websites*, e o tema “Igualdade de Géneros” que comparado com outras regiões com níveis de comunicação elevado como a Oceânia, Europa ocidental ou Europa oriental, tem um desenvolvimento muito pobre, não definindo prioridades ou ações sobre o tema.

Tabela 4-9: Divulgação por tema de RSE das organizações da região América do Norte¹²

(1).Temas de RSE	(2). Sem informação	(3). Informação reduzida	(4).Informação geral	(5).Informação detalhada	(6).Informação muito detalhada	(7) % (4)+(5)+(6)
Alterações climáticas	0	0	0	2	3	100%
Apoio de movimentos políticos	0	0	2	2	1	100%
Biodiversidade	0	0	2	2	1	100%
Desenvolvimento da comunidade local	0	0	4	1	0	100%
Direitos Humanos	0	0	2	3	0	100%
Educação	0	0	3	2	0	100%
Ética e Código de Conduta	0	0	0	4	1	100%
Gestão Ambiental	0	0	1	2	2	100%
Gestão de recursos e energia	0	0	1	0	4	100%
Gestão de Stakeholders	0	0	1	4	0	100%
Governance	0	0	1	4	0	100%
Saúde	0	0	3	2	0	100%
Segurança e Saúde Ocupacional	0	0	0	1	4	100%
Sustentabilidade	0	0	1	4	0	100%
Referencial de Relatório	0	0	1	2	2	100%
Caridade / Filantropia	0	1	3	1	0	80%
Condições e bem-estar dos trabalhadores	0	1	3	1	0	80%
Corrupção/Transparência	1	0	2	2	0	80%
Voluntariado	0	1	3	1	0	80%
Certificação	2	1	1	1	0	40%
Direitos do Trabalhador	2	1	2	0	0	40%
Igualdade de géneros	2	2	0	1	0	20%
Diretos doas Animais	5	0	0	0	0	0%
Luta contra a Pobreza	3	2	0	0	0	0%
Religião	5	0	0	0	0	0%
Total	20	9	36	42	18	77%

Fonte: Realizada pelo autor

4.3.4. América do Sul

Na região América do Sul os temas de RSE detêm uma divulgação acima do nível 3 (Informação Geral) de 72% (ver tabela 4-9). Existem 6 temas que são divulgados por todas as organizações analisadas dos quais quatro com um nível de informação muito detalhada pela maior parte das organizações (“Alterações Climáticas”, “Gestão Ambiental”, “Gestão de Recursos e Energias” e “Governance”), existindo informações quantificáveis. Dentro dos temas ligados ao ambiente (“Alterações Climáticas”, “Gestão Ambiental” e “Gestão de Recursos e Energias”) existem informações numéricas das emissões, consumos de energia e recursos em diversos anos. Devido à organização PDVSA, que não apresentava informações de “Segurança e Saúde Ocupacional”, o tema não entra dentro dos mais divulgados, contudo nas restantes organizações é um tema muito desenvolvido. Os temas ligados à “Governance” detêm uma secção bastante generosa, normalmente complementadas por ficheiros externos ao relatório, incluindo valor financeiros de diversos anos que por vezes se ligavam à temática de transparência. Os temas menos abordados e consequentemente menos desenvolvidos foram a “Luta Contra a Pobreza”, que poucas referências existiam nos relatórios/websites, e o “Voluntariado”, que apesar de ser referenciado não é muito desenvolvido, sendo que na

¹² (1) Temas; (2)(3)(4)(5)(6) nível da escala de likert em que o tema se encontra desenvolvido na comunicação; (7) Percentagem de comunicação do tema(s) acima do nível (4) Informação geral.

maioria dos casos apenas davam pequenos exemplos de situações pontuais sem referenciar tempos investidos no voluntariado, valores ou datas.

Tabela 4-10: Divulgação por tema RSE das organizações da região América do Sul¹³

(1).Temas de RSE	(2). Sem informação	(3). Informação reduzida	(4).Informação geral	(5).Informação detalhada	(6).Informação muito detalhada	(7) % (4)+(5)+(6)
Alterações climáticas	0	0	1	1	3	100%
Desenvolvimento da comunidade local	0	0	4	1	0	100%
Educação	0	0	1	2	2	100%
Gestão Ambiental	0	0	1	0	4	100%
Gestão de recursos e energia	0	0	1	0	4	100%
Governance	0	0	2	0	3	100%
Biodiversidade	1	0	0	2	2	80%
Caridade / Filantropia	1	0	1	3	0	80%
Condições e bem-estar dos trabalhadores	1	0	2	2	0	80%
Corrupção/Transparência	1	0	0	3	1	80%
Direitos Humanos	1	0	0	2	2	80%
Ética e Código de Conduta	1	0	0	2	2	80%
Gestão de Stakeholders	1	0	1	2	1	80%
Igualdade de gêneros	0	1	0	1	3	80%
Saúde	0	1	1	2	1	80%
Segurança e Saúde Ocupacional	1	0	0	0	4	80%
Sustentabilidade	1	0	0	3	1	80%
Referencial de Relatório	1	0	1	1	2	80%
Apoio de movimentos políticos	1	1	3	0	0	60%
Certificação	1	1	1	2	0	60%
Direitos do Trabalhador	0	2	1	1	1	60%
Voluntariado	1	2	1	1	0	40%
Luta contra a Pobreza	2	2	1	0	0	20%
Direitos dos Animais	5	0	0	0	0	0%
Religião	5	0	0	0	0	0%
Total	25	10	23	31	36	72%

Fonte: Realizada pelo autor

4.3.5. Europa Ocidental

Na região Europa Ocidental os temas de RSE detêm uma divulgação acima do nível 3 (Informação Geral) de 70% (*ver tabela 4-10*). Existem 10 temas que são divulgados por todas as organizações analisadas, dos quais quatro com um nível de informação muito detalhada pela maior parte das organizações (“Alterações Climáticas”, “Gestão Ambiental”, “Gestão dos Recursos e Energia”, “Segurança e Saúde Ocupacional”). Nos temas referenciados com nível de informação muito detalhada são apresentados valores quantificáveis nos dos temas ligados ao ambiente e emissões, consumos e desperdícios. No caso do tema “Segurança e Saúde Ocupacional” são apresentadas horas perdidas, baixas e acidentes ao longo de diversos anos. O tema “Gestão de *Stakeholders*” apesar de não ser abordado por todas as organizações a um nível detalhado ou muito detalhado, detêm uma presença considerável, existindo na maioria dos casos uma análise a cada parte interessada, sendo realizada uma análise à sua influência na organização.

¹³ (1) Temas; (2)(3)(4)(5)(6) nível da escala de likert em que o tema se encontra desenvolvido na comunicação; (7) Percentagem de comunicação do tema(s) acima do nível (4) Informação geral.

Tabela 4-11: Divulgação por tema RSE das organizações da região Europa Ocidental¹⁴

(1).Temas de RSE	(2). Sem informação	(3). Informação reduzida	(4).Informação geral	(5).Informação detalhada	(6).Informação muito detalhada	(7) % (4)+(5)+(6)
Alterações climáticas	0	0	0	2	3	100%
Biodiversidade	0	0	0	5	0	100%
Corrupção/Transparência	0	0	3	1	1	100%
Ética e Código de Conduta	0	0	1	4	0	100%
Gestão Ambiental	0	0	1	1	3	100%
Gestão de recursos e energia	0	0	0	1	4	100%
Gestão de Stakeholders	0	0	1	3	1	100%
Governance	0	0	0	4	1	100%
Segurança e Saúde Ocupacional	0	0	0	2	3	100%
Sustentabilidade	0	0	1	2	2	100%
Condições e bem-estar dos trabalhadores	0	1	2	2	0	80%
Desenvolvimento da comunidade local	0	1	1	2	1	80%
Direitos Humanos	0	1	1	3	0	80%
Referencial de Relatório	0	1	0	4	0	80%
Igualdade de géneros	0	1	2	1	1	80%
Saúde	0	1	1	3	0	80%
Caridade / Filantropia	1	1	3	0	0	60%
Direitos do Trabalhador	0	2	2	1	0	60%
Apoio de movimentos políticos	3	0	2	0	0	40%
Certificação	1	2	1	0	1	40%
Educação	0	3	1	1	0	40%
Voluntariado	0	4	0	0	1	20%
Direitos dos Animais	5	0	0	0	0	0%
Luta contra a Pobreza	3	2	0	0	0	0%
Religião	5	0	0	0	0	0%
Total	18	20	23	42	22	70%

Fonte: Realizada pelo autor

4.3.6. Ásia

Na região Ásia os temas de RSE detêm uma divulgação acima do nível 3 (Informação Geral) de 64% (ver tabela 4-11). Existem 2 temas que são divulgados por todas as organizações analisadas, sendo que o tema “Segurança e Saúde Ocupacional” detém um nível de informação muito detalhado pela maior parte das organizações. Os temas ligados ao ambiente também detêm uma presença forte, apenas a China National Offshore Oil Corporation (CNOOP) não mostra dedicação neste tipo de temas. Apesar de o tema “Luta Contra Pobreza” deter uma quantidade de informação menor, detém uma maior divulgação do que nas restantes regiões.

Os temas menos comunicados são: o “Apoio a Movimentos Políticos”, o “Voluntariado”, a “Igualdade de Géneros” e “Ética e o Código de Conduta”. O tema “Apoio a Movimentos Políticos” é apenas referenciado pela PTT, dizendo que não pode doar valores a Movimentos Políticos. O “Voluntariado” e a “Igualdade de Géneros” apenas contam com pequenas referências, o “Voluntariado” de situações pontuais e a “Igualdade de Géneros” pequenas passagens que dizem que existe um esforço para equilibrar a balança entre os géneros nas respetivas organizações. O tema “Ética e Código de Conduta” é escassamente abordado na

¹⁴ (1) Temas; (2)(3)(4)(5)(6) nível da escala de likert em que o tema se encontra desenvolvido na comunicação; (7) Percentagem de comunicação do tema(s) acima do nível (4) Informação geral.

maioria das organizações, contudo a PTT detém um grande referencial ao código de conduta e valores organizacionais.

Tabela 4-12: Divulgação por tema de RSE das organizações da região Ásia¹⁵

(1).Temas de RSE	(2). Sem informação	(3). Informação reduzida	(4). Informação geral	(5). Informação detalhada	(6). Informação muito detalhada	(7)%(4)+(5)+(6)
Desenvolvimento da comunidade local	0	0	4	1	0	100%
Segurança e Saúde Ocupacional	0	0	2	0	3	100%
Alterações climáticas	0	1	1	3	0	80%
Biodiversidade	0	1	3	1	0	80%
Caridade / Filantropia	0	1	3	1	0	80%
Certificação	1	0	4	0	0	80%
Corrupção/Transparência	1	0	2	2	0	80%
Direitos do Trabalhador	1	0	4	0	0	80%
Educação	0	1	3	1	0	80%
Gestão Ambiental	0	1	0	1	3	80%
Gestão de recursos e energia	0	1	0	1	3	80%
Gestão de Stakeholders	1	0	0	3	1	80%
Governance	1	0	2	2	0	80%
Saúde	1	0	2	2	0	80%
Sustentabilidade	0	1	2	2	0	80%
Condições e bem-estar dos trabalhadores	0	2	2	0	1	60%
Direitos Humanos	1	1	2	1	0	60%
Referencial de Relatório	1	1	1	1	1	60%
Luta contra a Pobreza	1	1	1	2	0	60%
Ética e Código de Conduta	1	2	1	0	1	40%
Igualdade de gêneros	2	1	2	0	0	40%
Voluntariado	1	2	2	0	0	40%
Apoio de movimentos políticos	4	1	0	0	0	0%
Direitos das Animais	5	0	0	0	0	0%
Religião	5	0	0	0	0	0%
Total	27	18	43	24	13	64%

Fonte: Realizada pelo autor

4.3.7. Médio Oriente

Na região Médio Oriente, os temas de RSE detêm uma divulgação acima do nível 3 (Informação Geral) de 42% (*ver tabela 4-12*). Não existem temas que sejam divulgados por todas as organizações analisadas. Em geral, poucos temas chegam a ter um nível de informação detalhada ou muito detalhada, a única exceção é a “Biodiversidade” devido à organização Saudi Aramco, que desenvolve o tema no ramo animal muito em detalhe.

O tema menos comunicado é a “Luta Contra a Pobreza”. Adicionalmente, existe uma grande parte dos temas que não detêm expressão como o “Apoio de Movimentos Políticos”, “Caridade/Filantropia”, “Direitos do Trabalhador”, Igualdade de Género e Sustentabilidade. Um motivo para o baixo nível de comunicação advém de a região não apresentar adesão aos relatórios ou apresentar *websites* desenvolvidos em geral.

¹⁵ (1) Temas; (2)(3)(4)(5)(6) nível da escala de likert em que o tema se encontra desenvolvido na comunicação; (7) Percentagem de comunicação do tema(s) acima do nível (4) Informação geral.

Tabela 4-13: Divulgação por tema de RSE das organizações da região Médio Oriente¹⁶

(1).Temas de RSE	(2). Sem informação	(3). Informação reduzida	(4).Informação geral	(5).Informação detalhada	(6).Informação muito detalhada	(7) % (4)+(5)+(6)
Alterações climáticas	1	0	3	1	0	80%
Desenvolvimento da comunidade local	1	0	4	0	0	80%
Ética e Código de Conduta	1	0	1	3	0	80%
Gestão Ambiental	1	0	2	2	0	80%
Gestão de recursos e energia	1	0	1	3	0	80%
Segurança e Saúde Ocupacional	1	0	3	1	0	80%
Biodiversidade	2	0	1	1	1	60%
Educação	2	0	2	1	0	60%
Certificação	2	1	2	0	0	40%
Condições e bem-estar dos trabalhadores	2	1	2	0	0	40%
Corrupção/Transparência	2	1	2	0	0	40%
Direitos Humanos	2	1	2	0	0	40%
Gestão de Stakeholders	2	1	1	1	0	40%
Governance	2	1	1	1	0	40%
Referencial de Relatório	3	0	1	1	0	40%
Saúde	2	1	0	2	0	40%
Voluntariado	1	2	2	0	0	40%
Apoio de movimentos políticos	3	1	1	0	0	20%
Caridade / Filantropia	2	2	1	0	0	20%
Direitos do Trabalhador	3	1	1	0	0	20%
Igualdade de géneros	4	0	0	1	0	20%
Sustentabilidade	1	3	0	1	0	20%
Diretos dos Animais	5	0	0	0	0	0%
Luta contra a Pobreza	5	0	0	0	0	0%
Religião	4	1	0	0	0	0%
Total	55	17	33	19	1	42%

Fonte: Realizada pelo autor

4.3.8. África

Na região África, os temas de RSE detêm uma divulgação acima do nível 3 (Informação Geral) de apenas 18% (*ver tabela 4-13*). Em geral, poucos temas chegam a ter um nível de informação detalhada, sendo o tema “Segurança e Saúde Ocupacional” o mais divulgado. Por norma as organizações não divulgam relatórios de RSE nos seus *websites* e estes detêm informação reduzida sobre os temas. Existem 10 temas que não atingem o nível de informação geral, sendo que sete desses temas estão no nível sem informação (nível 1) em todas as organizações analisadas.

¹⁶ (1) Temas; (2)(3)(4)(5)(6) nível da escala de likert em que o tema se encontra desenvolvido na comunicação; (7) Percentagem de comunicação do tema(s) acima do nível (4) Informação geral.

Tabela 4-14: Divulgação por tema de RSE das organizações da região África¹⁷

(1).Temas de RSE	(2). Sem informação	(3). Informação reduzida	(4).Informação geral	(5).Informação detalhada	(6).Informação muito detalhada	(7) % (4)-(5)-(6)
Segurança e Saúde Ocupacional	1	1	2	1	0	60%
Desenvolvimento da comunidade local	1	2	1	1	0	40%
Educação	1	2	2	0	0	40%
Ética e Código de Conduta	3	0	1	1	0	40%
Gestão Ambiental	1	2	2	0	0	40%
Saúde	1	2	1	1	0	40%
Sustentabilidade	2	1	2	0	0	40%
Caridade / Filantropia	2	2	1	0	0	20%
Certificação	3	1	1	0	0	20%
Corrupção/Transparência	3	1	1	0	0	20%
Direitos Humanos	4	0	1	0	0	20%
Gestão de recursos e energia	1	3	1	0	0	20%
Gestão de Stakeholders	2	2	1	0	0	20%
Governance	3	1	1	0	0	20%
Voluntariado	3	1	1	0	0	20%
Alterações climáticas	2	3	0	0	0	0%
Apoio de movimentos políticos	5	0	0	0	0	0%
Biodiversidade	3	2	0	0	0	0%
Condições e bem-estar dos trabalhadores	4	1	0	0	0	0%
Direitos do Trabalhador	5	0	0	0	0	0%
Direitos dos Animais	5	0	0	0	0	0%
Referencial de Relatório	5	0	0	0	0	0%
Igualdade de géneros	5	0	0	0	0	0%
Luta contra a Pobreza	5	0	0	0	0	0%
Religião	5	0	0	0	0	0%
Total	75	27	19	4	0	18%

Fonte: Realizada pelo autor

Súmula

No presente capítulo foram apresentados os resultados das organizações estudadas. No primeiro ponto estão presentes o resultado das 58 organizações de todo o mundo, sendo possível observar que apesar de existirem organizações que comunicam, em quantidade (nível 3 de informação) similar, a qualidade (nível 4 ou superior) é díspar. Foram apresentadas as organizações que mais e menos comunicam e expostos alguns exemplos da comunicação organizacional nos seus *websites*. No segundo ponto podemos ver os resultados por temas, comparando as maiores organizações do mundo e as maiores organizações por região, sendo observável que existem divergências (ver gráfico 4.4). Por último são expostos os resultados por região, onde a América do Norte (com 77% dos temas abordados) é a região que mais divulga e África é a região que menos divulga (com 18% dos temas abordados), tendo a medida de divulgação ficado nos 62%. No próximo capítulo serão analisados os resultados que foram referidos no presente capítulo com base na literatura.

¹⁷ (1) Temas; (2)(3)(4)(5)(6) nível da escala de likert em que o tema se encontra desenvolvido na comunicação; (7) Percentagem de comunicação do tema(s) acima do nível (4) Informação geral.

5. Análise de Resultados

Neste capítulo são analisados os resultados decorrentes do capítulo anterior. Serão analisados os resultados das 40 maiores organizações do mundo e das 40 maiores por região em matéria de temas de RSE. De igual modo, serão analisados os temas mais divulgados e os menos divulgados e que região mais contribuiu para o volume dessa divulgação. No último ponto serão analisados os resultados de cada região.

De forma global, os resultados atingidos encontram-se alinhados com a literatura descrita, no capítulo 2. Segundo Frynas (2009) as organizações de PeG comunicam temáticas de RSE com os seus *stakeholders*, sendo um dos setores que mais ênfase dá a esta matéria.

Entre as 40 maiores organizações do mundo e as 40 maiores organizações por região existem divergências, uma vez que no grupo das maiores organizações do mundo não são incluídas algumas organizações presentes no grupo das regiões, tendo em conta que não foi encontrada uma fonte única com todas as organizações compiladas e que, de certa forma, permitisse a sua inclusão no mesmo *ranking* (*conforme ficou expresso no capítulo 4*).

Por outro lado, verifica-se que no grupo das regiões, a maioria das organizações estão ligadas ao estado/ setor público, como é o caso da “Ásia”, o “Médio Oriente” ou de “África”. Acresce ainda que o grupo das maiores organizações do mundo revela um maior volume de comunicação de RSE, face ao resultado obtido pela soma de todas as divulgações por região (*ver tabela 4.4, maiores do mundo e tabela 4.3, maiores por região*).

As temáticas mais abordadas nas maiores organizações de PeG do mundo (*ver tabela 4-4*) estão relacionadas com a segurança e saúde ocupacional, questões ambientais (“Alterações Climáticas”, “Gestão Ambiental”, “Gestão de Recursos e Energia”, assim como a “Biodiversidade”), “Governance” e a “Gestão dos *Stakeholders*”.

A forte presença dos temas mencionados encontra-se, mais uma vez, em concordância com o enunciado por autores como Frynas (2009) e Jenkins e Yakovleva (2006).

A presença do tema “Gestão dos *Stakeholders*” está de acordo com o referenciado na revisão da literatura, uma vez que é necessário um elevado grau de conhecimento para atingir a legitimidade necessária para com os *stakeholders* e para concretizar o contrato social necessário (Liebenthal *et al.*, 2005; Raufflet *et al.*, 2014). As organizações com um maior

nível neste tema apresentam análises segmentadas dos seus *stakeholders* de forma a demonstrarem as interligações com estes. Na análise por regiões este tema registou uma percentagem de divulgação de 75%, enquanto na análise do ranking das maiores organizações do mundo registou 95%. Esta diferença pode ser explicada por regiões como o Médio Oriente e África.

A presença de temas ligados ao ambiente (“Alterações Climáticas”, “Gestão Ambiental”, “Gestão de Recursos e Energia” e “Biodiversidade”) e à segurança está intimamente ligada ao facto de as organizações PeG serem organizações ambientalmente sensíveis (Jaworska, 2018).

Nos temas ligados ao ambiente são desenvolvidas as políticas pelas quais as organizações se regem e os dados quantitativos das suas operações, quer sejam energia e/ou água consumida, CO2 emitido ou número de incidentes ambientais num determinado período temporal (em norma são apresentados por ano). Existe nos casos com maior nível de desenvolvimento do tema a apresentação da evolução no tempo (no mínimo nos últimos 3 anos). A “Biodiversidade” é ocasionalmente apresentada em ficheiros à parte, por exemplo, em organizações australianas, sendo um tema bem desenvolvido onde apresentam espécies que a organização ajuda a proteger/resgatar. No caso da “Segurança e Saúde Ocupacional” são apresentados os valores/normas da organização, por vezes estão descritos exemplos da organização no subtema prevenção de acidentes. Nos diversos temas de Ambiente e Segurança a variação da comunicação das maiores organizações mundiais face às maiores organizações por região está compreendida entre 10% a 15%, sendo a região mais responsável por esta diminuição a de África.

As presenças nos relatórios de temas ligados à esfera social permitem alcançar e manter os contratos sociais (Alakent & Ozer, 2014). Temas como “Desenvolvimento da Comunidade Local”, “Ética e Código de Conduta”, “*Governance*” e “Sustentabilidade” permitem comunicar e atualizar os *stakeholders* sobre o ponto de situação da organização, no que decorre do caminho que esta quer seguir, possibilitando a contínua legitimação das suas operações.

A temática “Desenvolvimento da Comunidade Local” está presente na bibliografia de RSE por autores como Clarke e Gibson-Sweet (1999) ou Jenkins e Yakovleva (2006).

Naturalmente que as sociedades aceitam estas organizações nos seus territórios com esperança de que estas as auxiliem no seu desenvolvimento. No âmbito do “Desenvolvimento da Comunidade Local”, existem investimentos em estruturas sociais de apoio para o desenvolvimento social da região ou regiões necessitadas, de integração de alguns jovens locais nos projetos aumentando a empregabilidade, construção de escolas e hospitais que interligam os temas “Educação” e “Saúde”, entre outros. O tema “Desenvolvimento da Comunidade Local” está presente em ambas as listagens com uma elevada taxa de referência, 90% nas maiores organizações mundiais e 88% nas regiões, sendo as regiões que mais comunicam a Europa oriental, Ásia, América do Norte e Oceânia.

No tema “Saúde”, existem informações sobre financiamentos para o desenvolvimento/construção de hospitais em regiões com necessidade ou onde as organizações se estabeleceram. Devido à existência do Covid-19, este tema teve uma grande adesão na comunicação analisada, existindo uma ligação aos temas “Voluntariado” e “Caridade/Filantropia” para demonstrar a luta da organização contra a pandemia (Carroll, 2021; Mahmud *et al.*, 2021). O tema Saúde detém o nível de divulgação de 88% nas maiores organizações do mundo e 78% nas maiores por região, particularmente desenvolvido na Oceânia, Europa Oriental e Ocidental.

O tema “Voluntariado” não detém o desenvolvimento esperado, segundo Mathews (1993) as organizações divulgam e utilizam as suas ações de voluntariado para poderem ganhar a confiança do público. O tema detém uma taxa de divulgação baixa, nas maiores organizações do mundo apresenta uma taxa de divulgação de 50% e nas maiores organizações por região de 51%, sendo as regiões que mais divulgam este tema a Europa Oriental, América do Norte e Oceânia. A baixa taxa de divulgação de atos de voluntariado é uma perda para o mecanismo de legitimidade (Mathews, 1993) e uma perda para as relações entre a organização, trabalhadores e comunidade (Muthuri *et al.*, 2009). Uma explicação para a baixa taxa de comunicação deriva de que durante a análise das organizações existiu “Voluntariado” que foi quantificado como saúde e como educação, sendo apenas quantificadas neste tema todas as outras situações de forma a não duplicar as observações. O mesmo sucedeu com o tema “Caridade/Filantropia”, apenas foram contabilizadas para este tema situações de caridade/filantropia que não estejam ligadas à área saúde ou educação. Ainda assim o tema

“Caridade/Filantropia” detém uma taxa de divulgação de 63% nas maiores organizações do mundo e de 65% nas maiores organizações por região. As regiões que menos divulgaram foram a Europa Ocidental, Médio Oriente e África.

O tema “Educação” detém uma percentagem de divulgação similar tanto nas maiores organizações do mundo, com 80%, assim como nas maiores organizações por região, com 75%, onde se verificam apoios e incentivos para estudantes em condições desfavoráveis e construção de escolas. As regiões que mais comunicam são “Oceânia”, “América do Norte” e “América do Sul”.

O tema “*Governance*” visa analisar como a organização tem atuado e quais as suas políticas. É, por norma, um tema em que apresenta as políticas das organizações, interligado com temas como a “Ética e Código de Conduta” e Corrupção/Transparência. Por vezes, ao apresentar o tema nos relatórios são também apresentados os valores, a missão e a visão da organização, assim como uma breve descrição do tema “Sustentabilidade” e a organização. É um tema que tem uma grande taxa de comunicação entre as organizações analisadas sendo de 95% nas maiores organizações do mundo e 80% nas organizações regionais. Esta diferença pode ser explicada pela falta de comunicação de certas regiões como a Ásia, o Médio Oriente e África. É dos temas que auxilia a obtenção do contrato social necessário ao desenvolvimento das operações da organização, daí a sua elevada taxa de comunicação (Raufflet *et al.*, 2014).

O tema “Sustentabilidade” é um dos temas que devido à natureza “ambientalmente sensível” das organizações de PeG está naturalmente presente nas suas comunicações (Jaworska, 2018), incorporando os ODS em alguns casos, podendo assim valorizar a organização (Jizi, 2017). Este tema detém uma taxa de comunicação de 93% nas maiores organizações do mundo e de 75% nas maiores organizações por região, sendo as organizações que contribuem para este desvio negativo o Médio Oriente e África.

O tema “Ética e Código de Conduta” foi bastante desenvolvido pela grande maioria das regiões, Frynas (2009) descreve que o código de conduta é um dos recursos que as organizações utilizam na sua relação com o público. A divulgação do tema nas maiores organizações por região é de 80% e nas maiores do mundo é de 93%. A região que mais contribuiu negativamente para a diferença foi África, na qual apenas 40% das organizações

comunicam o tema no seu relatório. Na maioria dos casos estudados existe uma secção/ficheiro, à parte, onde é desenvolvido todo o tema, apresentando, nos casos mais desenvolvidos, situações reais da aplicação do código de conduta e ética e exemplos de sanções derivadas da desobediência do mesmo.

O recurso a referenciais varia muito de região para região. Em termos de divulgação, o tema “Referencial de relatório” apenas é utilizado em 48% das maiores organizações por região, contrapondo os 80% das maiores organizações do mundo. A diferença advém de regiões como África, onde nenhuma das organizações analisadas faz referência ao tema, ou de situações como o Médio Oriente e Oceânica em que apenas 40% das organizações faz referência. O referencial mais utilizado é o GRI, com especial foco nas regiões da Europa Ocidental e Oriental. Frynas (2009) descreve o recurso ao GRI como uma das ferramentas utilizadas pelas organizações em RSE. Outras regiões como a América do Norte utilizam referenciais como o do IPIECA.

O tema “Apoio de Movimentos Políticos” detêm uma taxa de divulgação entre as organizações baixa, com apenas 40% para as organizações mundiais e 35% para as maiores por região. A região na qual a organização desenvolve mais este tema é a América do Norte. Vilar e Simão (2015) referem que é mais comum nos EUA as organizações realizarem apoios políticos. As restantes que lhe fazem referência, por norma, apenas afirmam que não é permitido na organização doar ou apoiar partidos políticos, seja em dinheiro seja em espécie, ligando muitas vezes ao tema “Corrupção/Transparência”.

O tema “Corrupção/Transparência” relaciona-se com o envolvimento da organização contra a corrupção, em algumas organizações, como por exemplo a Pemex, existem testemunhos de casos de corrupção e como a organização lidou com eles. Existe por norma um “código anticorrupção” da organização que visa alinhar a conduta dos colaboradores. Em geral é um tema sensível para todos os tipos de organização, e as de PeG não são diferentes. Henry *et al.* (2016) descreve o recurso das organizações de PeG de terem um código de conduta e refere no exemplo da Rússia a alta corrupção presente nos negócios de PeG. O tema detêm uma taxa de comunicação de 85% nas maiores organizações do mundo e apenas de 73% nas maiores organizações por região, sendo as regiões do Médio Oriente e África as que menos comunicam.

O tema “Certificações” apesar de referenciado em muitas das organizações não é muito desenvolvido. Contrariando o apresentado por autores como Henry *et al.* (2016), que identificam a utilização de ISO 14000 junto das PeG. Apresenta uma taxa de comunicação de 60% nas maiores organizações do mundo e de 53% nas maiores por região, sendo as regiões responsáveis pela elevada comunicação a Ásia, a Europa Oriental, e a América do Sul. Em geral apenas apresentam a existência da certificação sem enunciar, por exemplo, os benefícios que esta possa trazer para a operação.

No tema “Direitos Humanos” foi analisado se as organizações promovem a luta contra o trabalho infantil, trabalho forçado, violência de qualquer tipo e a defesa da liberdade de associação e da liberdade de expressão. Sendo este tema bastante abrangente existiu uma taxa de divulgação de 88% nas maiores organizações do mundo e de 70% nas maiores organizações por região, sendo as regiões que menos contribuem a Ásia, o Médio Oriente e África. O observado neste ponto vai contra o descrito por Raufflet *et al.* (2014), o qual refere que as empresas pouco divulgam sobre as suas políticas de direitos humanos. Contudo, se analisarmos temas mais pequenos que podem ser incorporados nos direitos humanos, como “Condições e Bem-Estar dos Trabalhadores”; “Direitos do Trabalhador”, “Igualdade de Géneros” vemos que a taxa de divulgação é baixa. Por exemplo, o tema “Igualdade de Géneros” apenas detém 40% nas maiores organizações do mundo e 48% nas maiores organizações por região, sendo que a região que mais comunica é a Oceânia.

O tema “Luta Contra a Pobreza” é dos que possui menor taxa de divulgação, com apenas 13% entre as maiores organizações do mundo e 10% nas maiores organizações por região, sendo a Ásia a região que mais comunica este tema. Apesar do tema estar presente nos diversos Cimeira da ONU (ONU Brasil, 2020.; Organização das Nações Unidas, 2018), o desenvolvimento deste nas organizações ainda está muito imaturo. O pouco divulgado foca-se nas áreas de suporte alimentar a famílias desfavorecidas.

Os temas menos divulgados em geral (quer ao nível das maiores do mundo quer por regiões) foram a “Religião” e os “Direitos dos Animais”. Apesar de existir evidências de que as religiões influenciam a RSE das organizações (Brammer *et al.*, 2007), sendo observável referências à religião em países teístas como a Nigéria (Amaeshi *et al.*, 2006) ou Hong Kong e Cingapura (Ramasamy *et al.*, 2010), o tema “Religião” não se encontra presente nos

relatórios de RSE das organizações de PeG analisadas. Seria expectável, por exemplo, nas zonas com influência muçulmana existir referências à religião, uma vez que as organizações apoiam e respondem às necessidades de pobreza, realizam atos de caridade, pois são alguns dos princípios básicos do Islão (Brammer *et al.*, 2007).

De igual forma não existem referências aos “Direitos dos Animais” nas organizações de PeG analisadas. Apesar de existirem referências aos mesmos, em outros setores de atividade (ver por exemplo: Colaço & Simão, 2018). Faria sentido a presença deste tema nos discursos de responsabilidade social das organizações, pois o setor de PeG é um setor ambientalmente sensível e facilmente pode pôr em causa os animais durante as suas atividades. Como descrito por DesJardins, J. (1998), é necessário definir limites morais e de exploração de forma a atingir um desenvolvimento sustentável sem interferir com os animais ou os seus direitos. Apesar de existir apoio à biodiversidade em grande escala nas organizações de PeG, não existem por normas regras que defendam os direitos dos animais.

5.1. Análise das regiões

Nas regiões “Europa Ocidental” e “América do Norte” predominam as organizações privadas. Em ambos os casos os temas mais desenvolvidos são “Segurança e Saúde Ocupacional”, temas ligados ao ambiente, "*Governance*" e “Gestão dos *stakeholders*”, que são as bases para compreender e justificar a existência da organização num determinado sítio, como descrito por autores como Liebenthal *et al.* (2005) e Raufflet *et al.* (2014).

A região Europa Oriental segue a tendência russa, uma vez que quatro das organizações estudadas são desta nacionalidade. Como descrito por Henry *et al.* (2016), as organizações desta região são na maioria do, ou com ligação ao estado, existindo um foco na comunicação da compensação das comunidades locais, que se traduz num investimento das mesmas na apresentação do tema “Desenvolvimento da Comunidade Local” e no desenvolvimento de temas ligados ao ambiente.

Das organizações analisadas da região da Oceânia a sua maioria são australianas, existindo um número semelhante de organizações públicas e privadas. É uma região onde a comunicação detém 75% dos temas com um nível de desenvolvimento pelo menos aceitável,

tendo 15 temas desenvolvidos em todas as organizações analisadas. O espectro de temas com mais presença nos relatórios é vasto, desde temas ligados ao ambiente, à segurança e à sustentabilidade até questões ligadas à ética e código de conduta. É a região onde o tema “Igualdade de Género” se encontra mais vezes num nível de informação muito detalhado (Aslam *et al.*, 2018; Azmat & Rentschler, 2017).

A região do Médio Oriente é, na sua maioria, composta por organizações pertencentes aos seus respetivos estados. No Médio Oriente não há adesão à publicação de informação ligada a temas de RSE, apenas 42% foram abordados com nível minimamente satisfatório. Os temas ligados aos Direitos Humanos são pobremente desenvolvidos, o que vai de encontro com o descrito por Kirat (2015) sobre o Catar, a região detém pouca experiência na comunicação de temática de RSE.

A região América do Sul é composta na sua maioria por organizações estatais onde apenas uma das organizações analisadas não tinha uma estrutura organizada de comunicação de RSE. Os temas mais desenvolvidos nesta região estão ligados ao Ambiente e à Segurança. García-Chiang (2018) verifica a existência destas apostas na comunicação de RSE especificamente para o México, mas a mesma é observada na maioria da América do Sul.

A região Ásia é composta na sua maioria por organizações do setor público. A aposta na divulgação de RSE ainda não está maturada, com apenas 64% de temas abordados de forma minimamente satisfatória, sendo os temas mais desenvolvidos a “Segurança e Saúde Ocupacional” e os temas ligados ao Ambiente, o que vai de encontro com o descrito por Bhatt e Sharma (2019) para a situação da Índia. Contudo o tema “Ética e Código de Conduta” no qual, segundo o autor, se esperava um maior investimento, sofreu um enviesamento devido às organizações chinesas que pouco desenvolvem o tema.

Na região África as organizações de PeG são estatais e a RSE é pouco desenvolvida. Na análise realizada apresenta apenas 18% dos temas com um nível de desenvolvimento aceitável onde o tema mais abordado é "Segurança e Saúde Ocupacional", seguindo-se temas ambientais e de desenvolvimento local que estão num nível de desenvolvimento muito superficial. Temas ligados aos direitos humanos são escassamente desenvolvidos. Esta realidade vai de encontro com o enunciado por Ekhatior (2014), para o caso particular da Nigéria.

Súmula

Da análise realizada entre as quarenta maiores organizações de PeG do mundo e as quarenta maiores por região verificaram-se divergências. As quarenta maiores do mundo apresentam um maior volume de comunicação de RSE. Os temas mais abordados estão relacionados com a segurança e saúde ocupacional, questões ambientais, biodiversidade, *governance* e a gestão dos *stakeholders*. Os temas presentes na análise foram confrontados com o existente na literatura e destacadas as regiões onde são mais referenciados. Foi verificado que de região para região existe variabilidade nos temas mais divulgados, de igual forma foi analisado que existem temas que não são divulgados em todas regiões, como por exemplo direitos dos animais. No ponto 5.1 foram analisadas as regiões em particular, sendo descrito que tipo de organização predominava, se privadas ou públicas. Foi também analisado os temas que são divulgados e alguns destaques que cada região realçava. Este capítulo apresenta as análises necessárias para realizar as conclusões obtidas na presente dissertação.

Conclusões

Atualmente, o universo das organizações de Petróleo e Gás é um dos que mais influencia o preço dos bens, devido ao seu impacto direto e indireto nos custos na logística e concepção dos bens e serviços (Sarwar *et al.*, 2020; Ahmed *et al.*, 2019), assim como um dos setores com maior impacto ambiental, sendo comum as empresas deste setor recorrerem a políticas de RSE (Liebenthal *et al.*, 2005; Raufflet *et al.*, 2014).

Devido à importância e à dualidade do setor de PeG, a presente dissertação intitulada “A divulgação da responsabilidade social no setor do Petróleo e Gás” teve como objetivo estudar, e aprofundar, as informações de responsabilidade social empresarial divulgadas pelas maiores organizações de PeG do mundo e por região, através dos seus *websites* corporativos.

Na maioria das organizações estudadas/analizadas existe o recurso à comunicação de RSE através dos *websites* (Goodman *et al.*, 2006). Em termos de documentação específica de RSE das organizações estudadas a nível mundial 90%, ou seja, a maioria apresenta informação no seu *website*. Nas organizações por região, 72.5% também utilizam este recurso na comunicação, sendo que as regiões que menos apresentam informações de RSE são África e o Médio Oriente.

Relativamente ao objetivo de “identificar as temáticas de RSE mais presentes na literatura”, ficou patente no ponto três da metodologia, onde foram identificados os temas que seriam posteriormente analisados.

O objetivo de “identificar padrões regionais de divulgação dos temas de RSE” foi alcançado, uma vez que a região que mais apresentou informações de RSE foi a América do Norte, seguida da Europa Oriental e Oceânia. Os temas mais referenciados estão ligados às questões ambientais (“Gestão Ambiental”, “Alterações Climáticas”, “Gestão de Recursos e Energia”), “Segurança e Saúde Ocupacional”, “Desenvolvimento da Comunidade Local”, “Governance e “Ética e Código de Conduta” e “Gestão de *Stakeholders*” (Koolwal &

Khadelwal, 2020; Clarke & Gibson-Sweet, 1999; Jenkins & Yakovleva, 2006; Bayoud *et al.*, 2012).

O segundo objetivo específico, “identificar as temáticas de RSE presentes nas divulgações das empresas de PeG” foi alcançado, tendo em conta que os temas mais referenciados são os expectáveis, pois se trata de organizações ambientalmente sensíveis (Jaworska, 2018) o ambiente e a segurança são preocupações constantes, sendo que as instalações do setor PeG obedecem por norma à diretiva SEVESO. Os temas menos abordados foram os Direitos dos Animais e a Religião, que apesar de ser esperada a sua divulgação em regiões como o Médio Oriente, esta não foi verificada nas comunicações analisadas da região.

Resultante de toda a análise das divulgações, padrões justificativos, níveis dos temas analisados presentes, consideradas nos capítulos 4 (resultados) e 5 (análises de resultados) foi possível, “identificar os padrões relativos às divulgações de RSE do setor PeG”, nomeadamente no que se refere ao tema “Gestão de *Stakeholders*”, uma vez que ficou claro que as organizações pretendem conhecer as entidades que as rodeiam para desenvolverem o “contrato social” e satisfazer, assim, as necessidades de iniciarem e manterem as suas atividades. A necessidade do contrato social é crítica para organizações de PeG (Liebenthal *et al.*, 2005; Raufflet *et al.*, 2014). Esta necessidade das organizações, em estabelecerem o “contrato social”, quer pela teoria dos *stakeholders* quer pela teoria da legitimidade, através da informação plasmada nos relatórios, nas análises sobre as relações das organizações com os seus *stakeholders* (legitimidade pragmática), em formato de mapa esquemático com as interações de cada elemento do público-alvo. Assim, como se confirma na “teoria dos *stakeholders*”, é atribuída à organização a capacidade e o interesse de influenciar os diferentes elementos do público, enquanto na “teoria da legitimidade” existe a necessidade de justificar a existência da organização no meio (Gray *et al.*, 1995; Deegan, 2002),

Foi possível na justificação ambiental, valores de redução de emissões ou valores de gestão de recursos e de produção (legitimidade moral), numa linguagem acessível auxiliada com imagens e gráficos de fácil compreensão (legitimidade cognitiva) (Suchman, 1995). Também podemos observar que principalmente nos temas mais divulgados, o nível de informação é também superior, ou seja, os temas eram desenvolvidos a um nível de informação detalhado ou muito detalhado.

A limitação mais evidente deste trabalho foi que nem todas as organizações detêm informações de RSE organizada, o que dificulta a sua análise. Também existe falta de coerência nas informações financeiras por parte de algumas organizações, o que torna inexata a correta hierarquização para o estudo.

Derivada a natureza das organizações de PeG que trabalharam a nível internacional e/ou em sistema *offshores* em múltiplas regiões, existe a possibilidade de existirem empresas que não foram consideradas neste estudo devido à falta de identificação das mesmas.

O presente trabalho poderá ser utilizado em outros estudos comparativos, no setor, e de âmbito relevante, tal como: a consecução de políticas públicas do setor, a estrutura de representação de interesses entre lideranças da indústria de combustíveis e as elites governantes, a urgência ou não de exploração de novas reservas para o avanço da produção, a natureza dos objetivos estratégicos em torno do setor, o domínio tecnológico adequado pelas empresas nacionais, entre tantos outros.

Ou ainda, em estudos de índole cultural, como compreender a evolução do discurso das organizações, por tema e por região no setor PeG. Outra possibilidade prende-se com o desenvolvimento dos ODS, que as organizações de PeG divulgam na temática sustentabilidade.

Bibliografia

Ackermann, F., & Eden, C. (2011). Strategic Management of Stakeholders: Theory and Practice. *Long Range Planning*, 44(3), 179–196. <https://doi.org/10.1016/j.lrp.2010.08.001>

Africa Ranker. (s.d). Top 10 Oil Producing Countries in Africa. Africa Ranking. <http://www.africaranking.com/top-10-oil-producing-countries-africa>

Ahmed, K., Bhutto, N. A., & Kalhor, M. R. (2019). Decomposing the links between oil price shocks and macroeconomic indicators: Evidence from SAARC region. *Resources Policy*, 61, 423–432. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2018.03.001>

Alakent, E., & Ozer, M. (2014). Can companies buy legitimacy? Using corporate political strategies to offset negative corporate social responsibility records. *Journal of Strategy and Management*, 7(4), 318–336. <https://doi.org/10.1108/JSMA-04-2013-0028>

Alshbili, I., & Elamer, A. A. (2020). The influence of institutional context on corporate social responsibility disclosure: a case of a developing country. *Journal of Sustainable Finance and Investment*, 10(3), 269–293. <https://doi.org/10.1080/20430795.2019.1677440>

Amaeshi, K., Adi, A. B. C., Amao, O. O., & Ogbechie, C. (2006). Corporate Social Responsibility in Nigeria: Western Mimicry or Indigenous Influences?. *Journal of Corporate Citizenship*, 24(Winter), 83-99

Archel, P., Husillos, J., Larrinaga, C., & Spence, C. (2009). Social disclosure, legitimacy theory and the role of the state. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 22(8), 1284–1307. <https://doi.org/10.1108/09513570910999319>

Aslam, S., Abdul, M., Makki, M., Mahmood, S., & Amin, S. (2018). Gender Diversity and Managerial Ownership Response to Corporate Social Responsibility Initiatives: Empirical Evidence from Australia. *Journal of Managerial Sciences*, 12(2), 131-151

Azmat, F., & Rentschler, R. (2017). Gender and Ethnic Diversity on Boards and Corporate Responsibility: The Case of the Arts Sector. *Journal of Business Ethics*, 141(2), 317–336. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2707-0>

Banerjee, S. (2020). Institutionalization of corporate social responsibility (CSR) in India and its effects on CSR reporting: A case study of the petroleum and gas industry. *Mandated Corporate Social Responsibility*, 141-157. http://dx.doi.org/10.1007/978-3-030-24444-6_8

BCSD. (s.d.). Benefícios dos ODS para as empresas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. <https://www.ods.pt/empresas/>

Baughn, C. C., Bodie, N. L., & McIntosh, J. C. (2007). Corporate social and environmental responsibility in Asian countries and other geographical regions. *Corporate social responsibility and environmental management*, 14(4), 189-205. <https://doi.org/10.1002/csr.160>

Bayoud, N. S., Kavanagh, M., & Slaughter, G. (2012). Factors Influencing Levels of Corporate Social Responsibility Disclosure by Libyan Firms: A Mixed Study. *International Journal of Economics and Finance*, 4(4). <https://doi.org/10.5539/ijef.v4n4p13>

Bhatt, S., & Sharma, D. (2019). Dynamics of CSR in India: special reference to oil and gas industry. *International Journal of Engineering and Advanced Technology*, 8(5), 339-343

Boesch, D. F., & Rabalais, N. N. (Ed.). (1987). *Long-term environmental effects of offshore oil and gas development*, CRC Press

Borthwick, I., United Nations Environment Programme - Industry and Environment Programme Activity Centre, & Oil Industry International Exploration and Production Forum (1997). *Environmental management in oil and gas exploration and production : An overview of issues and management approaches*. Oil Industry International Exploration and Production Forum and United Nations Environment Programme Industry and Environment Centre

Braam, G. J., de Weerd, L. U., Hauck, M., & Huijbregts, M. A. (2016). Determinants of corporate environmental reporting: The importance of environmental performance and assurance. *Journal of cleaner production*, 129, 724-734. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.03.039>

Brammer, S., Williams, G., & Zinkin, J. (2007). Religion and attitudes to corporate social responsibility in a large cross-country sample. *Journal of Business Ethics*, 71(3), 229–243. <https://doi.org/10.1007/s10551-006-9136-z>

Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2006). Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks: A legitimacy theory perspective. *Corporate communications: An international journal*, 11(3), 232-248. <https://doi.org/10.1108/13563280610680821>

Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2008). Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. *Journal of Business Ethics*, 83(4), 685–701. <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9658-z>

Brenner, S. N. (1993, julho). The stakeholder theory of the firm and organizational decision making: Some propositions and a model. *Proceedings of the International Association for Business and Society*, 4, 405-416. <https://doi.org/10.5840/iabsproc1993431>

Brown, N., & Deegan, C. (1998). The public disclosure of environmental performance information - A dual test of media agenda setting theory and legitimacy theory. *Accounting and Business Research*, 29(1), 21–41. <https://doi.org/10.1080/00014788.1998.9729564>

Busco, C., Granà, F., & Izzo, M. F. (2018). *Sustainable development goals and integrated reporting*. Taylor & Francis Group, Routledge

Campbell, D. (2003). Intra-and intersectoral effects in environmental disclosures: evidence for legitimacy theory?. *Business Strategy and the Environment*, 12(6), 357-371.

Capriotti, P. (2017). The World Wide Web and the Social Media as Tools of CSR Communication. In: Diehl, S., Karmasin, M., Mueller, B., Terlutter, R., Weder, F. (eds)

Handbook of Integrated CSR Communication. CSR, Sustainability, Ethics & Governance. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-44700-1_11

Carroll, A. B. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business horizons*, 34(4), 39-48. [http://dx.doi.org/10.1016/0007-6813\(91\)90005-G](http://dx.doi.org/10.1016/0007-6813(91)90005-G)

Carroll, A. B. (2004). Managing ethically with global stakeholders: A present and future challenge. *Academy of Management Perspectives*, 18(2), 114-120. <https://doi.org/10.5465/ame.2004.13836269>

Carroll, A. B. (2021). Corporate social responsibility (CSR) and the COVID-19 pandemic: organizational and managerial implications. *Journal of Strategy and Management*, 14(3), 315–330. <https://doi.org/10.1108/JSMA-07-2021-0145>

Chichilnisky, G. (1997). What is sustainable development?. *Land Economics*, 73(4), 467-491. <https://doi.org/10.2307/3147240>

Civera, C., & Freeman, R. E. (2019). Stakeholder Relationships and Responsibilities: A New Perspective. *Symphonya. Emerging Issues in Management*, 1, 40–58. <https://doi.org/10.4468/2019.1.04civera.freeman>

Claasen, C., & Roloff, J. (2012). The Link Between Responsibility and Legitimacy: The Case of De Beers in Namibia. *Journal of Business Ethics*, 107(3), 379–398. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1045-0>

Clarke, J., & Gibson-Sweet, M. (1999). The use of corporate social disclosures in the management of reputation and legitimacy: a cross sectoral analysis of UK Top 100 Companies. *Business Ethics: A European Review*, 8(1), 5-13. <https://doi.org/10.1111/1467-8608.00120>

Clifton, D., & Amran, A. (2011). The stakeholder approach: A sustainability perspective. *Journal of Business Ethics*, 98(1), 121-136.

Codato, D., Pappalardo, S. E., Diantini, A., Ferrarese, F., Gianoli, F., & de Marchi, M. (2019). Oil production, biodiversity conservation and indigenous territories: Towards geographical criteria for unburnable carbon areas in the Amazon rainforest. *Applied Geography*, 102, 28–38. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2018.12.001>

Colaço, R., & Simão, J. (2018). Disclosure of corporate social responsibility in the forestry sector of the Congo Basin. *Forest Policy and Economics*, 92, 136–147. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2018.04.012>

Comissão Europeia. (2011). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014*. [https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com\(2011\)0681/com_com\(2011\)0681_pt.pdf](https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com(2011)0681/com_com(2011)0681_pt.pdf)

Crane, A., McWilliams, A., Matten D., Moon, J., & Siegel, D. S. (2009). Part.I-Introduction. *The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility*. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199211593.003.0001>

Crane, A., & Matten D. (2007) Editor's introduction. Corporate social responsibility as a field of scholarship. In: Crane A, Matten D (eds) Corporate social responsibility. *Volume 1: theories and concepts of corporate social responsibility*. (pp. xvi–xx). Sage Publications

Croasmun, J. T., & Ostrom, L. (2011). Using likert-type scales in the social sciences. *Journal of adult education*, 40(1), 19-22

Cutcliffe, J. R., & McKenna, H. P. (1999). Establishing the credibility of qualitative research findings: the plot thickens. *Journal of advanced nursing*, 30(2), 374-380. <https://doi.org/10.1046/j.1365-2648.1999.01090.x>

Dahlsrud, A. (2008). How corporate social responsibility is defined: An analysis of 37 definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15(1), 1–13. <https://doi.org/10.1002/csr.132>

Davis, K. (1973). The case for and against business assumption of social responsibilities. *Academy of Management journal*, 16(2), 312-322. <https://doi.org/10.5465/255331>.

Davies, P. (1999). The Changing World Petroleum Industry—Bigger Fish in a Larger Pond. *The CEPMLP Internet Journal*, 6(14), 10-14

De Hoo, S., & Olaerts, M. (2011). Sustainable development and the need for sustainable oriented corporate law and regulation. *University of Oslo Faculty of Law Research Paper*, 2011(29), 1-18. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1926065>

Decker, R. A., McCollum, M., & Upton Jr, G. B. (2017). Firm dynamics and local economic shocks: Evidence from the Shale Oil and Gas Boom. *Center for Micro-Economic Policy Research - George Mason University*, 1-40

Deegan, C. (2002). Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 15(3), 282–311. <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>

Deegan, C., & Rankin, M. (1996). Do Australian companies report environmental News objectively? An analysis of environmental disclosures by firms prosecuted successfully by the Environmental Protection Authority. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 9(2), 52-69. <https://doi.org/10.1108/09513579610116358>

Deegan, C., Rankin, M., & Tobin, J. (2002). An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: A test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 312–343. <https://doi.org/10.1108/09513570210435861>

Deegan, C. (2013). *Financial Accounting Theory*, (4th. Ed.). McGraw Hill Book Company

DesJardins, J. (1998). Corporate environmental responsibility. *Journal of business ethics*, 17(8), 825-838. <https://doi.org/10.1023/A:1005719707880>

Deluiz, N., & Novicki, V. (2004). Trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável: implicações para uma proposta de formação crítica. *Boletim Técnico do SENAC*, 30(2), 18-29. <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/516>

Dias, A., Rodrigues, L. L., Craig, R., & Neves, M. E. (2019). Corporate social responsibility disclosure in small and medium-sized entities and large companies. *Social Responsibility Journal*, 15(2), 137–154. <https://doi.org/10.1108/SRJ-05-2017-0090>

Donaldson, T., & Preston, L. E. (1995). The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence, and implications. *Academy of management Review*, 20(1), 65-91. <https://doi.org/10.5465/amr.1995.9503271992>

Dong, S., & Burritt, R. (2010). Cross-sectional benchmarking of social and environmental reporting practice in the Australian oil and gas industry. *Sustainable Development*, 18(2), 108-118. <https://doi.org/10.1002/sd.450>

Dowling, J., & Pfeffer, J. (1975). Organizational legitimacy: Social values and organizational behavior. *Pacific sociological review*, 18(1), 122-136. <https://doi.org/10.2307/1388226>

Eder, L. V., Filimonova, I. V., Provornaya, I. V., Komarova, A. V., & Nikitenko, S. M. (2017, novembro, 27-29). *New directions for sustainable development of the oil and gas industry of Russia: Innovative strategies, regional smart specializations, public-private partnership*[Paper Apresentação]. 17th International Multidisciplinary Scientific Geoconference: Surveying, Geology and Mining, Ecology and Management, Vienna, Austria. <https://doi.org/10.5593/sgem2017H/15/S06.046>

Ekhaton, E. O. (2014). Corporate Social Responsibility and Chinese Oil Multinationals in the Oil and Gas Industry of Nigeria: An appraisal. *Cadernos de Estudos Africanos*, 28, 119–140. <https://doi.org/10.4000/cea.1704>

Emerson, R. M. (1962). Power-Dependence Relations. *American Sociological Association* 27(1), 31-41. <https://doi.org/10.2307/2089716>

Emoyan, O. O. (2008). The oil and gas industry and the Niger Delta: Implications for the environment. *Journal of Applied Sciences and Environmental Management*, 12(3), 29-37. <https://doi.org/10.4314/jasem.v12i3.55488>

Esrock, S. L., & Leichty, G. B. (1998). Social responsibility and corporate web pages: self-presentation or agenda-setting?. *Public relations review*, 24(3), 305-319.

Etiopie, G. (2009). A global dataset of onshore gas and oil seeps: A new tool for hydrocarbon exploration. *Oil and Gas business*, 2-3. <http://hdl.handle.net/2122/6040>

Evan, W. M., & Freeman, R. E. (1993). A Stakeholder Theory of The Modern Corporation: Kantian Capitalism. *An Introduction of Business Ethics*. Chapman and Hall

Fernandes, D. F. (2019). *Informação Financeira e Não Financeira*. (Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, Portugal)

Fonseca, A., McAllister, M. L., & Fitzpatrick, P. (2013). Measuring what? A comparative anatomy of five mining sustainability frameworks. *Minerals Engineering*, 46, 180-186.

Forbes. (2021). *The Global 2000*. Forbes. Recuperado em agosto de 2022, a partir de <https://www.Forbes.com/global2000/list/#industry:Oil%20%26%20Gas%20Operations>

Forte, A. (2013). Corporate social responsibility in the United States and Europe: How important is it? The future of corporate social responsibility. *International Business & Economics Research Journal*, 12(7), 815-824. <https://doi.org/10.19030/iber.v12i7.7970>

Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Pitman.

Freeman, R., & McVea, J. (2001). A Stakeholder Approach to Strategic Management. *Handbook of Strategic Management*. Blackwell, 189-207. <https://doi.org/10.2139/ssrn.263511>

Freeman, R. E., & Velamuri, S. R. (2006). A new approach to CSR: Company stakeholders' responsibility. *Corporate Social Responsibility. Palgrave Macmillan*, 9-23. <https://doi.org/10.2139/ssrn.263511>

Friedman, M. (1970, setembro, 13). A Friedman doctrine: The social responsibility of business is to increase its profits. *The New York Times Magazine*.

Friedman, A. L., & Miles, S. (2002). Developing stakeholder theory. *Journal of management studies*, 39(1), 1-21. <https://doi.org/10.1111/1467-6486.00280>

Frooman, J. (1999). Stakeholder influence strategies. *Academy of management review*, 24(2), 191-205. <https://doi.org/10.5465/amr.1999.1893928>

Frynas, J. G. (2009). Corporate social responsibility in the oil and gas sector. *Journal of World Energy Law & Business*, 2(3), 178-195. <https://doi.org/10.1093/jwelb/jwp012>

Frynas, J. G. (2005). The false developmental promise of corporate social responsibility: Evidence from multinational oil companies. *International affairs*, 81(3), 581-598.

García-Chiang, A. (2018). Corporate social responsibility in the Mexican oil industry: Social impact assessment as a tool for local development. *International Journal of Corporate Social Responsibility*, 3(1). <https://doi.org/10.1186/s40991-018-0038-z>

Gibson, J. L. (2008). Challenges to the impartiality of state supreme courts: Legitimacy theory and “new-style” judicial campaigns. *American Political Science Review*, 102(1), 59-75.

Gjøølberg, M. (2009). Measuring the immeasurable?: Constructing an index of CSR practices and CSR performance in 20 countries. *Scandinavian Journal of Management*, 25(1), 10-22. <https://doi.org/10.1016/j.scaman.2008.10.003>

Golob, U., & Bartlett, J. L. (2007). Communicating about corporate social responsibility: A comparative study of CSR reporting in Australia and Slovenia. *Public Relations Review*, 33(1), 1–9. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2006.11.001>

Gonçalves, M. J. D. S. S. (2018). *Evolução do relato não financeiro—o caso da Nestlé*. (Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, Portugal)

Gond, J. P., Kang, N., & Moon, J. (2011). The government of self-regulation: On the comparative dynamics of corporate social responsibility. *Economy and Society*, 40(4), 640–671. <https://doi.org/10.1080/03085147.2011.607364>

Goodrich G. (2021). *Top 10: Africa's Leading Oil Producers in 2021*. Energy Capital & Power. <https://energycapitalpower.com/top-10-africas-leading-oil-producers-in-2021/>

Goodman, M. B., Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2006). Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks. *Corporate Communications: An International Journal*, 11(3), 232-248. <https://doi.org/10.1108/13563280610680821>

Gray, R., Kouhy, R., & Lavers, S. (1995). Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 8(2), 47-77. <https://doi.org/10.1108/09513579510146996>

Gray, R., Owen, D., & Adams, C. (1996). *Accounting and accountability: changes and challenges in corporate social and environmental reporting*. Prentice Hall

GRI. (s.d.), *How to use the GRI standards*. GRI. <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>

Govindarajan, V. L., & Amilan, S. (2013). A study on linkage between corporate social responsibility initiatives with financial performances: Analysis from oil and gas products industry in India. *Pacific Business Review International*, 6(5), 81-93.

Haytayan, L., Heller, P. R. P., Manley D., & Potter, B. (2021, fevereiro, 9). *National Oil Companies and Energy Transition in the Middle East and North Africa*. Natural, Resource Governance Institute. <https://resourcegovernance.org/analysis-tools/publications/national-oil-companies-energy-transition-middle-east-north-africa>

Helmen, C. (2010, julho, 18). *The World 's Biggest Oil Companies*. Forbes No. 233. http://www.daneshenaft.ir/Upload/Images/15_a47c0984.pdf

Henry, L. A., Nysten-Haarala, S., Tulaeva, S., & Tysiachniouk, M. (2016). Corporate Social Responsibility and the Oil Industry in the Russian Arctic: Global Norms and Neo-Paternalism. *Europe - Asia Studies*, 68(8), 1340–1368. <https://doi.org/10.1080/09668136.2016.1233523>

Huang, C. L., & Kung, F. H. (2010). Drivers of Environmental Disclosure and Stakeholder Expectation: Evidence from Taiwan. *Journal of Business Ethics*, 96(3), 435–451. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0476-3>

Hughey, C. J., & Sulkowski, A. J. (2012). More disclosure= better CSR reputation? An examination of CSR reputation leaders and laggards in the global oil & gas industry. *Journal of Academy of Business and Economics*, 12(2), 24-34.

Idemudia, U. (2010). Rethinking the role of corporate social responsibility in the Nigerian oil conflict: The limits of CSR. *Journal of International Development*, 22(7), 833-845. <https://doi.org/10.1002/jid.1644>

International Integrated Reporting Council. (2013a). *About us. IIRC*. <https://www.integratedreporting.org/the-iirc-2/>

International Integrated Reporting Council. (2013b). *The International <IR> Framework. International Integrated Reporting Council*. <https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>

International Petroleum Industry Environmental Conservation Association, International Finance Corporation, Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2019). *Mapeando a indústria de petróleo e gás para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: um Atlas (Resumo executivo)*. International Petroleum Industry Environmental Conservation Association. <https://www.ipieca.org/resources/awareness-briefing/mapeando-a-ind%C3%BAstria-de-petr%C3%B3leo-e-g%C3%A1s-para-alcan%C3%A7ar-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-um-atlas-resumo-executivo/>

Jamieson, S. (2004). Likert scales: How to (ab)use them. *Medical Education* 38(12), 1217–1218. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2929.2004.02012.x>

Jaworska, S. (2018). Change But no Climate Change: Discourses of Climate Change in Corporate Social Responsibility Reporting in the Oil Industry. *International Journal of Business Communication*, 55(2), 194–219. <https://doi.org/10.1177/2329488417753951>

Jenkins, H., & Yakovleva, N. (2006). Corporate social responsibility in the mining industry: Exploring trends in social and environmental disclosure. *Journal of Cleaner Production*, 14(3–4), 271–284. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2004.10.004>

Jensen, M. (2001). Value maximisation, stakeholder theory, and the corporate objective function. *European financial management*, 7(3), 297-317.

Jizi, M. (2017). The influence of board composition on sustainable development disclosure. *Business Strategy and the Environment*, 26(5), 640-655. <https://doi.org/10.1002/bse.1943>

Johnson, C., Dowd, T. J., & Ridgeway, C. L. (2006). Legitimacy as a social process. *Annu. Rev. Sociol.*, 32, 53-78. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.32.061604.123101>

Jonsen, K., & Jehn, K. A. (2009). Using triangulation to validate themes in qualitative studies. *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*, 4(2), 123–150. <https://doi.org/10.1108/17465640910978391>

Jones, T. M., & Wicks, A. C. (1999). Convergent stakeholder theory. *Academy of management review*, 24(2), 206-221. <https://doi.org/10.5465/amr.1999.1893929>

Joshi, A., Kale, S., Chandel, S., & Pal, D. (2015). Likert Scale: Explored and Explained. *British Journal of Applied Science & Technology*, 7(4), 396–403. <https://doi.org/10.9734/bjast/2015/14975>

Kaplan, S. E., & Ruland, R. G. (1991). Positive theory, rationality and accounting regulation. *Critical Perspectives on Accounting*, 2(4), 361-374. [https://doi.org/10.1016/1045-2354\(91\)90008-2](https://doi.org/10.1016/1045-2354(91)90008-2)

Karl, T. L. (2007). Oil-led development: social, political, and economic consequences. *Encyclopedia of energy*, 4(8), 661-672.

Key, S. (1999). Toward a new theory of the firm: a critique of stakeholder “theory”. *Management decision*, 37(4), 317-328. <https://doi.org/10.1108/00251749910269366>

Khelil, C. (1987). *The National Oil Companies in Latin American: Issues in Organization and Management*. The World Bank. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/839551468048532479/pdf/525750WP0natio10Box345573B01PUBLIC1.pdf>

Kinnaman, T. C. (2011). The economic impact of shale gas extraction: A review of existing studies. *Ecological Economics*, 70(7), 1243–1249. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2011.02.005>

Kirat, M. (2015). Corporate social responsibility in the oil and gas industry in Qatar perceptions and practices. *Public Relations Review*, 41(4), 438–446. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2015.07.001>

KPMG .(2008). *KPMG International survey of corporate responsibility reporting 2008*. KPMG International.

Koolwal, N., & Khadelwal, S. (2020). Implementation of Corporate Social Responsibility (CSR) in the oil & gas industry: Issues and approaches. *Ethics Journal.UGC-CARE*, 19(4), 134-149.

Lama, D., & Muyzenberg, L. (2008). *The Leader’s Way* (O caminho para a liderança, Trad. S. Oliveira). Dom Quixote

Lanis, R., & Richardson, G. (2013). Corporate social responsibility and tax aggressiveness: A test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 26(1), 75–100. <https://doi.org/10.1108/09513571311285621>

Levett, Michael., Chandler, A. E., Patterson, Thomas., & Savoy, C. M. (2012). *Maximizing development of local content across industry sectors in emerging markets : how*

private-sector self-interest can help U.S. development policy. Center for Strategic and International Studies

Liebenthal, A., Michelitsch, R., & Tarazona, E. (2005). *Extractive Industries and Sustainable Development: An Evaluation of the World Bank Group's Experience.* The World Bank.

Lindblom, C. K. (1994). *The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure.* [Paper] Critical Perspectives on Accounting Conference

List of oil exploration and production companies. (s.d.). Wikipédia. Recuperado em 18 de agosto de 2021, a partir de https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_oil_exploration_and_production_companies

List of largest oil and gas companies by revenue. (s.d.). Wikipédia. Recuperado em 18 de agosto de 2021, a partir de https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_largest_oil_and_gas_companies_by_revenue

Lopes, S., & Eugénio, T. (2020). Relato não financeiro no setor das águas minerais naturais: relação ODS e métricas. *Jornal de Contabilidade APOTEC*, 472/3, 4-21. <http://hdl.handle.net/10400.8/5878>

Mahmud, A., Ding, D., & Hasan, M. M. (2021). Corporate Social Responsibility: Business Responses to Coronavirus (COVID-19) Pandemic. *SAGE Open*, 11(1). <https://doi.org/10.1177/2158244020988710>

Mathews, M. R. (1993). *Socially Responsible Accounting.* Chapman and Hall

McGill, A., & Scott L. (2018). *From promise to reality: Does business really care about the SDGs? And what needs to happen to turn words into action.* PricewaterhouseCoopers.

Middle East Business Magazine & News (s.d). *Top Oil Companies in the Middle East (3rd Is.)*. <https://middleeast-business.com/top-oil-companies-in-the-middle-east/>

Milne, M. J., & Gray, R. (2013). W (h)ither ecology? The triple bottom line, the global reporting initiative, and corporate sustainability reporting. *Journal of business ethics*, 118(1), 13-29. <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1543-8>

Monteiro, S. M., & Aibar-Guzmán, B. (2010). Determinants of environmental disclosure in the annual reports of large companies operating in Portugal. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17(4), 185-204. <https://doi.org/10.1002/csr.197>

Monteiro, M. A. (2018). *A Responsabilidade Social das Empresas (RSE)*. Instituto Português de Corporate Governance. <https://cgov.pt/base-de-dados/artigos-e-estudos/326-a-responsabilidade-social-das-empresas-rse#http://www.cmvm.pt/publicacoes/cadernos/caderno21.asp>

Munasib, A., & Rickman, D. S. (2014). Regional economic impacts of the shale gas and tight oil boom: A synthetic control analysis. *Regional Science and Urban Economics*, 50, 1–17. <https://doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2014.10.006>

Muthuri, J. N., Matten, D., & Moon, J. (2009). Employee volunteering and social capital: Contributions to corporate social responsibility. *British Journal of Management*, 20(1), 75-89. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8551.2007.00551.x>

Naumann, M., & Philippi, A. (2014). ExxonMobil in Europe's Shale Gas Fields: Quitting Early or Fighting It Out?. *Journal of European Management & Public Affairs Studies*, 1(2), 31-38. http://dx.doi.org/10.15771/2199-1618_2014_1_2_5

Neville, B. A., Bell, S. J., & Whitwell, G. J. (2011). Stakeholder Salience Revisited: Refining, Redefining, and Refueling an Underdeveloped Conceptual Tool. *Journal of Business Ethics* 102(3), 357–378. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-0818-9>

O'Connor, A., & Shumate, M. (2010). An economic industry and institutional level of analysis of corporate social responsibility communication. *Management Communication Quarterly*, 24(4), 529–551. <https://doi.org/10.1177/0893318909358747>

O'Donovan, G. (2002). Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 344–371. <https://doi.org/10.1108/09513570210435870>

Offerdal, K. (2006). *Oil, gas and the environment. International Cooperation and Arctic Governance*, 156-181.

ONU Brasil. (2020, Setembro, 12). *A ONU e o ambiente. Nações Unidas Brasil*. <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>

ONU. (s.d). *Objetivos Desenvolvimento Sustentável*. Nações Unidas: Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. Recuperado em 16 de maio de 2021, a partir de <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

OPEC (2019). *OPEC Annual Statistical Bulletin*. (54º Ed.). Organization of Petroleum Exporting Countries. https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/ASB_2019.pdf

OPEP (s.d.). *Member Countries. Organization of the Petroleum Exporting Countries*. https://www.opec.org/opec_web/en/about_us/25.htm

Organização das Nações Unidas. (2018). *Guia sobre Desenvolvimento sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo*. Centro Regional de Informação para o Europa Ocidental. https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf

Orij, R. (2010). Corporate social disclosures in the context of national cultures and stakeholder theory. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 23(7), 868–889. <https://doi.org/10.1108/09513571011080162>

Panagiotidis, T., & Rutledge, E. (2007). Oil and gas markets in the UK: Evidence from a cointegrating approach. *Energy economics*, 29(2), 329-347. <https://doi.org/10.1016/j.eneco.2006.10.013>

Parris, T. M., & Kates, R. W. (2003). Characterizing and measuring sustainable development. *Annual Review of Environment and Resources*, 28, 559–586. <https://doi.org/10.1146/annurev.energy.28.050302.105551>

Parson, E. A., Haas, P. M., & Levy, M. A. (1992). A summary of the major documents signed at the Earth Summit and the Global Forum. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 34(8), 12-36. <https://doi.org/10.1080/00139157.1992.9931468>

Patin, S. A. (1999). Environmental impact of the offshore oil and gas industry. *EcoMonitor*, 425

Perrini, F. (2005). Building a European portrait of corporate social responsibility reporting. *European Management Journal*, 23(6), 611–627. <https://doi.org/10.1016/j.emj.2005.10.008>

Pesqueux, Y., & Damak-Ayadi, S. (2005). Stakeholder theory in perspective. Corporate Governance: *The International Journal of Business in Society*, 5(2), 5–21. <https://doi.org/10.1108/14720700510562622>

Perrini, F. (2005). Building a European portrait of corporate social responsibility reporting. *European Management Journal*, 23(6), 611-627

PWC. (2013a). *Economic Impacts of the Oil and Natural Gas Industry on the US Economy in 2011*. American Petroleum Institute. https://www.api.org/~media/Files/Policy/Jobs/Economic_Impacts_ONG_2011.pdf

PWC. (2013b). *Report on current developments in the oil and gas industry in Africa*. PricewaterhouseCoopers. <https://www.pwc.com/ng/en/pdf/pwc-africa-oil-and-gas-review.pdf>

Rahman, S. (2011). Evaluation of Definitions: Ten Dimensions of Corporate Social Responsibility Mobile phone View project Evaluation of Definitions: Ten Dimensions of Corporate Social Responsibility. *World Review of Business Research* 1(1). <https://www.researchgate.net/publication/265666273>

Ramasamy, B., Yeung, M. C. H., & Au, A. K. M. (2010). Consumer Support for Corporate Social Responsibility (CSR): The Role of Religion and Values. *Journal of Business Ethics*, 91(SUPPL. 1), 61–72. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0568-0>

Raufflet, E., Cruz, L. B., & Bres, L. (2014). An assessment of corporate social responsibility practices in the mining and oil and gas industries. *Journal of Cleaner Production*, 84(1), 256–270. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.01.077>

Reiff, N. (2020). *10 Biggest Oil Companies*. Investopedia. Recuperado em 4 de maio de 2021, a partir de <https://www.investopedia.com/articles/personal-finance/010715/worlds-top-10-oil-companies.asp>

República Portuguesa. (2017). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Ministério do Negócios Estrangeiros. https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15771Portugal2017_PT_REV_FINAL_28_06_2017.pdf

Reverte, C. (2012). The impact of better corporate social responsibility disclosure on the cost of equity capital. *Corporate Social Responsibility and environmental management*, 19(5), 253-272. <https://doi.org/10.1002/csr.273>

Ribeiro, D. I. N. (2019). *A relevância da informação não financeira: estudo de caso Brisa*. (Dissertação do Mestrado. Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, Portugal)

Richardson, A. J., & Welker, M. (2001). Social disclosure, financial disclosure and the cost of equity capital. *Accounting, organizations and society*, 26(7-8), 597-616

Roberts, R. W. (1992). Determinants of corporate social responsibility disclosure: An application of stakeholder theory. *Accounting, organizations and society*, 17(6), 595-612. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90015-K](https://doi.org/10.1016/0361-3682(92)90015-K)

Robert, K. W., Parris, T. M., & Leiserowitz, A. A. (2005). What is sustainable development? Goals, indicators, values, and practice. *Environment: science and policy for sustainable development*, 47(3), 8-21. <https://doi.org/10.1080/00139157.2005.10524444>

Rosati, F., & Faria, L. G. D. (2019). Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. *Journal of Cleaner Production*, 215, 1312–1326. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.12.107>

Rowley, T. J. (1997). Moving beyond dyadic ties: A network theory of stakeholder influences. *Academy of management Review*, 22(4), 887-910. <https://doi.org/10.5465/amr.1997.9711022107>

Rupley, K. H., Brown, D., & Marshall, S. (2017). Evolution of corporate reporting: From stand-alone corporate social responsibility reporting to integrated reporting. *Research in Accounting Regulation*, 29(2), 172–176. <https://doi.org/10.1016/j.racreg.2017.09.010>

Sachs, I. (2012). De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. *Estudos avançados*, 26, 5-20.

Sarkar, S., & Searcy, C. (2016). Zeitgeist or chameleon? A quantitative analysis of CSR definitions. *Journal of Cleaner Production*, 135, 1423–1435. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.06.157>

Sarwar, M. N., Hussain, H., & Maqbool, M. B. (2020). Pass through effects of oil price on food and non-food prices in Pakistan: A nonlinear ARDL approach. *Resources Policy*, 69. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2020.101876>

Schoeneborn, D., Morsing, M., & Crane, A. (2020). Formative perspectives on the relation between CSR communication and CSR practices: Pathways for walking, talking, and t (w)alking. *Business & Society*, 59(1), 5-33.

Sena, A., Matos, F., Mesquita R., & Machado, D. (2014). *Desenvolvimento Sustentável e a Abordagem Grassroots: delineado caminhos convergentes* [PDF]. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, XVI. Faculdade de Economia, Administração, e Atuária da Universidade de São Paulo. <https://www.engema.org.br/XVIENGEMA/152.pdf>

Scott, W. R. (2001), *Institutions and Organizations. Ideas, Interests, and Identities* (4th Ed.). SAGE

Schadewitz, H., & Niskala, M. (2010). Communication via responsibility reporting and its effect on firm value in Finland. *Corporate social responsibility and environmental management*, 17(2), 96-106. <https://doi.org/10.1002/csr.234>

Shrivastava, P. (1995). The role of corporations in achieving ecological sustainability. *Academy of management review*, 20(4), 936-960. <https://doi.org/10.5465/amr.1995.9512280026>

Simnett, R., Vanstraelen, A., & Chua, W. F. (2009). Assurance on sustainability reports: An international comparison. *The accounting review*, 84(3), 937-967. <https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.3.937>

Smith, A. (1985). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* [A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas]. Nova Cultural.

Sonpar, K., Pazzaglia, F., & Kornijenko, J. (2010). The paradox and constraints of legitimacy. *Journal of Business Ethics*, 95(1), 1-21.

Stevens, P., G. Lahn, & Kooroshy, J. (2015). *Resource Curse Revisited*. Chatham House Report, August. Chatham House The Royal Institute of international Affairs.

Stevens, P. (2018). The role of oil and gas in the economic development of the global economy. *Extractive Industries*, 71-90.

Stoney, C., & Winstanley, D. (2001). Stakeholding: confusion or utopia? Mapping the conceptual terrain. *Journal of Management studies*, 38(5), 603-626.

Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of management review*, 20(3), 571-610. <https://doi.org/10.5465/amr.1995.9508080331>

Suddaby, R., Bitektine, A., & Haack, P. (2017). Legitimacy. *Academy of Management Annals*, 11(1), 451-478.

Tang, L., & Li, H. (2009). Corporate social responsibility communication of Chinese and global corporations in China. *Public Relations Review*, 35(3), 199–212. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2009.05.016>

Tang, L., Gallagher, C. C., & Bie, B. (2015). Corporate social responsibility communication through corporate websites: A comparison of leading corporations in the United States and China. *International Journal of Business Communication*, 52(2), 205–227. <https://doi.org/10.1177/2329488414525443>

Tayra, F. (s.d). *O conceito do desenvolvimento sustentável*. Portal da Geo Brasil. <http://www.portalgeobrasil.org/geo/mat/meio/desensust.pdf>

Thomas, E. H., Brittingham, M. C., & Stoleson, S. H. (2014). Conventional oil and gas development alters forest songbird communities. *The Journal of wildlife management*, 78(2), 293–306. <https://doi.org/10.1002/jwmg.662>

Tilling, M. V. (2004). Some thoughts on legitimacy theory in social and environmental accounting. *Social and Environmental Accountability Journal*, 24(2), 3–7. <https://doi.org/10.1080/0969160X.2004.9651716>

United Nations (2010). *Millennium Development Goals Report*. United Nations Department of Economic and Social Affairs

Value. Today. (s.d). *World Top Oil and Gas Companies List by Market Cap as on Jan 1st, 2020*. Value.Today. Recuperado em 29 de agosto de 2021, a partir de https://www.value.today/world-top-companies/oil-and-gas?title=&field_headquarters_of_company_target_id=Australia+%282053%29&field_company_category_primary_target_id=&field_market_value_jan_2020_value_1=

Vaaland, T. I., & Heide, M. (2008). Managing corporate social responsibility: Lessons from the oil industry. *Corporate Communications*, 13(2), 212–225. <https://doi.org/10.1108/13563280810869622>

Van der Laan Smith, J., Adhikari, A., & Tondkar, R. H. (2005). Exploring differences in social disclosures internationally: A stakeholder perspective. *Journal of accounting and public policy*, 24(2), 123-151.

Vilar, V. H., & Simão, J. (2015). CSR disclosure on the web: Major themes in the banking sector. *International Journal of Social Economics*, 42(3), 296–318. <https://doi.org/10.1108/IJSE-10-2013-0240>

Visser, W., & Tolhurst, N. (Eds.). (2017). *The world guide to CSR: A Country-by-Country Analysis of Corporate Sustainability and Responsibility*. Taylor & Francis Group, Routledge

Vitolla, F., Raimo, N., Rubino, M., & Garzoni, A. (2019). The impact of national culture on integrated reporting quality. A stakeholder theory approach. *Business strategy and the environment*, 28(8), 1558-1571. <https://doi.org/10.1002/bse.2332>

Walker, H. A., Thomas, G. M., & Zelditch Jr, M. (1986). Legitimation, endorsement, and stability. *Social Forces*, 64(3), 620-643. <https://doi.org/10.1093/sf/64.3.620>

Wanderley, L. S. O., Lucian, R., Farache, F., & de Sousa Filho, J. M. (2008). CSR information disclosure on the web: a context-based approach analysing the influence of country of origin and industry sector. *Journal of business ethics*, 82(2), 369-378. <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9892-z>

Wang, X., Yuen, K. F., Wong, Y. D., & Li, K. X. (2020). How can the maritime industry meet Sustainable Development Goals? An analysis of sustainability reports from the social entrepreneurship perspective. *Transportation Research Part D: Transport and Environment*, 78, 102-173. <https://doi.org/10.1016/j.trd.2019.11.002>

Wolf, C. (2009). Does ownership matter? The performance and efficiency of State Oil vs. Private Oil (1987-2006). *Energy Policy*, 37(7), 2642–2652. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2009.02.041>

World Commission of Environment and Development (1987). *Our Common Future*. Oxford Press. <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

Zelditch, M. Jr. (2001). Theories of legitimacy. J Jost, B Major (Eds.). *The psychology of legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice, and intergroup relations* (pp.33-53). Cambridge University Press.

Ilustrações

Ilustração 2.1, retirada de: Freeman, R. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ilustração 2.2, retirada de: Freeman, R. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ilustração 2.3, retirada de: Civera, C., & Freeman, R. E. (2019). *Stakeholder Relationships and Responsibilities: A New Perspective*. *Symphonya. Emerging Issues in Management*, (1), 40-58.

Ilustração 2.4, retirada de: Organização das Nações Unidas. (2018). *Guia sobre Desenvolvimento sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo*, recuperado de: https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf

Ilustração 3.1, retirada de: Etiope, G. (2009). *A global dataset of onshore gas and oil seeps: A new tool for hydrocarbon exploration*. *Oil and Gas business*.

Ilustração 4.1, realizada pelo próprio com base retirada de: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/47/Mapa_mundi_divisiones_blanco.PNG

Apêndices

Apêndice 1. Organizações analisadas

Empresa	País	Região	Região/Mundo	Presença de documentos de RSE (Sim/Não)
Lukoil	Rússia	Europa Oriental	Mundo/Região	SIM
Petrobras	Brasil	América Do Sul	Mundo/Região	SIM
BP	Reino Unido	Europa Ocidental	Mundo/Região	SIM
Kuwait Petroleum Corporation	Koweit	Médio Oriente	Região	SIM
Novatek	Rússia	Europa Oriental	Mundo	SIM
Reliance Industries	Índia	Ásia	Mundo/Região	SIM
Repsol	Espanha	Europa Ocidental	Mundo	SIM
Suncor Energy	Canadá	América Do Norte	Mundo	SIM
Total	França	Europa Ocidental	Mundo/Região	SIM
Chevron Corporation	E.U.A.	América Do Norte	Mundo/Região	SIM
ConocoPhillips	E.U.A.	América Do Norte	Mundo/Região	SIM
Ecopetrol	Colômbia	América Do Sul	Mundo/Região	SIM
Eni	Itália	Europa Ocidental	Mundo	SIM
ExxonMobil	E.U.A.	América Do Norte	Mundo/Região	SIM
Indian Oil	Índia	Ásia	Mundo	SIM
Oil & Natural Gas	Índia	Ásia	Mundo	SIM
Oil Search	Papua-Nova Guiné	Oceânia	Região	SIM
OMV Group	Áustria	Europa Oriental	Mundo/Região	SIM
Origin Energy	Austrália	Oceânia	Região	SIM
Pemex	México	América Do Sul	Região	SIM
Rosneft	Rússia	Europa Oriental	Mundo/Região	SIM
Sinopec	China	Ásia	Mundo/Região	SIM
Tatneft	Rússia	Europa Oriental	Mundo	SIM
YPF	Argentina	América Do Sul	Região	SIM
BHP	Austrália	Oceânia	Região	SIM
Canadian Natural Resources	Canadá	América Do Norte	Mundo	SIM
Gazprom	Rússia	Europa Oriental	Mundo/Região	SIM
EOG Resources	E.U.A.	América Do Norte	Mundo	SIM
Marathon Petroleum	E.U.A.	América Do Norte	Mundo/Região	SIM
PetroChina	China	Ásia	Mundo/Região	SIM
Phillips 66	E.U.A.	América Do Norte	Mundo/Região	SIM
PTT	Tailândia	Ásia	Mundo/Região	SIM
SK Holdings	Coreia do Sul	Ásia	Mundo	SIM
Woodside Petroleum	Austrália	Oceânia	Região	SIM
Bharat Petroleum	Índia	Ásia	Mundo	SIM
Equinor	Noruega	Europa Ocidental	Mundo/Região	SIM
Royal Dutch Shell	Países Baixos	Europa Ocidental	Mundo/Região	SIM
Santos Limited	Austrália	Oceânia	Região	SIM
SK Innovation	Coreia do Sul	Ásia	Mundo	SIM
Neste	Finlândia	Europa Ocidental	Mundo	SIM
Qatar Petroleum	Catar	Médio Oriente	Região	SIM
Orsted	Dinamarca	Europa Ocidental	Mundo	SIM
Sonatrach	Argélia	África	Região	NÃO
Occidental Petroleum	E.U.A.	América Do Norte	Mundo	NÃO
Surgutneftegas	Rússia	Europa Oriental	Mundo/Região	NÃO
ENEOS Holdings	Japão	Ásia	Mundo	SIM
Koç Holding	Turquia	Médio Oriente	Mundo	SIM
ENGIE	França	Europa Ocidental	Mundo/Região	SIM
Saudi Arabian Oil Company (Saudi Aramco)	Arábia Saudita	Médio Oriente	Mundo/Região	NÃO
PDVSA	Venezuela	América Do Sul	Região	NÃO
Abu Dhabi National Oil Company	Emirados Árabes Unidos	Médio Oriente	Região	NÃO
Nigerian National Petroleum Corporation	Nigéria	África	Região	NÃO
CNOOC	China	Ásia	Mundo/Região	NÃO
Egyptian General Petroleum Corporation	Egito	África	Região	NÃO
Sonangol Group	Angola	África	Região	NÃO
National Iranian Oil Company	Irão	Médio Oriente	Região	NÃO
National Oil Corporation	Líbia	África	Região	NÃO

Empresa	Alterações Climáticas	Biodiversidade	Caridade / Filantropia	Certificação	Condições e bem-estar dos trabalhadores	Corrupção/Transparência
Lukoil	4	4	4	3	3	4
Petrobras	4	4	4	3	3	4
BP	4	4	3	3	4	4
Kuwait Petroleum Corporation	3	4	3	3	3	3
Novatek	5	4	4	4	3	4
Reliance Industries	4	3	3	3	5	3
Repsol	5	4	2	3	4	5
Suncor Energy	5	5	5	3	3	4
Total	5	4	3	5	4	5
Chevron Corporation	5	5	2	4	3	3
ConocoPhillips	5	4	3	2	3	3
Ecopetrol	5	5	1	4	4	4
Eni	5	5	3	3	3	4
ExxonMobil	5	3	4	1	3	4
Indian Oil	3	3	2	3	3	3
Oil & Natural Gas	4	3	3	3	3	3
Oil Search	5	4	5	3	4	4
OMV Group	5	4	3	3	2	4
Origin Energy	5	3	5	1	4	4
Pemex	5	4	4	2	4	5
Rosneft	5	4	4	3	4	5
Sinopec	4	3	4	3	3	4
Tatneft	3	3	4	2	3	5
YPF	5	5	4	4	3	4
BHP	5	5	3	3	5	4
Canadian Natural Resources	5	5	4	3	3	2
Gazprom	5	3	3	3	2	4
EOG Resources	4	4	4	2	4	2
Marathon Petroleum	4	4	3	1	2	4
PetroChina	4	4	3	3	3	3
Phillips 66	4	3	3	3	4	1
PTT	3	3	3	3	2	4
SK Holdings	3	2	3	2	3	5
Woodside Petroleum	4	3	2	1	3	4
Bharat Petroleum	4	2	1	3	4	3
Equinor	5	4	3	2	3	3
Royal Dutch Shell	5	4	2	1	3	3
Santos Limited	5	3	3	1	3	4
SK Innovation	4	2	2	3	3	3
Neste	5	3	2	2	3	3
Qatar Petroleum	4	3	2	3	2	3
Orsted	4	4	2	2	3	3
Sonatrach	2	1	3	1	1	3
Occidental Petroleum	5	4	2	1	2	3
Surgutneftegas	5	4	3	3	2	2
ENEOS Holdings	4	5	1	1	2	3
Koç Holding	3	1	2	2	2	3
ENGIE	4	4	1	2	2	3
Saudi Arabian Oil Company (Saudi Aramco)	3	5	2	1	3	2
PDVSA	3	1	3	1	1	1
Abu Dhabi National Oil Company	3	1	1	2	1	1
Nigerian National Petroleum Corporation	2	2	2	1	1	1
CNOOC	2	2	2	1	2	1
Egyptian General Petroleum Corporation	1	1	1	3	1	1
Sonangol Group	2	2	2	2	2	2
National Iranian Oil Company	1	1	1	1	1	1
National Oil Corporation	1	1	1	1	1	1

Empresa	Desenvolvimento da Comunidade Local	Direitos do Trabalhador	Direitos Humanos	Diretos dos Animais	Educação
Lukoil	3	3	4	1	3
Petrobras	3	3	5	1	4
BP	5	4	3	1	4
Kuwait Petroleum Corporation	3	3	3	1	4
Novatek	4	3	4	1	4
Reliance Industries	3	3	3	1	4
Repsol	3	5	5	1	3
Suncor Energy	3	4	4	1	2
Total	4	3	4	1	3
Chevron Corporation	3	3	4	1	4
ConocoPhillips	4	3	4	1	3
Ecopetrol	4	4	5	1	5
Eni	4	3	5	1	3
ExxonMobil	3	1	3	1	3
Indian Oil	3	3	3	1	3
Oil & Natural Gas	4	3	4	1	4
Oil Search	4	1	4	1	4
OMV Group	4	3	4	1	3
Origin Energy	3	3	5	1	5
Pemex	3	2	4	1	4
Rosneft	4	3	3	1	4
Sinopec	3	3	3	1	3
Tatneft	3	3	3	1	3
YPF	3	5	4	1	5
BHP	4	2	4	1	2
Canadian Natural Resources	4	3	4	1	4
Gazprom	4	3	4	1	4
EOG Resources	3	2	3	1	4
Marathon Petroleum	3	1	4	1	4
PetroChina	3	3	2	1	3
Phillips 66	3	2	3	1	3
PTT	4	3	4	1	3
SK Holdings	3	3	5	1	4
Woodside Petroleum	4	1	4	1	4
Bharat Petroleum	4	3	3	1	4
Equinor	3	2	4	1	2
Royal Dutch Shell	4	3	4	1	2
Santos Limited	4	1	3	1	4
SK Innovation	4	3	4	1	4
Neste	3	2	5	1	2
Qatar Petroleum	3	2	3	1	3
Orsted	4	2	3	1	3
Sonatrach	3	1	3	1	3
Occidental Petroleum	2	2	3	1	2
Surgutneftegas	3	2	2	1	3
ENEOS Holdings	2	2	4	1	2
Koç Holding	1	2	3	2	3
ENGIE	2	2	2	1	2
Saudi Arabian Oil Company (Saudi Aramco)	3	1	2	1	3
PDVSA	3	2	1	1	3
Abu Dhabi National Oil Company	3	1	1	1	1
Nigerian National Petroleum Corporation	4	1	1	1	3
CNOOC	3	1	1	1	2
Egyptian General Petroleum Corporation	2	1	1	1	2
Sonangol Group	2	1	1	1	2
National Iranian Oil Company	1	1	1	1	1
National Oil Corporation	1	1	1	1	1

Empresa	Gestão Ambiental	Gestão de Recursos e Energia	Gestão de Stakeholders	Governance	Referencial de Relatório
Lukoil	3	3	4	5	4
Petrobras	5	5	4	5	4
BP	4	5	4	4	4
Kuwait Petroleum Corporation	3	4	4	4	4
Novatek	5	5	4	4	4
Reliance Industries	4	5	4	4	3
Repsol	5	5	4	4	4
Suncor Energy	5	5	4	4	4
Total	5	5	4	4	4
Chevron Corporation	5	5	4	4	5
ConocoPhillips	5	5	4	3	4
Ecopetrol	5	5	5	5	5
Eni	5	4	4	4	5
ExxonMobil	4	5	4	4	4
Indian Oil	4	5	3	3	3
Oil & Natural Gas	5	5	4	3	4
Oil Search	4	4	3	4	3
OMV Group	4	5	4	4	4
Origin Energy	5	5	4	5	2
Pemex	5	5	4	3	3
Rosneft	5	5	4	4	4
Sinopec	5	5	4	3	2
Tatneft	5	5	3	4	4
YPF	5	5	3	5	5
BHP	5	5	5	5	4
Canadian Natural Resources	5	5	3	4	4
Gazprom	4	4	4	3	5
EOG Resources	5	5	3	3	4
Marathon Petroleum	4	5	4	4	4
PetroChina	5	4	4	3	4
Phillips 66	3	3	3	4	3
PTT	5	5	5	4	5
SK Holdings	3	3	4	4	4
Woodside Petroleum	5	4	4	4	2
Bharat Petroleum	5	5	4	4	4
Equinor	3	4	3	4	4
Royal Dutch Shell	5	5	4	5	4
Santos Limited	4	4	2	4	1
SK Innovation	4	4	4	3	5
Neste	4	5	5	4	4
Qatar Petroleum	4	4	3	3	3
Orsted	4	3	3	3	2
Sonatrach	3	3	3	3	1
Occidental Petroleum	5	5	3	3	2
Surgutneftegas	5	5	3	4	1
ENEOS Holdings	5	5	3	4	4
Koç Holding	3	5	3	4	2
ENGIE	5	5	5	4	2
Saudi Arabian Oil Company (Saudi Aramco)	4	4	2	2	1
PDVSA	3	3	1	3	1
Abu Dhabi National Oil Company	3	3	1	1	1
Nigerian National Petroleum Corporation	3	2	2	1	1
CNOOC	2	2	1	1	1
Egyptian General Petroleum Corporation	2	2	1	1	1
Sonangol Group	2	2	2	2	1
National Iranian Oil Company	1	1	1	1	1
National Oil Corporation	1	1	1	1	1

Empresa	Igualdade de Gêneros	Luta Contra a Pobreza	Apoio de Movimentos Políticos	Religião	Saúde
Lukoil	3	2	3	1	3
Petrobras	5	1	3	1	5
BP	3	1	3	1	4
Kuwait Petroleum Corporation	4	1	1	1	4
Novatek	1	2	3	1	3
Reliance Industries	3	2	1	1	4
Repsol	3	2	3	1	4
Suncor Energy	3	2	3	1	3
Total	5	2	1	1	4
Chevron Corporation	2	1	3	1	4
ConocoPhillips	1	2	4	1	3
Ecopetrol	5	2	3	1	4
Eni	2	1	1	1	3
ExxonMobil	4	1	3	1	3
Indian Oil	3	3	2	1	3
Oil & Natural Gas	2	3	1	1	4
Oil Search	4	1	2	1	4
OMV Group	3	2	2	1	3
Origin Energy	5	2	3	1	4
Pemex	4	3	2	1	4
Rosneft	2	1	2	1	4
Sinopec	3	4	1	1	3
Tatneft	2	2	3	1	4
YPF	5	1	3	1	2
BHP	5	1	1	1	4
Canadian Natural Resources	1	1	1	1	4
Gazprom	2	1	1	1	4
EOG Resources	1	1	3	1	4
Marathon Petroleum	1	2	5	1	4
PetroChina	2	4	1	1	4
Phillips 66	2	1	4	1	3
PTT	1	1	2	1	3
SK Holdings	3	1	2	1	4
Woodside Petroleum	5	1	4	1	4
Bharat Petroleum	2	1	2	1	4
Equinor	4	1	1	1	3
Royal Dutch Shell	2	2	3	1	4
Santos Limited	5	2	1	1	4
SK Innovation	2	2	2	1	2
Neste	3	1	2	1	3
Qatar Petroleum	1	1	3	1	2
Orsted	2	1	1	1	1
Sonatrach	1	1	1	1	4
Occidental Petroleum	2	1	3	1	3
Surgutneftegas	1	1	1	1	4
ENEOS Holdings	1	1	1	1	2
Koç Holding	2	1	2	1	3
ENGIE	3	1	1	1	2
Saudi Arabian Oil Company (Saudi Aramco)	1	1	2	2	4
PDVSA	2	2	1	1	3
Abu Dhabi National Oil Company	1	1	1	1	1
Nigerian National Petroleum Corporation	1	1	1	1	3
CNOOC	1	3	1	1	1
Egyptian General Petroleum Corporation	1	1	1	1	2
Sonangol Group	1	1	1	1	2
National Iranian Oil Company	1	1	1	1	1
National Oil Corporation	1	1	1	1	1

Empresa	Segurança e Saúde Ocupacional	Sustentabilidade	Voluntariado	3+	4+
Lukoil	4	4	3	22	11
Petrobras	5	4	4	22	17
BP	5	5	2	21	15
Kuwait Petroleum Corporation	4	4	3	21	11
Novatek	5	4	3	21	16
Reliance Industries	3	3	3	21	8
Repsol	5	4	3	21	15
Suncor Energy	5	4	5	21	15
Total	5	4	5	21	18
Chevron Corporation	5	4	3	20	14
ConocoPhillips	5	4	3	20	12
Ecopetrol	5	5	2	20	19
Eni	5	4	3	20	13
ExxonMobil	5	4	4	20	13
Indian Oil	4	4	1	20	4
Oil & Natural Gas	5	4	1	20	12
Oil Search	5	4	4	20	17
OMV Group	5	4	4	20	14
Origin Energy	4	5	5	20	16
Pemex	5	4	3	20	15
Rosneft	5	4	3	20	16
Sinopec	5	3	3	20	8
Tatneft	3	3	3	20	8
YPF	5	4	1	20	16
BHP	5	5	3	19	16
Canadian Natural Resources	5	4	4	19	15
Gazprom	5	4	5	19	14
EOG Resources	4	3	3	18	11
Marathon Petroleum	5	4	3	18	15
PetroChina	5	4	2	18	10
Phillips 66	4	3	2	18	6
PTT	5	4	2	18	11
SK Holdings	4	3	2	18	9
Woodside Petroleum	5	5	4	18	16
Bharat Petroleum	4	4	2	17	13
Equinor	4	3	2	17	9
Royal Dutch Shell	5	4	2	17	13
Santos Limited	5	5	3	17	12
SK Innovation	4	4	3	17	11
Neste	5	4	2	16	10
Qatar Petroleum	3	2	2	15	4
Orsted	3	4	1	14	6
Sonatrach	4	3	3	14	3
Occidental Petroleum	4	3	2	13	6
Surgutneftegas	3	2	2	13	6
ENEOS Holdings	5	3	2	12	9
Koç Holding	4	4	2	12	5
ENGIE	4	5	2	11	9
Saudi Arabian Oil Company (Saudi Aramco)	3	2	2	10	4
PDVSA	1	1	2	8	0
Abu Dhabi National Oil Company	3	2	3	7	1
Nigerian National Petroleum Corporation	3	1	1	5	1
CNOOC	3	2	1	3	0
Egyptian General Petroleum Corporation	2	3	1	2	0
Sonangol Group	3	2	2	2	0
National Iranian Oil Company	1	1	1	0	0
National Oil Corporation	1	1	1	0	0

3+ →Contagem de temas com nível de informação superior ao nível 3

4+ →Contagem de temas com nível de informação superior ao nível 4

Apêndice 2. Listas de websites das organizações analisadas

Empresa	Website	Relatório de RSE
Abu Dhabi National Oil Company	https://www.adnoc.ae/	NÃO
Bharat Petroleum	https://www.bharatpetroleum.in/	SIM
BHP	https://www.bhp.com/	SIM
BP	https://www.bp.com/	SIM
Canadian Natural Resources	https://www.cnrl.com/	SIM
Chevron Corporation	https://www.chevron.com/	SIM
China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)	https://www.cnooc.com.cn/en/	NÃO
China National Petroleum Corporation(Petrochina)	https://www.cnpc.com.cn/en/	SIM
ConocoPhillips	https://www.conocophillips.com/	SIM
Ecopetrol	https://www.ecopetrol.com.co/wps/portal/	SIM
Egyptian General Petroleum Corporation	http://www.egpc.com.eg/	NÃO
ENEOS Holdings	https://www.hd.eneos.co.jp/english/	SIM
Engie	https://engie.pt/	SIM
Eni	https://www.sintetica.enilubes.com/	SIM
EOG Resources	https://www.eogresources.com/	SIM
Equinor	https://www.equinor.com/	SIM
ExxonMobil	https://corporate.exxonmobil.com/	SIM

Gazprom Neft	https://www.gazprom-neft.com/	SIM
Indian Oil	http://iocl.com/Weekend.aspx	SIM
Koç Holding	https://www.koc.com.tr/en	SIM
Kuwait Petroleum Corporation	https://www.kpc.com.kw/	SIM
Lukoil	https://www.lukoil.com/	SIM
Marathon Oil	https://www.marathonoil.com/	SIM
National Iranian Oil Company	https://en.nioc.ir/portal/home/	NÃO
National Oil Corporation	https://noc.ly/index.php/en/	NÃO
Neste	https://www.neste.com/about-neste	SIM
Nigerian National Petroleum Corporation	https://nnpcgroup.com/Pages/Home.aspx	NÃO
Novatek	https://www.novatek.ru/en	SIM
Occidental Petroleum	https://www.oxy.com/Pages/default.aspx	NÃO
Oil & Natural Gas	https://www.ongcindia.com/wps/wcm/connect/en/home/	SIM
Oil Search	https://www.oilsearch.com/	SIM
OMV group	https://www.omv.com/en	SIM
Origin Energy	https://www.originenergy.com.au/	SIM
Orsted	https://orsted.com/	SIM
PDVSA	http://www.pdvsa.com/index.php?lang=es	NÃO
Pemex	https://www.pemex.com/Paginas/default.aspx	SIM
Petrobras	https://petrobras.com.br/pt/	SIM
Phillips 66	https://www.phillips66.com/	SIM
PTT	https://www.pttplc.com/en/Home.aspx	SIM
Qatar Petroleum	https://www.qatarenergy.qa/en/Pages/Home.aspx	SIM

Reliance Industries	https://www.ril.com/	SIM
Repsol	https://www.repsol.com/en/index.cshtml	SIM
Rosneft	https://www.rosneft.com/	SIM
Royal Dutch Shell	https://www.shell.com/	SIM
Santos Limited	https://www.santos.com/	SIM
Saudi Arabian Oil Company (Saudi Aramco)	https://www.aramco.com/#	NÃO
Sinopec	http://sipc.sinopec.com/sipc/en/	SIM
SK Holdings	https://www.sk-inc.com/en/	SIM
SK Innovation	http://eng.skinnovation.com/	SIM
Sonangol Group	https://www.sonangol.co.ao/	NÃO
Sonatrach	https://sonatrach.com/	NÃO
Suncor Energy	https://www.suncor.com/	SIM
Surgutneftegas	https://www.surgutneftegas.ru/en/	NÃO
Tatneft	https://www.tatneft.ru/?lang=en	SIM
Total S.A.	https://totalenergies.com/	SIM
Woodside Petroleum	https://www.woodside.com.au/	SIM
YPF	https://www.ypf.com/Paginas/home.aspx	SIM